



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2025

CUIABÁ-MT, MARÇO DE 2026



APRESENTAÇÃO

Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso – Exercício 2025.

O presente relatório objetiva apresentar aos órgãos de controle e à sociedade os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Exercício de 2025, além de demonstrar seu nível de governança, eficácia, eficiência, conformidade, economicidade e sustentabilidade ambiental, econômica e social. Este relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União (Decisão Normativa TCU nº 198/2022).

O Relatório de Gestão apresenta a seguinte estrutura:



Mensagem da Presidência

01

Visão geral da organização e ambiente externo

02

Riscos, oportunidades e perspectivas

03

Governança, estratégia e alocação de recursos

04

Resultados das principais áreas de atuação ou ações do TRE-MT

05

Anexos, apêndices e links

SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE.....	5
Capítulo 1: Visão geral organizacional e ambiente externo.....	7
1.1 Quem somos.....	8
1.2	Estrutura 10
Organizacional.....	12
1.3 Estrutura de Governança.....	12
1.4 Modelo de negócio.....	13
1.5 Cadeia de valor.....	13
1.6 Ambiente externo	15
1.7 Materialidade das informações.....	16
Capítulo 2: Riscos, oportunidades e perspectivas.....	17
2.1 Gestão de riscos e controles internos.....	19
2.2 Perspectivas e desafios futuros.....	20
2.3 Atividades Correicionais.....	32
Capítulo 3: Governança, Estratégia e Desempenho.....	33
3.1 Planejamento estratégico institucional 2021-2026.....	35
3.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade de geração de valor.....	39
3.3 Resultados e Desempenho da Estratégia Institucional.....	41
3.4 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão.....	43
3.5 Resultados dos processos finalísticos.....	43
Macroprocesso prestação jurisdicional.....	55
Macroprocesso cadastro eleitoral.....	58
Macroprocesso eleições.....	59
Macroprocesso relacionamento com a sociedade.....	69
3.6 Mecanismos de transparência.....	69
3.7 Educação política e cidadania.....	73
3.8 Inovação e Modernização Institucional.....	74
Capítulo 4: Resultados das principais áreas de atuação.....	75
4.1 Gestão orçamentária e financeira.. ..	79
4.2 Notas explicativas das demonstrações contábeis.....	79
4.3 Declaração da contadora.....	79
4.4 Composição da seção de contabilidade.. ..	79
4.5 Gestão de custos.....	79

SUMÁRIO

4.6 Gestão e Governança de licitações e contratos.....	83
4.7 Gestão patrimonial e de infraestrutura.....	91
4.8 Gestão de pessoas.....	99
4.9 Gestão da tecnologia da informação.....	111
4.10 Sustentabilidade ambiental.....	120
4.11 Acessibilidade.....	123
Capítulo 5: Anexos, apêndices e links. 148.....	125
5.1 Tratamento das determinações e recomendações do TCU e do Órgão de Controle Interno.....	126
5.2 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 141 da Lei 14.133/2021.....	126
5.3 Informações sobre o fundo partidário.....	127
5.4 Informações das zonas eleitorais.....	127
Lista de Figuras.....	127
Lista de Tabelas.....	129
Lista de Siglas/Abreviações.....	131
Créditos.....	133

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Com elevada responsabilidade institucional, apresento o Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso referente ao exercício de 2025, elaborado em conformidade com as diretrizes do Tribunal de Contas da União e orientado pelos princípios da governança pública, transparência e geração de valor à sociedade.



O ano de 2025 marcou o início da Gestão 2025/2027, estruturada em cinco diretrizes estratégicas que orientaram nossa atuação: consolidar a transparência e a confiabilidade da Justiça Eleitoral com acessibilidade e sustentabilidade; fomentar a excelência administrativa e jurisdicional; disseminar a educação democrática; promover a inovação e a transformação digital inclusiva; e fortalecer o engajamento de magistrados e servidores.

No eixo da transparência e confiabilidade, o TRE-MT cumpriu integralmente as metas processuais estabelecidas para o exercício, demonstrando eficiência e compromisso com a prestação jurisdicional. O desempenho institucional foi reconhecido nacionalmente com a conquista do Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade 2025, ao atingir 91,1% das metas avaliadas, além do Selo Ouro na primeira edição do Selo de Qualidade Eleitoral do TSE. Tais resultados evidenciam a maturidade dos nossos mecanismos de governança e controle.

A sustentabilidade consolidou-se como eixo estruturante da gestão, impulsionada pelo 9º Relatório de Sustentabilidade do Poder Judiciário e pela Resolução CNJ nº 594, relacionada ao Programa Justiça Carbono Zero. As iniciativas implementadas reforçam o alinhamento do Tribunal às práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), demonstrando que responsabilidade ambiental e eficiência administrativa caminham de forma integrada.

No campo da acessibilidade e relacionamento com a sociedade, ampliamos a atuação por meio da Campanha Biometria 100%, dos Pontos de Inclusão Digital, do atendimento domiciliar a eleitores impossibilitados de locomoção e de iniciativas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas. Tais ações fortalecem o acesso aos serviços eleitorais e consolidam a confiança da população na Justiça Eleitoral. Destaca-se que a eleitora Aline Nantes Brito, moradora de Aripuanã (MT), atendida pela 11ª Zona Eleitoral, foi vencedora do 1º Prêmio Justiça Eleitoral, concedido pelo TSE na categoria Eleitora ou Eleitor Comprometido. O reconhecimento destacou seu histórico de participação consciente no processo democrático e o atendimento acessível prestado pela Justiça Eleitoral, evidenciando o compromisso do TRE-MT com a inclusão, a cidadania e o fortalecimento da democracia.



A educação democrática também foi prioridade institucional, com projetos como o Programa Voto Consciente e ações da Escola Judiciária Eleitoral, ampliando o diálogo com a sociedade e promovendo a compreensão do papel da Justiça Eleitoral no fortalecimento da cidadania.

Na perspectiva da inovação e transformação digital inclusiva, registramos evolução nos indicadores de governança e gestão pública aferidos pelo TCU, refletindo avanço na maturidade institucional e no fortalecimento da governança de tecnologia da informação. Destacam-se a modernização dos sistemas, o aprimoramento do processo eletrônico e a ampliação de soluções digitais voltadas à efetividade e à inclusão.

Também iniciamos, de forma estratégica, a preparação para as Eleições Gerais de 2026, com planejamento estruturado, fortalecimento da gestão de riscos e aperfeiçoamento dos mecanismos de integridade institucional, assegurando condições para a realização de um pleito seguro, transparente e confiável.

Por fim, valorizamos nosso capital humano, promovendo capacitações, integração institucional e fortalecimento da cultura organizacional, reforçando o pertencimento de magistrados e servidores à Justiça Eleitoral e consolidando um ambiente de trabalho comprometido com a excelência.

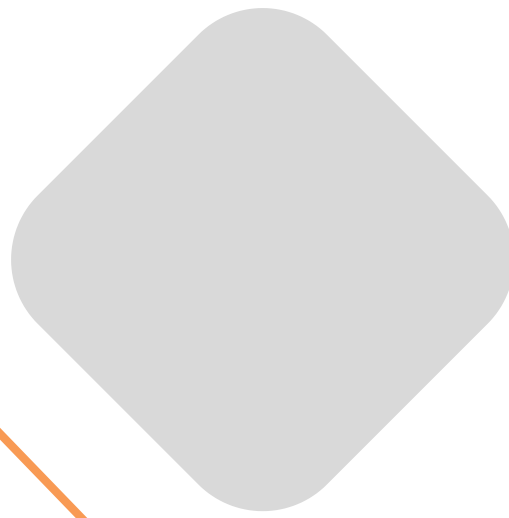
Os resultados alcançados em 2025 demonstram que o TRE-MT permanece firme em sua missão constitucional de garantir eleições íntegras, inclusivas e transparentes, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento da democracia mato-grossense.

Desembargadora Serly Marcondes Alves
Presidente do TRE-MT



01

Visão geral da organização e ambiente externo



CAPÍTULO 1: VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Quem somos

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) é um órgão integrante do Poder Judiciário Federal, nos termos do art. 92, V da [Constituição Federal de 1988](#). Juntamente com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os demais Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais compõem a Justiça Eleitoral (JE), prevista no [art. 118 da Constituição Federal](#).



Figura 1 – Estrutura da Justiça Eleitoral

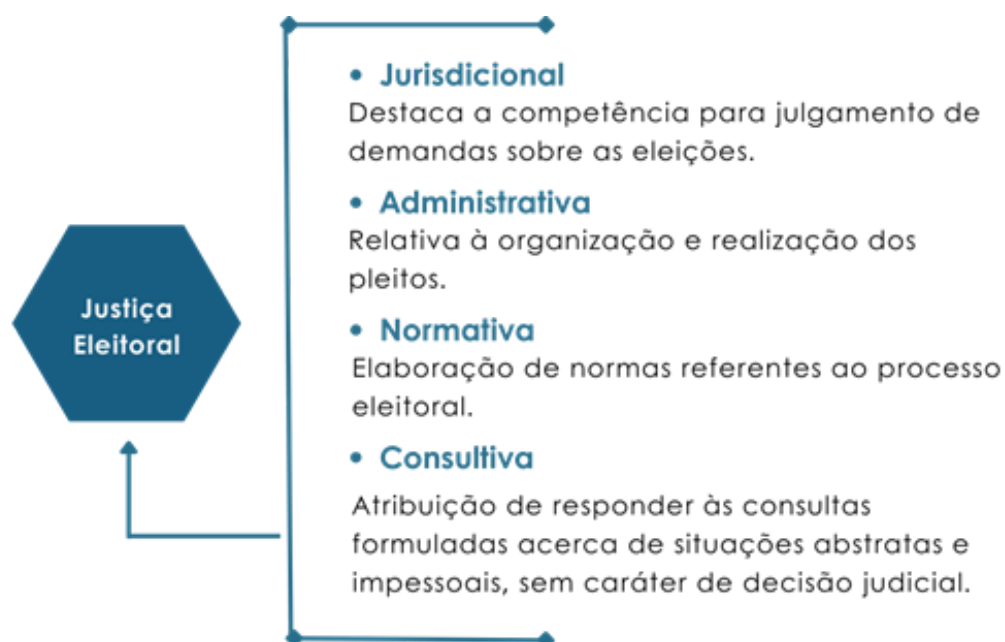


Figura 2 – Atuações da Justiça Eleitoral

No primeiro grau de jurisdição, o Tribunal atua por meio de zonas eleitorais, unidades que podem englobar mais de um município ou parte dele. Atualmente, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso é composta por 57 zonas eleitorais. No segundo grau de jurisdição, o TRE-MT, que tem sede em Cuiabá, capital de Mato Grosso, é composto por 2 (dois) desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, 1 (um) Juiz Federal, 2 (dois) Juizes de Direito e 2 (dois) advogados, nomeados pelo Presidente da República.



Figura 3 – Figura – Visão do TRE-MT

Nossa Missão, Visão e Valores

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso tem como sua missão, visão e valores, definidos no Plano Estratégico Institucional 2021-2026.



Figura 4 – Missão, Visão e Valores do TRE-MT

Principais normas direcionadoras

As principais normas direcionadoras da atuação do TRE-MT estão previstas na Constituição Federal de 1988, no Código Eleitoral Brasileiro (Lei nº 4.737/1965), do Decreto-Lei nº 7.586/1945. Além dessas, existem outras normas que regulam aspectos específicos do funcionamento do TRE-MT. Para saber mais, acesse o link: <https://www.tre-mt.jus.br/o-tre/conheca-o-tre-mt/conheca-o-tre-mt>.

1.2 Estrutura Organizacional

Tribunal Pleno

O Tribunal Pleno do TRE-MT é constituído por dois Desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, dois Juízes de Direito Estaduais, um Juiz escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e dois Advogados, nomeados pelo Presidente da República. Além disso, atua perante a Corte, o Procurador Regional Eleitoral.

Cada Juiz-Membro é eleito para um biênio, sendo proibida a recondução após dois biênios consecutivos e para cada Juiz-Membro Efetivo, é eleito um Substituto escolhido pelo mesmo processo. A rotatividade dos Juízes no âmbito da Justiça Eleitoral visa manter o caráter apolítico dos Tribunais Eleitorais, de modo a garantir a isonomia nos processos eleitorais.

Mais informações podem ser obtidas no [Quadro de composição do Tribunal Pleno](#)

PRESIDÊNCIA



Desa. Serly Marcondes Alves
PRESIDENTE



Des. Marcos Machado
VICE - PRESIDENTE

JUÍZES MEMBROS



Dr. Jean Garcia de Freitas Bezerra
JUIZ MEMBRO



Dr. Luis Otávio Pereira Marques
JUIZ MEMBRO



Dra. Juliana Maria da Paixão Araújo
JUIZ MEMBRO



Dr. Pêrsio Oliveira Landim
JUIZ MEMBRO



Raphael de Freitas Arantes
JUIZ MEMBRO

Organograma Institucional

A estrutura organizacional do TRE-MT e a lotação dos cargos e comissão e das funções comissionadas criados pelas Leis nº 8.868/1994 e nº 11.202/2005, reguladas pela Resolução TRE-MT nº 2.900/2025, com alterações das Resoluções TRE-MT nº 2.915/2025, nº 2.929/2025 guardam simetria com os critérios estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, aplicáveis a todos os tribunais regionais eleitorais, com fundamento na Resolução TSE nº 22.138/2005.

O Tribunal Pleno do TRE-MT é constituído por membros que são eleitos para 1 biênio, sendo proibida a recondução após 2 biênios consecutivos. A rotatividade dos Juizes visa manter o caráter apolítico de todos os tribunais eleitorais do país, de modo a garantir a isonomia nos processos eleitorais. No que concerne aos cargos efetivos e funções comissionadas das Zonas Eleitorais, evidencia-se que o quadro de pessoal efetivo foi criado através da Lei nº 10.842/2004, e as funções comissionadas foram transformadas por meio da Lei nº 13.150/2015.

O organograma completo do TRE-MT pode ser conferido no [site institucional](#)

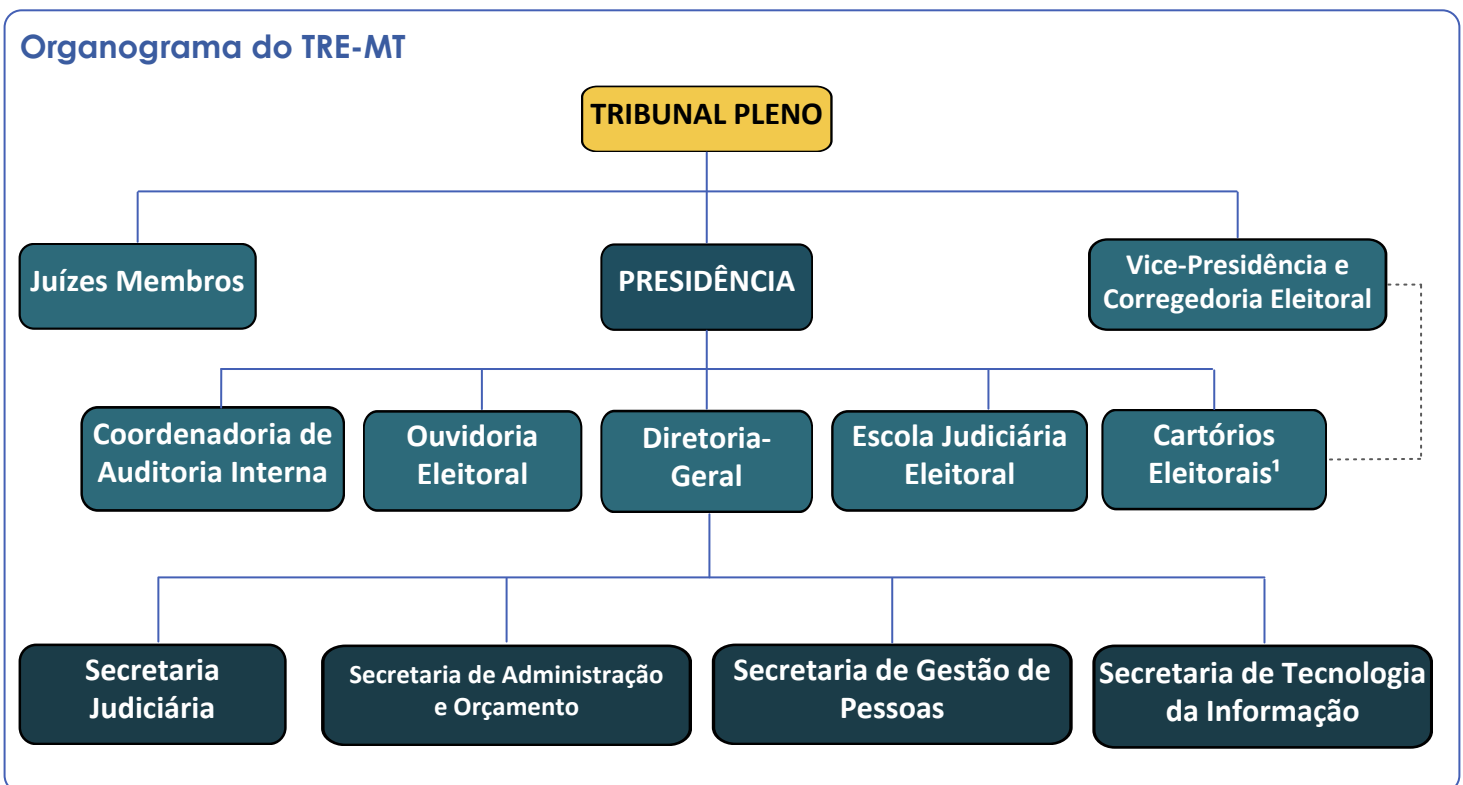


Figura 5 – Organograma Institucional

1.3 Estrutura de Governança

A Resolução TRE-MT nº 1.719/2016, dispõe sobre o modelo de governança da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, cujo modelo baseia-se nos princípios e boas práticas de governança e gestão, conforme o Referencial Básico de Governança Organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU.

A figura a seguir apresenta o Sistema de Governança e Gestão do TRE-MT de forma estruturada com as diversas instâncias que atuam nas funções de gestão e de governança interna, bem como o relacionamento com a sociedade e partes interessadas.

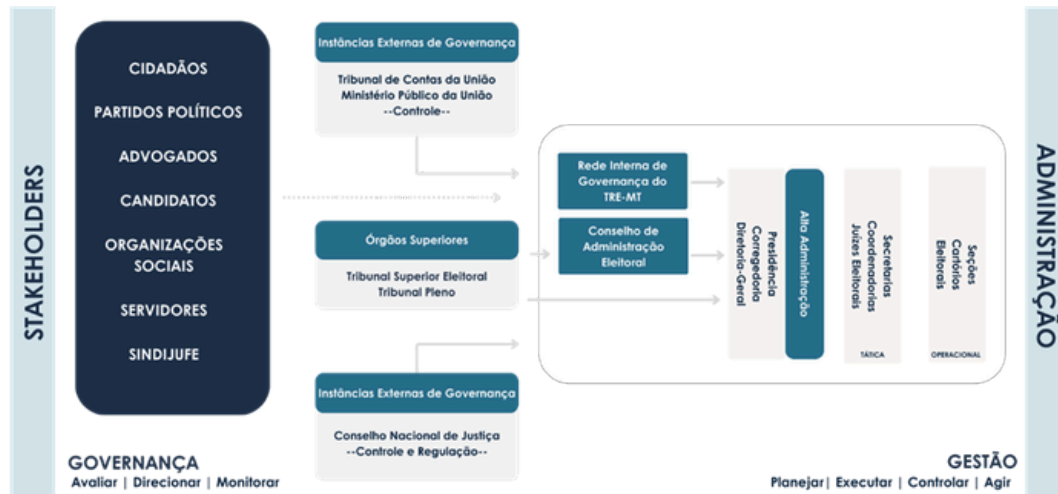


Figura 6 – Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral de Mato Grosso

1.4 Modelo de negócio

O TRE-MT baseia seu modelo de negócio na Cadeia de Valor da instituição, que envolve uma série de competências da Justiça Eleitoral, tais como a guarda dos registros eleitorais, o registro de partidos políticos, a regulamentação do processo eleitoral através de resoluções emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e tribunais regionais eleitorais, a realização de todas as etapas das eleições (gerais e municipais), e por último, o processamento e julgamento das demandas judiciais decorrentes de disputas eleitorais:

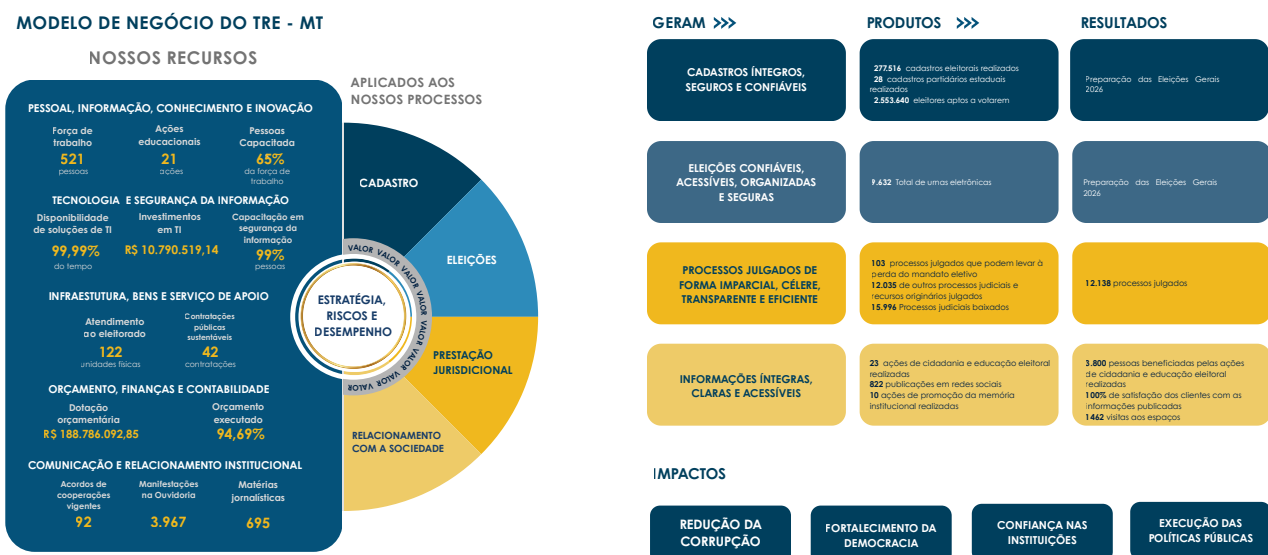


Figura 7 - Modelo de Negócio do TRE – MT

1.5 Cadeia de valor

A cadeia de valor do TRE-MT, aprovada por meio da Portaria nº 35, de 10/3/2017, é apresentada a seguir para um melhor detalhamento e compreensão das principais atividades desenvolvidas que geram à sociedade os resultados de valor.

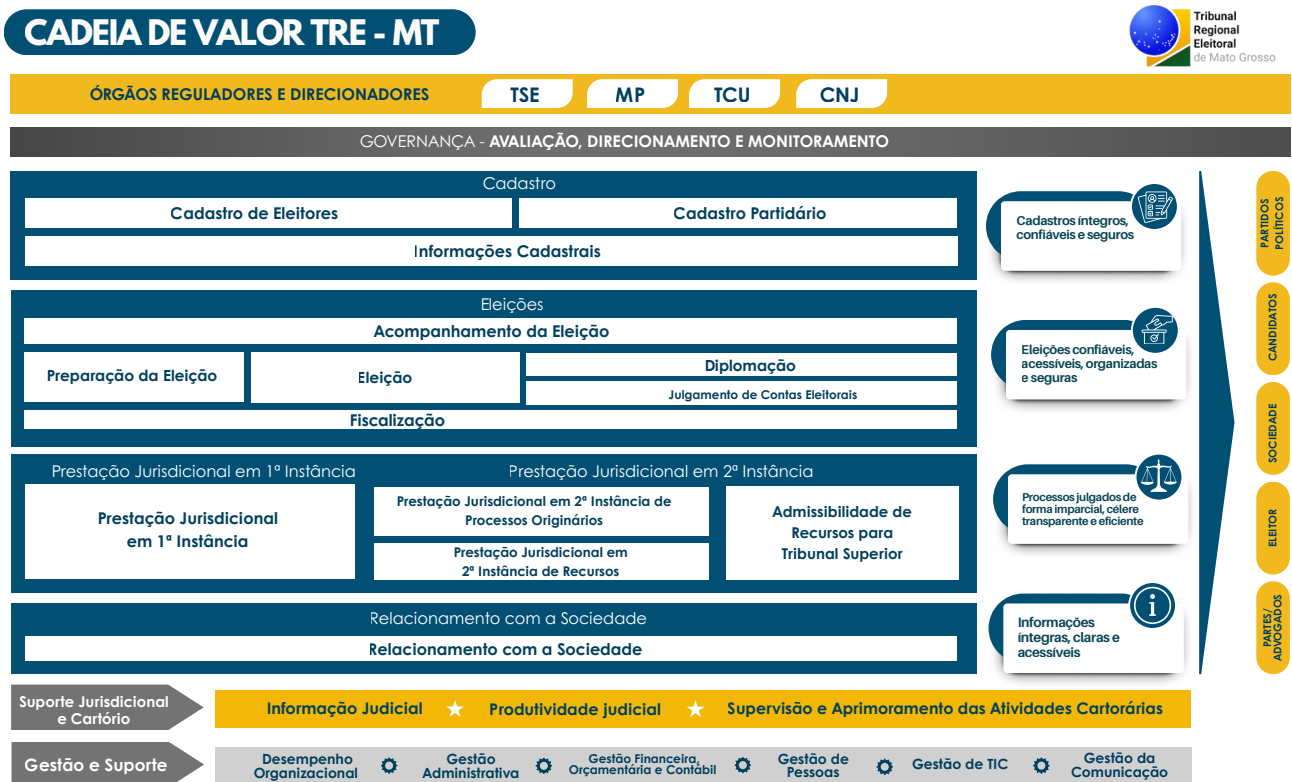


Figura 8 – Cadeia de Valor do TRE-MT

1.6 Ambiente externo

No ano de 2025, entre os fatores externos que afetaram seu ambiente de atuação, sobressaiu-se a publicação do 9º Relatório de Sustentabilidade do poder judiciário, o que impactou a geração de várias ações desenvolvidas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso durante o ano. Acrescenta-se ainda a expedição da Resolução CNJ n. 594, a qual embora tenha sido publicada ao final de 2024, gerou também várias iniciativas com o objetivo de adequar o regional ao Programa Justiça Carbono Zero. Também impulsionou ações em sustentabilidade, especificamente no pilar social, a campanha do TSE visando garantir locais mais acessíveis de votação às pessoas com deficiência.

No exercício de 2025, o ambiente externo apresentou fatores críticos com potencial impacto sobre a integridade, a segurança e a legitimidade das Eleições 2026, exigindo monitoramento estratégico e respostas institucionais antecipadas.



No eixo da segurança do cadastro eleitoral, identificou-se como fator relevante o percentual remanescente de eleitores sem cadastramento biométrico, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade logística e social. Tal cenário representa risco operacional e reputacional, na medida em que a identificação biométrica constitui importante mecanismo de mitigação de fraudes e de fortalecimento da confiabilidade do processo de votação. Em resposta a esse contexto, foi estruturada a campanha "[Biometria 100%](#)", com ampliação da cobertura biométrica por meio de busca ativa, realização de mutirões e instalação de postos avançados, demonstrando alinhamento entre leitura de cenário e ação institucional.

No eixo da integridade informacional, o ambiente externo foi marcado pelo acelerado avanço das tecnologias de Inteligência Artificial, especialmente ferramentas capazes de produzir conteúdo sintéticos hiper-realistas (imagens, áudios e vídeos manipulados). Esse fenômeno ampliou o risco de disseminação de desinformação em larga escala, com potencial de comprometer a confiança social no processo eleitoral e impactar a estabilidade democrática. O cenário demandou o fortalecimento de estratégias preventivas, monitoramento contínuo e articulação interinstitucional voltada à mitigação desses riscos emergentes.

No exercício de 2025, o TRE-MT conquistou o Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade 2025. O reconhecimento ocorreu durante o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Florianópolis (SC). O Prêmio CNJ de Qualidade, categoria ouro, reflete o desempenho de destaque da Justiça Eleitoral mato-grossense, que atingiu 91,1% das metas estabelecidas para o ano. Também no mesmo ano, na primeira edição do Selo de Qualidade Eleitoral promovido pelo TSE, o tribunal novamente foi agraciado pelo selo ouro. Esses reconhecimentos são atribuídos aos esforços de toda a instituição no sentido de melhorar continuamente sua eficiência e gestão.

Registra-se ainda que na categoria "Prêmio Justiça Eleitoral" do TSE, o qual reconheceu algumas cidadãs e cidadãos que desenvolveram ações e projetos relevantes para o fortalecimento do processo eleitoral, Mato Grosso foi novamente contemplado. O prêmio de "Eleitora Comprometida" foi concedido a Aline Nantes Brito. Moradora do município de Aripuanã.

1.7 Materialidade das informações.

Na elaboração deste Relato Integrado foram observadas as orientações do TCU, expressas na Instrução Normativa TCU nº 84/2020, para a definição das informações nele contidas, abrangendo temas associados às atividades do TRE-MT que têm potencial para gerar valor público, com apresentação de dados quantificáveis e/ou passíveis de comparabilidade entre exercícios.

A Matriz de Materialidade abaixo abrange os temas materiais que contribuíram de forma mais relevante para o cumprimento dos objetivos estratégicos do órgão, sintetizada na figura abaixo.

MATRIZ DE MATERIALIDADE DO TRE-MT

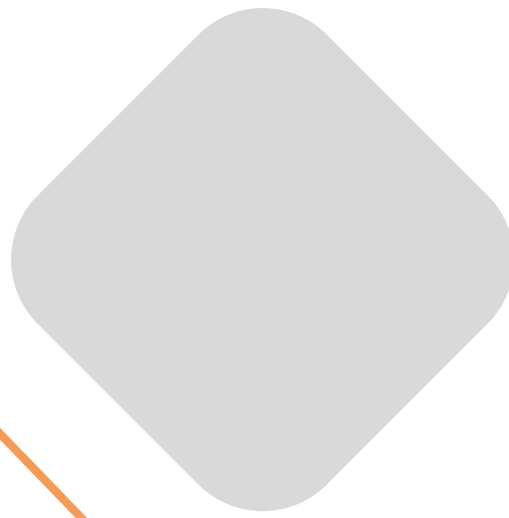


Figura 9 – Matriz Materialidade do TRE-MT



02

Riscos, oportunidades e perspectivas



CAPÍTULO 2: RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1 – Gestão de riscos e controles internos

O TRE-MT está em processo contínuo de aprimorar o gerenciamento de riscos nos âmbitos de seus processos de trabalho, buscando a geração de valor para a sociedade. Atualmente, a gestão de riscos do TRE-MT está regulamentada pela Política de Gestão de Riscos do TRE-MT, disposta da Resolução nº 2.676/2022, tendo como base a ISO 31000:2009. Desta forma, o processo de gestão de riscos está estruturado com as seguintes etapas: Na prática, a gestão de riscos institucionais busca antecipar problemas e tomar medidas para evitá-los ou minimizar seus impactos, por exemplo, identificando os riscos de atividades finalísticas que a organização pode enfrentar, como a falta de recursos para investir em novos projetos ou o aumento de custos, e planejando ações para lidar com essas possibilidades.

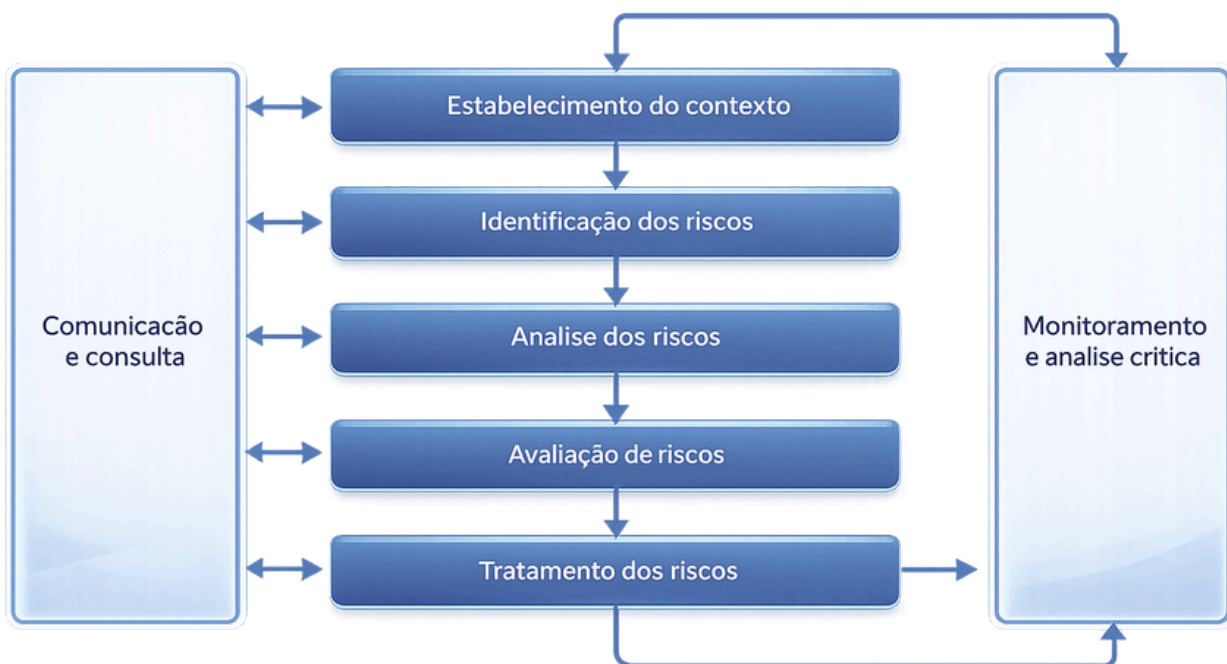


Figura 10 - Processo de Gestão de Riscos do TRE-MT

Enquanto a Política de Gestão de Riscos é o documento formal, em forma de normativo, que estabelece conceitos, princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos, a fim de assegurar a legitimidade do processo eleitoral e o alcance dos objetivos organizacionais, a Metodologia de Gestão de Riscos, aprovada pela Portaria TRE-MT 487/2022, é o documento técnico que apresenta e descreve de forma detalhada as etapas e procedimentos operacionais do processo de gestão de riscos e de que forma elas devem ser realizadas. O apetite a risco, ou seja, o grau de risco que o Tribunal está disposto a correr, foi definido como baixo pela Presidência do TRE-MT, conforme disposto na metodologia.

A Metodologia de Gestão de Riscos do TRE-MT foi estabelecida com os seguintes objetivos:

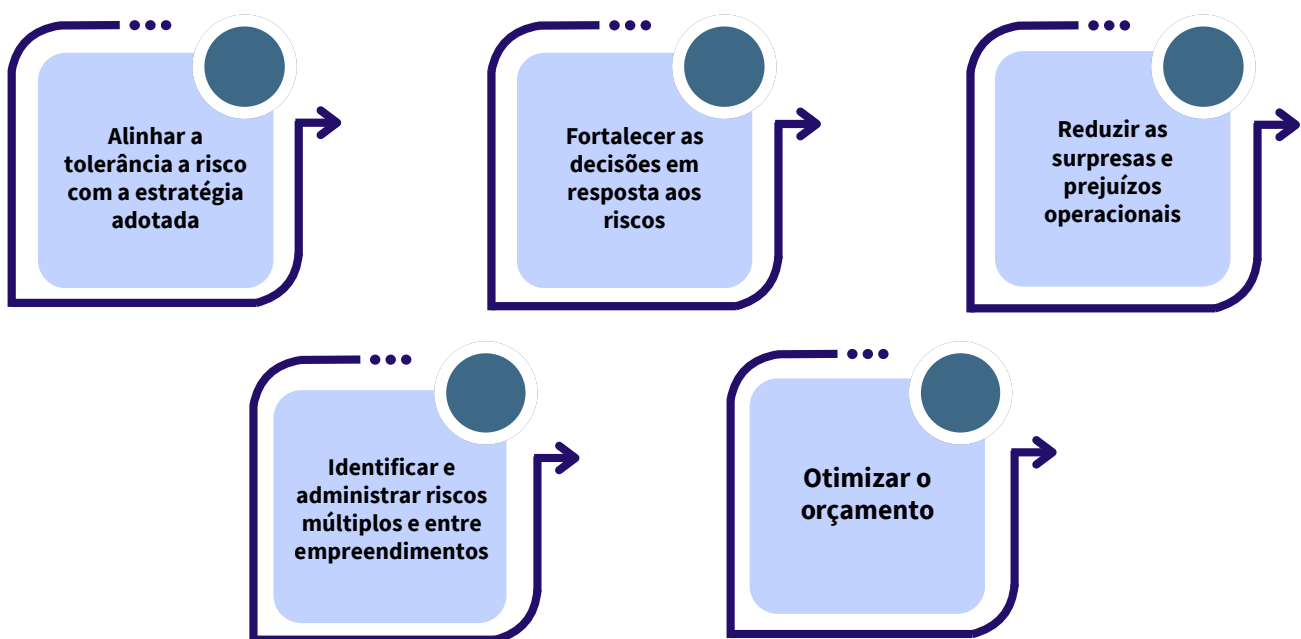


Figura 11 - Objetivos da Metodologia de Gestão de Riscos do TRE-MT

O modelo de gestão de riscos adotado fundamenta-se na estrutura das Três Linhas de Defesa, reconhecido internacionalmente e proposto pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA). Essa estrutura estabelece papéis e responsabilidades claras através de três linhas de atuação de defesa em relação aos riscos institucionais.

1. A primeira linha de defesa é composta pelos gestores de riscos, que são responsáveis pelos controles primários;
2. A segunda linha de defesa é composta pela Assessoria de Gestão Estratégica e pelos assessores das unidades, que são responsáveis pela supervisão e monitoramento dos controles internos das unidades.
3. A terceira linha é composta pela Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD), que avalia a operacionalização dos controles da gestão (primeira linha) e da supervisão e monitoramento (segunda linha).

Todas as linhas se reportam à Alta Administração do Tribunal. Tal estrutura pode ser visualizada conforme imagem abaixo:

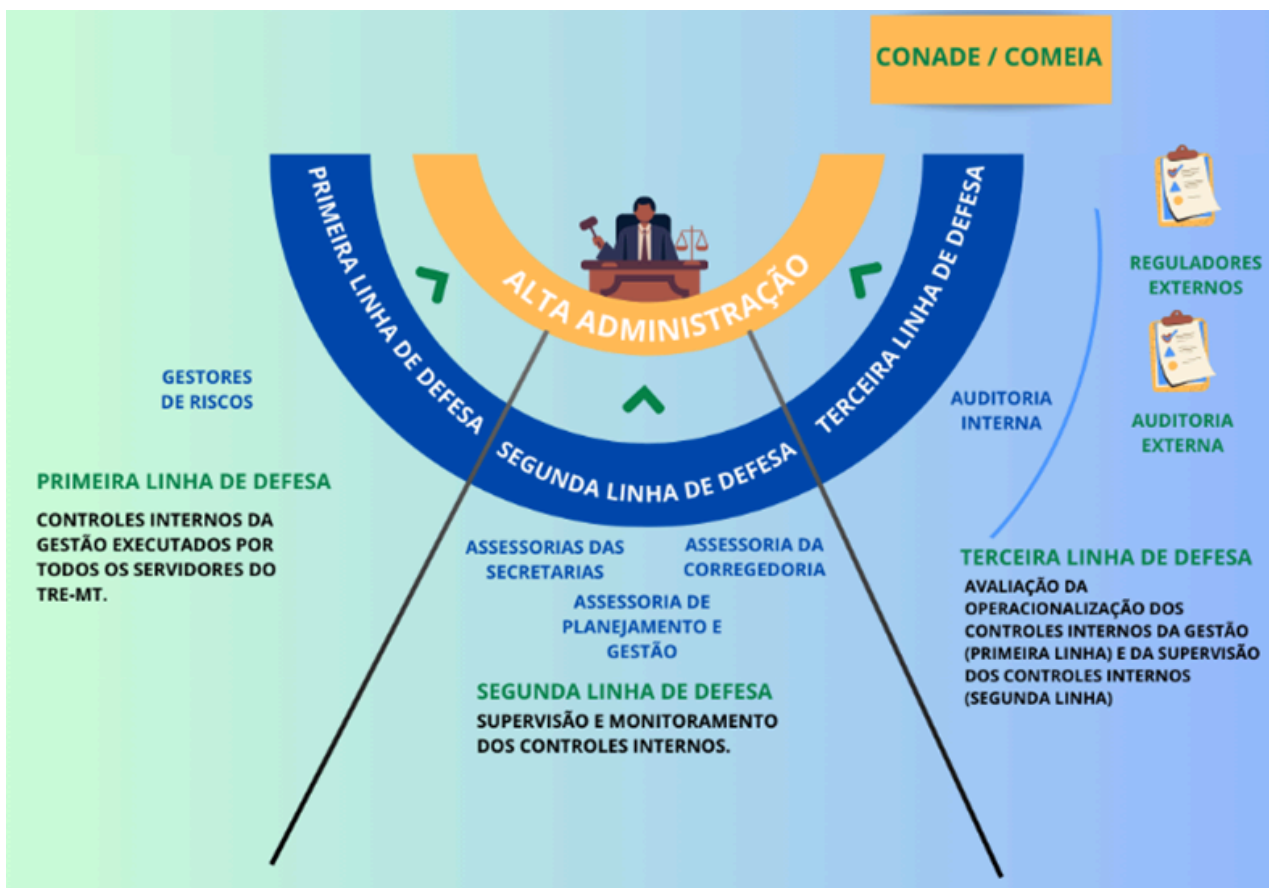


Figura 12 - Três linhas de defesa no TRE-MT

2.2 Perspectivas e desafios futuros

Como desdobramento natural do fortalecimento da governança institucional e da consolidação da Política de Gestão de Riscos, um dos desafios futuros do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso consiste no avanço progressivo na estruturação de práticas integradas de **integridade** e **compliance**.

Nesse contexto, a instituição vislumbra a oportunidade de evoluir de iniciativas atualmente distribuídas em diferentes normativos, controles internos e mecanismos de supervisão para um modelo mais integrado, sistêmico e orientado às melhores práticas nacionais e internacionais de governança pública.

A implementação gradual de um programa de integridade e compliance tende a reforçar a cultura organizacional voltada à ética, à transparência e à prevenção de riscos, contribuindo para o aprimoramento dos controles internos, para o apoio à tomada de decisões e para o fortalecimento da confiança institucional perante a sociedade e os órgãos de controle. A aderência do TRE-MT ao programa PNPC – Programa Nacional de Prevenção à Corrupção do TCU, ocorrida em 2025, é uma das iniciativas visando esses objetivos.

2.3 Atividades Correicionais

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso realiza anualmente, por meio da Corregedoria Regional Eleitoral, fiscalizações nas Zonas Eleitorais do Estado, ou seja, nas unidades de primeira instância responsáveis pelas maioria dos atendimentos à população.

Autoinspeções

A autoinspeção tem como objetivo verificar a regularidade do funcionamento do cartório eleitoral e dos serviços prestados, sendo realizada pelo juiz ou juíza da respectiva zona eleitoral, regularmente, ao menos uma vez por ano (artigo 42, Resolução TSE nº 23.657).

A autoinspeção nas Zonas Eleitorais do Estado é conduzida exclusivamente pelos juízes e juízas eleitorais, no período de 20/02/2025 a 10/04/2025. As atividades devem ser executadas em prazo mínimo de três dias e máximo de dez dias. Conforme o Provimento CRE-MT nº 1/2022, o relatório referente à autoinspeção deverá ser encaminhado à Corregedoria (SICE) no prazo de até trinta dias após sua conclusão.

No mês de abril a maio, foram realizadas 57 análises prévias dos processos encaminhados, os quais se encontram vinculados ao procedimento SEI 13120.2024-2 (ATIVIDADES CORREICIONAIS - ACOMPANHAMENTO - 2025).

Zona Eleitoral	Município sede	Último dia da Autoinspeção	SEI
01ªZE-MT	Cuiabá	03/04/2025	02885.2025-4
02ª ZE-MT	Guiratinga	02/04/2025	02876.2025-5
03ªZE-MT	Rosário Oeste	27/03/2025	03182.2025-3
04ªZE-MT	11ªZE-MT	04/04/2025	03101.2025-0
05ªZE-MT	Nova Mutum	09/04/2025	03066.2025-1
06ªZE-MT	Cáceres	08/04/2025	03682.2025-7
07ªZE-MT	Diamantino	28/02/2025	01262.2025-5

Zona Eleitoral	Município sede	Último dia da Autoinspeção	SEI
08ªZE-MT	Alto Araguaia	04/04/2025	02864.2025-2
09ª ZE-MT	Barra do Garças	31/03/2025	03688.2025-4
10ªZE-MT	Rondonópolis	04/04/2025	03152.2025-2
11ªZE-MT	Aripuanã	24/02/2025	02440.2025-6
12ªZE-MT	Campo Verde	24/03/2025	02553.2025-6
13ªZE-MT	Barra do Bugres	04/04/2025	03237.2025-0
14ªZE-MT	Jaciara	25/02/2025	01313.2025-4
15ªZE-MT	São Félix do Araguaia	26/03/2025	01042.2025-2
16ªZE-MT	Vila Rica	07/04/2025	02973.2025-4
17ªZE-MT	Arenópolis	20/03/2025	02429.2025-0
18ªZE-MT	Mirassol D'oeste	10/04/2025	03000.2025-2
19ªZE-MT	Tangará da Serra	03/04/2025	02818.2025-2
20ªZE-MT	Várzea Grande	10/04/2025	03011.2025-0
21ªZE-MT	Lucas do Rio Verde	17/03/2025	02388.2025-4
22ªZE-MT	Sinop	09/04/2025	02103.2025-7

Zona Eleitoral	Município sede	Último dia da Autoinspeção	SEI
23ªZE-MT	Colíder	18/03/2025	02351.2025-1
24ª ZE-MT	Alta Floresta	17/03/2025	02791.2025-7
25ªZE-MT	Pontes e Lacerda	17/03/2025	02574.2025-8
26ªZE-MT	Nova Xavantina	20/03/2025	02363.2025-4
27ªZE-MT	Juara	04/04/2025	02353.2025-0
28ªZE-MT	Porto Alegre do Norte	09/04/2025	02946.2025-7
29ªZE-MT	São José do Rio Claro	08/04/2025	02983.2025-8
30ªZE-MT	Água Boa	10/04/2025	03198.2025-4
31ªZE-MT	Canarana	10/04/2025	02370.2025-4
32ªZE-MT	Cláudia	04/04/2025	02815.2025-9
33ªZE-MT	Peixoto de Azevedo	04/04/2025	02822.2025-9
34ªZE-MT	Chapada dos Guimarães	24/03/2025	03690.2025-1
35ªZE-MT	Juína	02/04/2025	02963.2025-0
36ªZE-MT	Vera	04/04/2025	02872.2025-7
38ªZE-MT	Santo Antônio do Leverger	28/03/2025	03217.2025-3

Zona Eleitoral	Município sede	Último dia da Autoinspeção	SEI
39ªZE-MT	Cuiabá	28/03/2025	02583.2025-7
40ªZE-MT	Primavera do Leste	03/04/2025	02857.2025-2
41ªZE-MT	Araputanga	04/04/2025	03207.2025-0
42ªZE-MT	Sapezal	03/04/2025	02847.2025-9
43ªZE-MT	Sorriso	04/04/2025	02883.2025-5
44ªZE-MT	Guarantã do Norte	25/03/2025	03705.2025-4
45ªZE-MT	Pedra Preta	10/04/2025	03622.2025-5
46ªZE-MT	Rondonópolis	24/03/2025	02551.2025-7
47ªZE-MT	Poxoréu	09/04/2025	03494.2025-4
48ªZE-MT	Cotriguaçu	10/04/2025	03357.2025-0
49ªZE-MT	Várzea Grande	14/03/2025	02221.2025-8
50ªZE-MT	Nova Monte Verde	10/04/2025	03127.2025-4
51ªZE-MT	Cuiabá	04/04/2025	02038.2025-8
52ªZE-MT	São José dos Quatro Marcos	27/03/2025	02920.2025-2

Zona Eleitoral	Município sede	Último dia da Autoinspeção	SEI
53ªZE-MT	Querência	09/04/2025	05087.2025-7
55ªZE-MT	Cuiabá	04/04/2025	03306.2025-8
56ªZE-MT	Brasnorte	25/03/2025	02489.2025-1
57ªZE-MT	Paranatinga	01/04/2025	02934.2025-4
60ªZE-MT	Campo Novo do Parecis	14/03/2025	02091.2025-8
61ªZE-MT	Comodoro	19/05/2025	03965.2025-1

Tabela 1 - Processos de autoinspeção em 2025

O quadro evidencia o cumprimento do calendário de autoinspeção por parte das zonas eleitorais, sendo possível identificar a distribuição geográfica das unidades, bem como o registro formal de cada procedimento por meio do número do processo SEI correspondente.

Registra-se ainda que a 20ª Zona Eleitoral de Várzea Grande realizou uma inspeção inicial (conforme art. 4º, IV, do Provimento CRE-MT nº 1/2022) em razão da posse do Juiz Eleitoral, Dr. José Mauro Nagib Jorge, que assumiu o cargo em 01/09/2025.

Inspeções diretas

Em conformidade com o Provimento CRE-MT nº 2/2024, as atividades correicionais englobam o acompanhamento voltado a garantir a adequada execução de procedimentos, inspeções e correições, além de ações de monitoramento e controle realizadas tanto diretamente quanto indiretamente por meio de relatórios e documentos.

No âmbito do ciclo de inspeções SEI 00603.2022-2, alusivo ao período de 2022 a 2026, e conforme o percentual mínimo de inspeções determinado pela Corregedoria (art. 34, Prov. CGE n. 2/2023), foram selecionadas para o exercício de 2025 dezenove Zonas Eleitorais.

A Portaria CRE-MT nº 8/2025 (DJe nº 4410, de 26/05/2025), datada de 11 de fevereiro de 2025, instituiu a Comissão Especial de Inspeções e Correições (CEIC). O Edital CRE-MT nº 1/2025, publicado em 13 de março de 2025, estabeleceu o cronograma das inspeções conduzidas pela Corregedoria no período de abril a novembro de 2025. Subsequentemente, o Edital CRE-MT nº 2/2025, de 9 de maio de 2025, promoveu alterações nesse calendário. Posteriormente, o Edital CRE-MT nº 3/2025, de 22 de maio de 2025 (DJe nº 4411, de 27/05/2025), revisou e redefiniu a programação das inspeções semipresenciais, previstas entre abril e dezembro de 2025.

Por fim, em 3 de setembro de 2025, foi publicado o Edital CRE-MT nº 5/2025 (DJe nº 4480, de 04/09/2025), que alterou o Edital nº 3/2025 e ajustou o cronograma das inspeções a partir de setembro do referido ano.

Cabe ressaltar que, além da atuação da Comissão Especial de Inspeções e Correições (CEIC), designada pela Corregedora Regional Eleitoral, também participaram das inspeções a Secretaria de Gestão de Pessoas, assegurando a continuidade das ações do projeto Correição Humanizada (Provimento CRE-MT n. 5/2019).

O quadro abaixo exhibe o cronograma das inspeções previstas para as Zonas Eleitorais do Estado de Mato Grosso durante o exercício de 2025.

Zona Eleitoral	Município sede	Data da Inspeção	Modalidade	SEI	Relatório final de inspeção	Processo Pje-Cor
32ªZE-MT	Cláudia	01/04/2025	virtual	Não aplicável	Relatório final de inspeção direta 2025 - 32ªZE (Cláudia)	0000001-48.2025.2.00.0611
53ªZE-MT	Querência	10/04/2025	virtual	Não aplicável	Relatório final de inspeção direta 2025 - 53ªZE (Querência)	0000002-33.2025.2.00.0611
30ªZE-MT	Água Boa	05 e 06/06/2025	Semi-presencial	Não aplicável	Relatório final de inspeção direta 2025 - 30ªZE (Água Boa)	0000003-18.2025.2.00.0611
22ªZE-MT	Sinop	26 e 27/06/2025	Semi-presencial	05764.2025-5	Relatório final de inspeção direta 2025 - 22ªZE (Sinop)	0000004-03.2025.2.00.0611
7ªZE-MT	Diamantino	03 e 04/07/2025	Semi-presencial	05845.2025-5	Relatório final de inspeção direta 2025 - 07ªZE (Diamantino)	0000005-85.2025.2.00.0611

Zona Eleitoral	Município sede	Data da Inspeção	Modalidade	SEI	Relatório final de inspeção	Processo Pje-Cor
11ªZE-MT	Aripuanã	24 e 25/07/2025	Semi-presencial	05618.2025-2	Relatório final de inspeção direta 2025 - 11ªZE (Aripuanã)	0000006-70.2025.2.00.0611
48ªZE-MT	Cotriguaçu	07 08/08/2025	Semi-presencial	06157.2025-0	Relatório final de inspeção direta 2025 - 48ªZE (Cotriguaçu)	0000007-55.2025.2.00.0611
13ªZE-MT	Barra do Bugres	14 e 15/08/2025	Semi-presencial	06305.2025-9	Relatório final de inspeção direta 2025 - 13ªZE (Barra do Bugres)	0000008-40.2025.2.00.0611
2ªZE-MT	Guiratinga	28 e 29/08/2025	Semi-presencial	06529.2025-0	Relatório final de inspeção direta 2025 - 02ªZE (Guiratinga)	0000009-25.2025.2.00.0611
27ªZE-MT	Juara	04 e 05/09/2025	Semi-presencial	06964.2025-2	Relatório final de inspeção direta 2025 - 27ªZE (Juara)	0000010-10.2025.2.00.0611
56ªZE-MT	Brasnorte	18 e 19/09/2025	Semi-presencial	07545.2025-0	Relatório final de inspeção direta 2025 - 56ªZE (Brasnorte)	0000011-92.2025.2.00.0611
28ªZE-MT	Porto Alegre do Norte	02 e 03/10/2025	Semi-presencial	07191.2025-0	Relatório final de inspeção direta 2025 - 28ªZE (Porto Alegre do Norte)	0000012-77.2025.2.00.0611

Zona Eleitoral	Município sede	Data da Inspeção	Modalidade	SEI	Relatório final de inspeção	Processo Pje-Cor
42ªZE-MT	Sapezal	16 e 17/10/2025	Semi-presencial	08501.2025-0	Relatório final de inspeção direta 2025 - 42ªZE (Sapezal)	0000013-62.2025.2.00.0611
40ªZE-MT	Primavera do Leste	23 e 24/10/2025	Semi-presencial	08865.2025-8	Relatório final de inspeção direta 2025 - 40ªZE (Primavera do Leste)	0000014-47.2025.2.00.0611
61ªZE-MT	Comodoro	06 e 07/11/2025	Semi-presencial	09373.2025-0	Relatório final de inspeção direta 2025 - 61ªZE (Comodoro)	0000015-32.2025.2.00.0611
18ªZE-MT	Mirassol D'Oeste	13 e 14/11/2025	Semi-presencial	09694.2025-0	Relatório final de inspeção direta 2025 - 18ªZE (Mirassol D'Oeste)	0000016-17.2025.2.00.0611
36ªZE-MT	Vera	27 e 28/11/2025	Semi-presencial	10231.2025-6	Relatório final de inspeção direta 2025 - 36ªZE (Vera)	0000002-96.2026.2.00.0611
4ªZE-MT	Poconé	04 e 05/12/2025	Semi-presencial	10400.2025-6	Relatório final de inspeção direta 2025 - 04ª Zona Eleitoral (Poconé)	0000002-96.2026.2.00.0611
39ªZE-MT	Cuiabá	15 e 16/12/2025	Semi-presencial	10819.2025-1	Relatório final de inspeção direta 2025 - 39ª Zona Eleitoral (Cuiabá)	A registrar

Tabela 2 - Inspeções realizadas em 2025

Resumo das Autuações, Decisões e Etapas dos Processos de Inspeção no PJeCOR

Em 2025, autuou-se processos da classe Inspeção em decorrência das inspeções diretas executadas pela CRE.

Zona Eleitoral	Sede	Autuação	Processo	Decisão Final	Fase Atual
32ªZE	Cláudia	02/04/2025	0000001-48.2025.2.00.0611	Conforme	Arquivado
53ªZE	Querência	14/04/2025	0000002-33.2025.2.00.0611	Conforme	Arquivado
30ªZE	Água Boa	05/06/2025	0000003-18.2025.2.00.0611	Conforme	Arquivado
22ªZE	Sinop	24/06/2025	0000004-03.2025.2.00.0611	Conforme	Arquivado
07ªZE	Diamantino	07/08/2025	0000005-85.2025.2.00.0611	Conforme	Arquivado
11ªZE	Aripuanã	26/08/2025	0000006-70.2025.2.00.0611	Conforme	Arquivado
48ªZE	Cotriguaçu	08/09/2025	0000007-55.2025.2.00.0611	Exige aperfeiçoamento	Arquivado
13ªZE	Barra do Bugres	24/09/2025	0000008-40.2025.2.00.0611	Exige aperfeiçoamento	Arquivado
02ªZE	Guiratinga	03/10/2025	0000009-25.2025.2.00.0611	Exige aperfeiçoamento	Arquivado
27ªZE	Juara	07/10/2025	0000010-10.2025.2.00.0611	Exige aperfeiçoamento	Arquivado

Resumo das Autuações, Decisões e Etapas dos Processos de Inspeção no PJeCOR

Em 2025, autuou-se processos da classe Inspeção em decorrência das inspeções diretas executadas pela CRE.

Zona Eleitoral	Sede	Autuação	Processo	Decisão Final	Fase Atual
56ªZE	Brasnorte	14/10/2025	0000011-92.2025.2.00.0611	Exige aperfeiçoamento	Arquivado
28ªZE	Porto Alegre do Norte	30/10/2025	0000012-77.2025.2.00.0611	Exige aperfeiçoamento	Aguardando manifestação da Zona
42ªZE	Sapezal	24/11/2025	0000013-62.2025.2.00.0611	Exige aperfeiçoamento	Aguardando manifestação da Zona
40ªZE	Primavera do Leste	03/12/2025	0000014-47.2025.2.00.0611	Exige aperfeiçoamento	Aguardando manifestação da Zona
61ªZE	Comodoro	18/12/2025	0000015-32.2025.2.00.0611	Em tramitação	Aguardando manifestação da Zona
18ªZE	Mirassol D' Oeste	19/12/2025	0000016-17.2025.2.00.0611	Conforme	Aguardando prazo para arquivamento
36ªZE	Vera	16/01/2026	0000001-14.2026.2.00.0611	Em tramitação	Aguardando manifestação SICE
04ªZE	Poconé	16/01/2026	0000002-96.2026.2.00.0611	Em tramitação	Aguardando manifestação SICE

Tabela 3 - processos da classe Inspeção autuados em 2025

Fale com o Corregedor

O projeto "Fale com o Corregedor" foi instituído pela Portaria CRE-MT nº. 11/2025 e cria um canal direto e seguro de comunicação entre as Zonas Eleitorais do Estado de Mato Grosso e o Corregedor Regional Eleitoral. A iniciativa visa fortalecer o engajamento institucional, promover maior transparência na gestão e aprimorar a prestação dos serviços eleitorais a partir da escuta ativa das demandas da primeira instância.

Público-Alvo

Juízes, servidores efetivos, requisitados e colaboradores lotados nas Zonas Eleitorais do Estado de Mato Grosso.

Canal de Comunicação

E-mail institucional:
falenacorregedoria@tre-mt.jus.br

Natureza das Demandas

Sugestões, reclamações e dúvidas.

Prêmio Esemplare

A premiação promovida pela Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso, tem como objetivo reconhecer e valorizar as Zonas Eleitorais que se destacam pela excelência na gestão, qualidade no atendimento à população e pelo fortalecimento da Justiça Eleitoral. Instituído em 2013, o prêmio é concedido a cada dois anos, com base em critérios técnicos, objetivos e transparentes.

As principais finalidades do prêmio são estimular a excelência nos serviços eleitorais, incentivar o cumprimento das metas processuais e do planejamento estratégico, fomentar a produção de dados padronizados nos sistemas da Justiça Eleitoral, ampliar a transparência e a melhoria na divulgação de informações, bem como promover o desenvolvimento de práticas inovadoras de gestão.

A avaliação das Zonas Eleitorais é realizada a partir de quatro eixos principais: atividade processual (controle, agilidade e planejamento da gestão judiciária), atividade administrativa (gestão administrativa, participação em eventos que valorizam a Justiça Eleitoral e ações de conscientização cidadã), atividades de eleições (eficiência na organização e realização dos processos eleitorais) e dados e cadastro (atualização correta e padronizada dos sistemas e registros).

As categorias de premiação são: Selo Apogeu, concedido à zona com maior pontuação geral, desde que atinja no mínimo 91%; Selo Diamante, para até cinco zonas eleitorais com pontuação superior a 91% (não sendo possível premiar novamente a vencedora do Selo Apogeu); Selo Ouro, destinado a até oito zonas eleitorais com mais de 71% de pontuação; e Selo Prata, para zonas com pontuação superior a 51%, distribuídas em sete subcategorias: grande, médio e pequeno porte, atividade processual, atividade administrativa, atividade de eleições e atividade de dados e cadastro.

A solenidade de entrega dos selos ocorreu em 29 de setembro de 2025, reconhecendo o comprometimento e a dedicação das equipes das zonas eleitorais premiadas.

Na sexta edição do Prêmio Esemplare, nenhuma zona eleitoral atingiu as notas mínimas para obtenção dos selos Apogeu e Diamante.

Já o **Selo Ouro**, referente ao biênio 2024-2025, foi concedido aos juízos que alcançaram entre 71% e 90% das metas:

- 23ª Zona Eleitoral de Colíder (Carlos Gomes dos Santos e Paula Tathiana Pinheiro).
- 38ª Zona Eleitoral de Santo Antônio do Leverger (Adriano Meireles Borba e Alexandre Paulichi Chiovitti).
- 22ª Zona Eleitoral de Sinop (Wedson Marques do Amaral e Walter Tomaz da Costa).
- 5ª Zona Eleitoral de Nova Mutum (Bianca Giordani Carlot Moraes e Cássio Leite de Barros Netto).
- 35ª Zona Eleitoral de Juína (Waldomiro Júnior Ormond dos Santos, Patrick Coelho Campos Gappo e Raiane Santos Arteman Dall'Acqua).
- 2ª Zona Eleitoral de Guiratinga (Paulo Henrique Peres Xavier, Ragner Leonardo Vicente Cesar e Aroldo José Zonta Burgarelli).
- 21ª Zona Eleitoral de Lucas do Rio Verde (Lumieri Martins Rech e Evandro Juarez Rodrigues).
- 19ª Zona Eleitoral de Tangará da Serra (Renato Bisse Cabral e Anderson Gomes Junqueira).

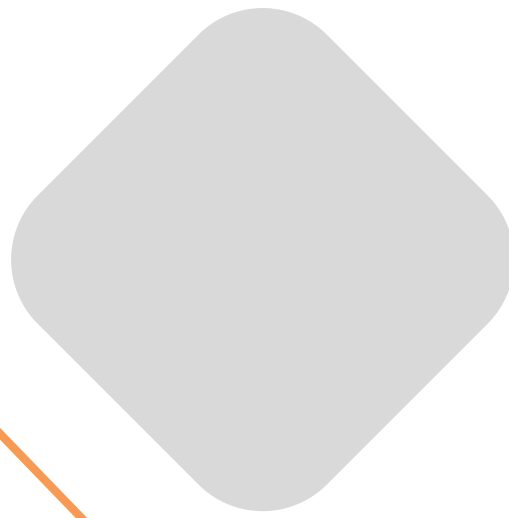
O **Selo Prata** foi destinado aos juízos que atingiram de 51% a 70% das metas em todos os eixos e portes das zonas, contemplando:

- 12ª Zona Eleitoral de Campo Verde (Sheila Lopes Amorim Donadon, Arthur Henrique Ferreira da Silva e André Barbosa Guanaes Simões).
- 18ª Zona Eleitoral de Mirassol D'Oeste (Gilson Lourenço Ribeiro e Fernando Kendi Ishikawa).
- 17ª Zona Eleitoral de Arenópolis (Francisco de Campos Lima Neto e Marina Dantas Pereira).
- 41ª Zona Eleitoral de Araputanga (Armstrong Rutilho Charbel Monteiro e Dimitri Teixeira Moreira dos Santos).
- 31ª Zona Eleitoral de Canarana (Fernando Vinícius Souza Rodrigues e Carlos Eduardo de Moraes e Silva).
- 6ª Zona Eleitoral de Cáceres (Daniele Cavalcante Dias, Antônio Carlos Pereira de Sousa Júnior e José Eduardo Mariano).
- 47ª Zona Eleitoral de Poxoréu (Adriana Soares da Silva, Wesley de Lima e Darwin de Souza Pontes).



03

Governança, estratégia e alocação de recursos



CAPÍTULO 3: GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

3.1 Planejamento estratégico institucional 2021-2026

O Plano Estratégico do TRE-MT 2021-2026, foi aprovado pela [Resolução TRE-MT nº 2.622/2021](#), em alinhamento com às diretrizes da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, instituída pela [Resolução CNJ nº 325/2020](#).

O Plano Estratégico TRE-MT 2021-2026, encontra-se representado pelo mapa estratégico, o qual descreve a missão, visão, os valores e os 13 (treze) objetivos estratégicos distribuídos em 3 (três) perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Recursos), que direcionam os esforços organizacionais para o alcance de sua visão de futuro e o cumprimento de sua missão institucional.

Mapa Estratégico TRE-MT 2021-2026

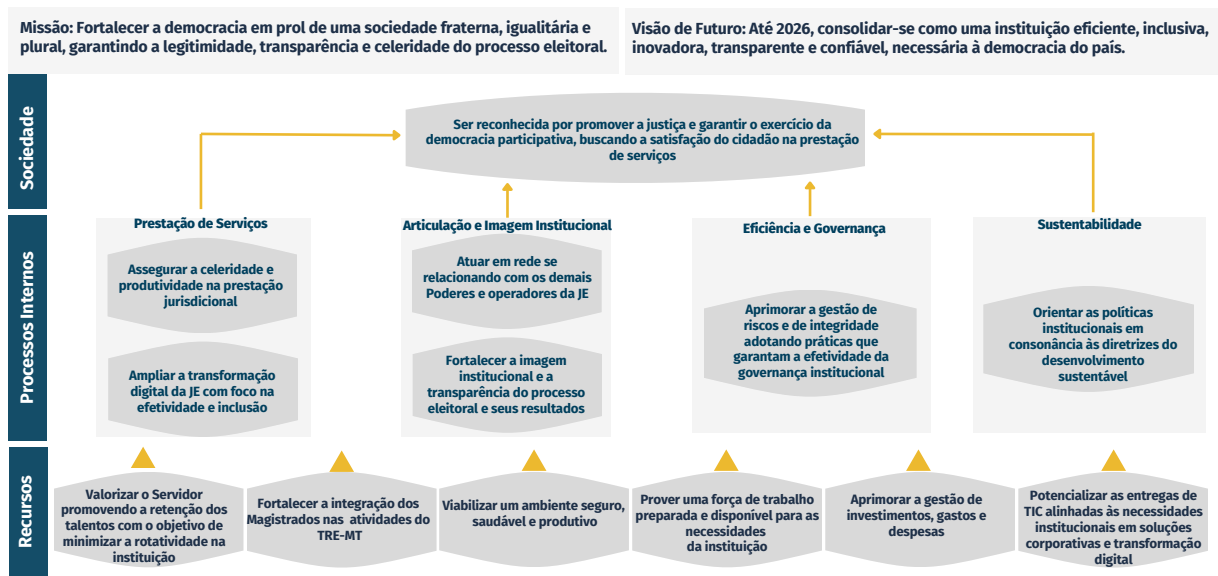


Figura 13 – Mapa Estratégico do TRE-MT – ciclo 2021-2026.

Desdobramento da Estratégia Institucional

O desdobramento da estratégia é um meio de viabilizar o atingimento dos objetivos estratégicos. Assim, o Plano Estratégico Institucional orienta os planos institucionais e demais planos táticos e operacionais, de modo que as prioridades estratégicas sejam implementadas.

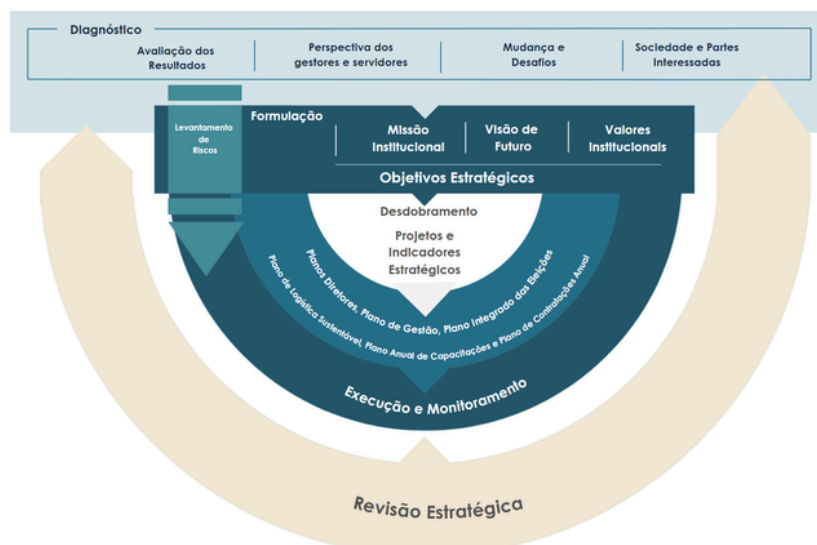


Figura 14 – Estrutura do Modelo de Desdobramento da Estratégia Institucional

Para conhecer os Planos Táticos e Operacionais do TRE-MT e seus detalhamentos e ações, acesse o endereço disponível em: [Governança e Gestão Plano Tático-Operacionais](#), no Portal TRE-MT.

Mapa Integrado da Estratégia Institucional

O TRE-MT planejou o cumprimento de sua missão e visão, definiu os principais objetivos estratégicos a serem monitorados a cada ano, contribuindo com os macrodesafios do Poder Judiciário e identificação dos principais projetos e ações que contribuirão com o propósito que se pretende alcançar.

Em 2025, 64 principais iniciativas, ações e projetos foram impulsionados, em alinhamento com os 13 objetivos estratégicos do Tribunal.

Ser reconhecida por promover a justiça e garantir o exercício da democracia participativa, buscando a satisfação do cidadão na prestação de serviços	Assegurar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Ampliar a transformação digital da JE com foco na efetividade e inclusão	Atuar em rede se relacionando com os demais Poderes e operadores da JE	Fortalecer a imagem institucional e a transparência do processo eleitoral e seus resultados	Aprimorar a gestão de riscos e de integridade adotando práticas que garantam a efetividade da governança institucional	Orientar as políticas institucionais em consonância às diretrizes do desenvolvimento sustentável	Valorizar o Servidor promovendo a retenção dos talentos com o objetivo de minimizar a rotatividade da instituição	Fortalecer a integração dos Magistrados nas atividades do TRE-MT	Viabilizar um ambiente seguro, saudável e produtivo	Prover uma força de trabalho preparada e disponível às necessidades da instituição	Aprimorar a gestão de investimentos, gastos e despesas	Potencializar as entregas de TIC alinhadas às necessidades institucionais em soluções corporativas e transformação digital
<ul style="list-style-type: none"> Campanha Biometria 100% Atendimento domiciliar a eleitores impossibilitados de locomoção Atendimentos com o ônibus da Justiça Eleitoral Móvel (JEM) Projetos para inclusão de PCDs, indígenas e quilombolas Projeto Democracia Multilíngue Programa Voto Consciente 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprimento das Metas Nacionais do CNJ 2025 TREMT e CRCMT articulando melhorias na análise de prestações de contas Participação em consulta pública e reuniões sobre os macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2027-2032 	<ul style="list-style-type: none"> Acessibilidade: Intérprete em Libras nas sessões plenárias virtuais TRE-MT reúne partidos para fortalecer a presença das mulheres na política Novos Pontos de Inclusão Digital (PIDIs) Apps e serviços de acessibilidade (Libras, aplicativos linguísticos, tradução indígena) Parceria TREMT + TRETO para adoção de Linguagem Simples Moradora de Aripuanã (MT) atendida pelo TRE-MT ganha 1º Prêmio Justiça Eleitoral, do TSE 	<ul style="list-style-type: none"> Inserção em redes de inovação e cooperação do Judiciário Intercâmbio de informações entre OABMT e TREMT Parceria TREMT + SeplagMT para ampliar cadastro biométrico de servidores estaduais Parcerias com SENAC, SEDUC e AMM em projetos de qualificação e cidadania Participação no VerDemocracia: Fórum sobre Democracia e Crise Climática Parceria reforçada com a Polícia Federal para segurança tecnológica 	<ul style="list-style-type: none"> 93 anos da Justiça Eleitoral Mato-grossense, fortalecendo o compromisso com a democracia TRE-MT conquista Ouro no Selo de Qualidade Eleitoral do TSE Melhoria no desempenho do Ranking da Transparência Projeto do TRE-MT "Linguagem Simples e Democracia" é apresentado em conferência internacional TRE-MT conquista Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade 2025 Aprovação do Plano Integrado das Eleições 2026 	<ul style="list-style-type: none"> Adoção do TRE-MT ao Plano Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC Processos de revisão e aperfeiçoamento do regimento interno TRE-MT lança Plano de Gestão 2025-2027 com foco em eficiência e inovação TRE-MT debate aprimoramento da gestão de cargos e funções comissionadas Cooperação TREMT + TCEMT para produção de cartilha e capacitação sobre condutas vedadas Núcleo de Justiça Restaurativa é instituído para promover a cultura de paz 	<ul style="list-style-type: none"> Projeto SilvestRE: produção e distribuição de "bolinhas de vida" Programa SoletRE forma 32 alunos e reforça inclusão social por meio da alfabetização Campanha Solidária de Arrecadação de alimentos em apoio ao Hospital de Câncer Justiça Eleitoral lança nova campanha "TRE Sustentável" 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa de Clima Organizacional TRE-MT aprova moção de elogio a zonas eleitorais que atingiram meta do cadastramento biométrico Campanhas motivacionais e de capacitação Servidores do TRE-MT apresentam projeto conjunto no Seminário Nacional de Memória do Judiciário Programa Menor Aprendiz Servidores do TRE-MT e seus familiares celebram o Dia das Crianças com espetáculo circense 	<ul style="list-style-type: none"> Campanha "Guaraná com a Presidência" EJE-MT celebra 20 anos com entrega da Medalha do Mérito Acadêmico Eleitoral Capacitações e parcerias com escolas judiciais para integração e capacitação dos magistrados(as) 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de Prevenção e Promoção da Saúde Feira de Orgânicos e Produtos Naturais Palestra aborda meditação como técnica de promoção de bem-estar Ações de combate à violência doméstica para servidores, colaboradores e magistrados 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de Capacitações aos servidores da JE Capacitação em Dimensionamento da Força de Trabalho Ações de qualificação continuada em Acessibilidade e Inclusão e Fortalecimento do atendimento humanizado a pessoas com deficiência e TEA Eleições 2026: TRE-MT capacita 180 profissionais em "Ações e Recursos Eleitorais" Palestra online sobre letramento racial no serviço público 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Contratações Anual para 2026 Acompanhamento em Painéis em Business Intelligence em Gestão Orçamentária e Financeira Comissão do TRE-MT destaca economia de 20% na energia elétrica Parcerias para otimização de infraestrutura e compartilhamento de imóveis 	<ul style="list-style-type: none"> Avanços no iGovTIC-Jud TRE-MT implantará Nexus Plenário para modernizar sessões de julgamento TRE-MT aprimora acompanhamento de produtividade processual com painel integrado Comitê Gestor do PJe do TRE-MT discute melhorias em sistema eletrônico Solução do TRE-MT para Gestão de Eleição é case de sucesso ao GeoTech Day 2025

Tabela 4 - Mapa integrado da Estratégia, Missão, Visão e ações relacionadas

3.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade de geração de valor

A governança organizacional destina-se a avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com o objetivo de conduzir as atividades institucionais e a prestação de serviços aos interesses da sociedade. Já a gestão refere-se aos processos organizacionais, sendo responsável pelo planejamento, execução, controle e ação.



Figura 15 - Relação entre governança e gestão

O sistema de governança e gestão do TRE-MT estabelecido pela [Resolução TRE-MT nº 1.719/2016](#) representa a estrutura de governança do Tribunal, as definições, os papéis envolvidos, as competências, as interações entre as instâncias e as diretrizes e os mecanismos de governança do Tribunal.

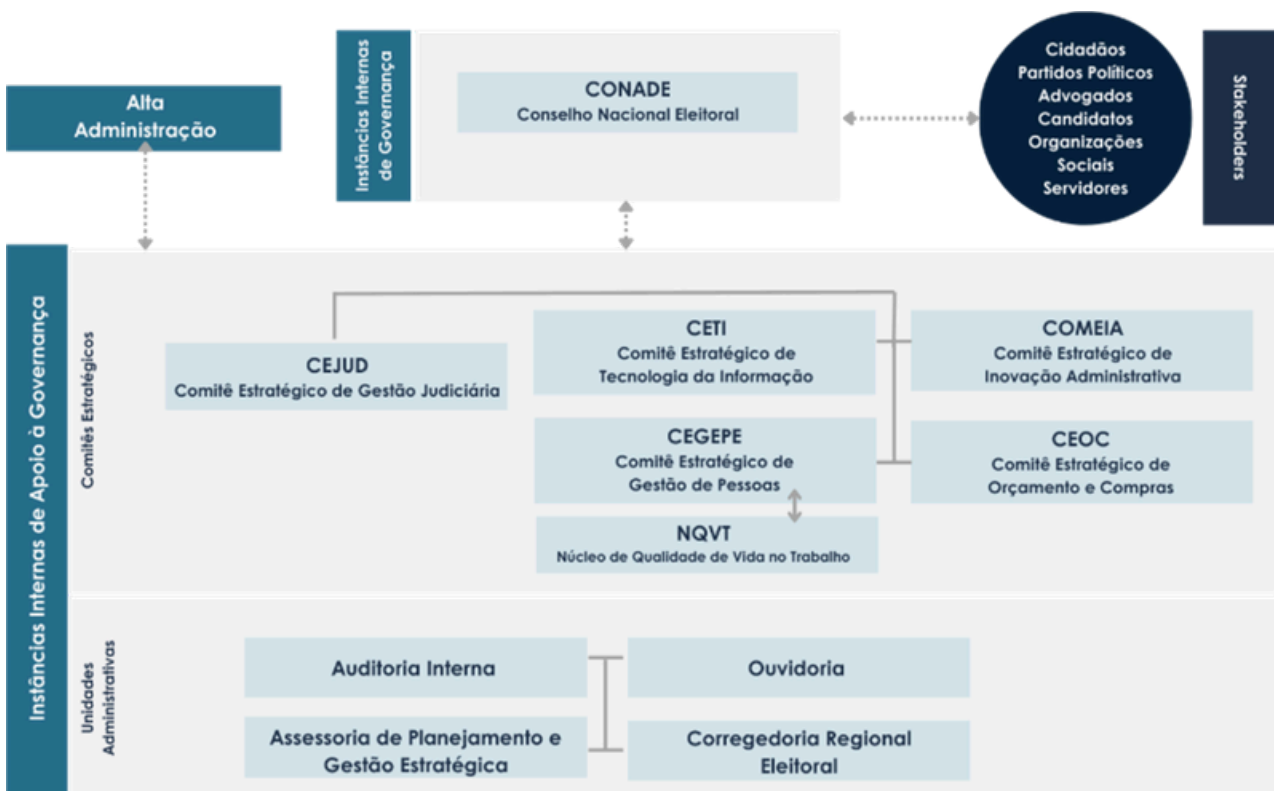


Figura 16 - Instâncias da Rede Interna de Governança do TRE-MT e seus relacionamentos

Além disso, para que as funções de governança sejam executadas de forma satisfatória, o TRE-MT adota mecanismos e práticas de governança que dão direcionamento estratégico e permitem que os resultados sejam monitorados e avaliados.

Mecanismos	Instrumentos
Liderança	Sistema de Governança e Gestão
Estratégia	Planejamento Estratégico Institucional
	Planos Diretores das Secretarias
	Plano de Logística Sustentável
	Plano da Gestão 2025-2027
	Gestão de Riscos
Controle	Auditorias Internas
	Prestação de Contas Anual
	Portal da Transparência

Tabela 5 - Mecanismos de Governança

Perfil de Governança e Gestão Pública

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza, desde 2007, o ciclo de Levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional Pública, visando aferir o nível de maturidade das instituições públicas quanto à governança pública institucional, de contratações e orçamento, de pessoas e de tecnologia da informação. No exercício de 2025 o TCU realizou diagnóstico da governança no setor público adicionando práticas relacionadas com a sustentabilidade social e ambiental, compondo o primeiro indicador público federal sobre ESG ("Environment, Social and Governance"). A seguir apresentamos os resultados de 2024 em comparação com o levantamento de 2021:

Índice	Descrição	Desempenho		
		2021	2024	Faixa de classificação
iGG	Índice Integrado de governança e gestão públicas	50,2%	64,5%	Intermediário
iGovPub	Índice de governança pública	52,4%	60,4%	Intermediário
iGovPessoas	Índice de governança e gestão de pessoas	50,1%	54,3%	Intermediário
iGestPessoas	Índice de capacidade em gestão de pessoas	50,7%	55,8%	Intermediário
iGovTI	Índice de governança e gestão de TI	45,8%	50,6%	Intermediário

iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI	46,2%	50,2%	Intermediário
iGovContrat	Índice de governança e gestão de contratações	64,2%	88,1%	Aprimorado
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações	52,1%	84,9%	Aprimorado
iGovOrcament	Índice de governança e gestão orçamentária	65,4%	74,6%	Aprimorado
iGestOrcament	Índice de capacidade em gestão orçamentária	48,5%	71,1%	Aprimorado
iESGo	Índice ESG	-	60,9%	Intermediário
iES	Índice Integrado de sustentabilidade ambiental e social	-	56,1%	Intermediário
iGovSustentAmb	Índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental	-	67,7%	Intermediário
iGovSustentSocial	Índice de governança e gestão da sustentabilidade social	-	46,7%	Intermediário

Tabela 6 - Evolução dos resultados alcançados pelo TRE-MT nos ciclos 2021 e 2024

Índice	Descrição	Desempenho		
		2021	2024	Posição na Justiça Eleitoral
iGG	Índice Integrado de governança e gestão públicas	50,2%	64,5%	15°
iGovPub	Índice de governança pública	52,4%	60,4%	21°
iGovPessoas	Índice de governança e gestão de pessoas	50,1%	54,3%	23°
iGestPessoas	Índice de capacidade em gestão de pessoas	50,7%	55,8%	16°
iGovTI	Índice de governança e gestão de TI	45,8%	50,6%	28°
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI	46,2%	50,2%	27°
iGovContrat	Índice de governança e gestão de contratações	64,2%	88,1%	3°
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações	52,1%	84,9%	3°
iGovOrcament	Índice de governança e gestão orçamentária	65,4%	74,6%	17°
iGestOrcament	Índice de capacidade em gestão orçamentária	48,5%	71,1%	13°
iESGo	Índice ESG	-	60,9%	21°
iES	Índice Integrado de sustentabilidade ambiental e social	-	56,1%	21°
iGovSustentAmb	Índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental	-	67,7%	26°
iGovSustentSocial	Índice de governança e gestão da sustentabilidade social	-	46,7%	17°

Tabela 18 - Posição do TRE-MT em relação ao segmento da Justiça Eleitoral

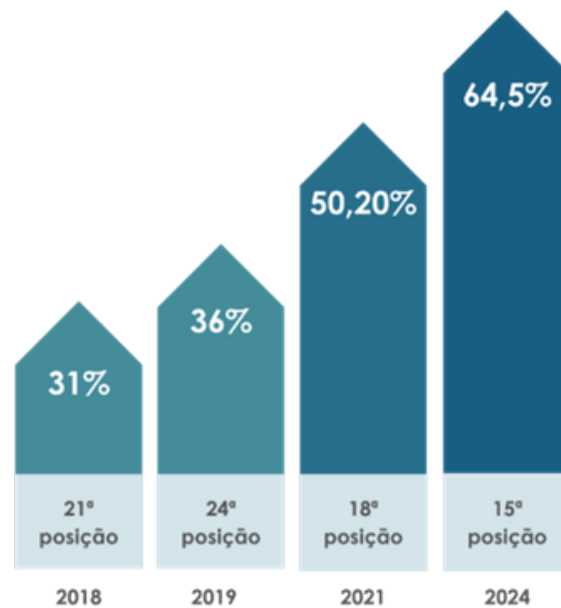


Figura 17 - Evolução do TRE-MT no IGG - Índice Integrado de governança e gestão públicas

Em 2025, a Administração optou pela continuidade do projeto estratégico “Aprimoramento da Governança Institucional” para o ciclo 2026, em atendimento do levantamento do TCU baseado no levantamento iESGo – Índice ESG (Environmental, Social and Governance), para a melhoria da governança institucional.

As informações relativas aos resultados do levantamento estão disponíveis no sítio eletrônico do TCU em: <https://iesgo.tcu.gov.br/>.

Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados:

Diante das orientações dos órgãos de controles, por meio dos Acórdãos 588/2018 – Plenário e 2.699/2018 - Plenário, a Alta Administração iniciou algumas medidas com o objetivo de promover ações que incrementem na capacidade de governança e de gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. Tais medidas adotadas envolvem iniciativas de melhorias realizadas no decorrer de 2025, as quais pode-se citar:

Governança Pública	Governança e Gestão de Pessoas	Governança e Gestão de Contratações	Governança e Gestão Orçamentária	Governança e Gestão de Tecnologia da Informação
Projeto Estratégico - Aprim. da Governança Institucional - Ciclo 2026	Novos objetivos, indicadores táticos e metas para gestão de pessoas	Disseminação de conhecimento do Código de Ética das Contratações aos colaboradores	Aperfeiçoamento dos processos de gestão orçamentária	Ações para melhoria da governança de TIC (iGovTIC-JUD)
Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC	Promoção de ações voltadas à melhoria da saúde dos servidores	Monitoramento do Plano de Contratação Anual	Promoção de ações voltadas a melhoria da gestão orçamentária	Disseminação de boas práticas em geotecnologia nas Eleições
Promoção de ações na temática de Gestão de Riscos	Incentivo a educação corporativa continuada da organização	Capacitação em licitações e contratos sobre terceirização no serviço público	Formalização de parcerias visando a otimização de infraestrutura	Desenvolvimento de painel integrado para acompanhamento de produtividade processual

Figura 18 – Ações promovidas em relação aos indicadores de governança e gestão

3.1.3 Resultados e Desempenho da Estratégia Institucional

Resultados dos Objetivos Estratégicos, Indicadores por Perspectiva

SOCIEDADE	Resultado 2024	Resultado 2025	Meta 2025	% Cumprimento
	OE.1. Ser reconhecida por promover a justiça e garantir o exercício da democracia participativa, buscando a satisfação do cidadão na prestação de serviços. Responsável: DG			
i.1 - Satisfação do cliente (NPS)	70%	100%	80%	> 120%

Tabela 8 - Desempenho na perspectiva: Sociedade

PROCESSOS INTERNOS	Resultado 2024	Resultado 2025	Meta 2025	% Cumprimento
	OE.2. Assegurar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional. Responsável: SJD			
i.2 - Redução do estoque processual	100,21%	103,06%	100%	100%
i.3 - Priorização de processos antigos	139,65%	142,15%	70%	100%
i.4 - Julgamento de processos prioritários	125%	111,11%	100%	100%
OE.3. Ampliar a transformação digital da Justiça Eleitoral com foco na efetividade e inclusão. Responsável: STI				
i.5 - Alcance da transformação digital	81,48%	82,35%	85%	96%
OE.4 - Atuar em rede se relacionando com os demais Poderes e Operadores da Justiça Eleitoral. Responsável: DG				
i.6 - Parcerias Estratégicas	100%	100%	30%	100%
OE.5 - Fortalecer a imagem institucional e a transparência do processo eleitoral e seus resultados. Responsável: DG				
i.7 - Transparência	97,86%	97,89%	100%	97,89%
i.23 - Percepção da imagem e atuação do TRE-MT	NM*	NM*	--	--
OE.6 - Aprimorar a gestão de riscos e de integridade adotando práticas que garantam a efetividade da governança institucional. Resp.: AGE				
i.9 - Implantação da gestão de riscos	62%	93%	90%	100%
i.10 - Cumprimento das recomendações de auditoria interna	60,38%	55,10%	70%	78%
OE.7 - Orientar as políticas institucionais em consonância às diretrizes desenvolvimento sustentável. Responsável: SAO				
i.11 - Compras Públicas Sustentáveis	87%	73%	20%	100%

*NM: Não mensurado

Tabela 9 - -- Desempenho na perspectiva: Processos Internos

RECURSOS	Resultado 2024	Resultado 2025	Meta 2025	% Cumprimento
	O.E.8 - Valorizar o Servidor promovendo a retenção dos talentos com o objetivo de minimizar a rotatividade na instituição. Responsável: SGP			
i.12 - Clima organizacional	83%	85,40%	70%	100%
O.E.9 - Fortalecer a integração dos Magistrados nas atividades do TRE-MT. Responsável: EJE				
i.13 - Integração de Magistrados na seara eleitoral	73%	70%	70%	100%
O.E.10 - Viabilizar um ambiente seguro, saudável e produtivo. Responsável: SGP				
i.24 - Índice de Absenteísmo	2,94%	1,81%	>4%	100%
O.E.11 - Prover uma força de trabalho preparada e disponível para as necessidades da instituição. Responsável: SGP				
i.25 - Aperfeiçoamento em liderança	132h	201,30hs	40hs	100%
i.26 - Disponibilidade da força de trabalho efetiva nos cartórios eleitorais	78,98%	80,70%	85%	95%
O.E.12 - Aprimorar a gestão de investimentos, gastos e despesas. Responsável: SAO				
i.17 - Aderência da execução ao planejamento orçamentário	64,63%	72,30%	80%	90%
i.18 - Perdas orçamentárias	0,99%	1,75%	> 2%	100%
i.19 - Índice de Execução do Plano de Contratações	88%	88%	75%	100%
O.E. 13 - Potencializar as entregas de TIC alinhada às necessidades institucionais em soluções corporativas e transformação digital. Responsável: STI				
i.20 - iGOV-TIC-JUD	76,42%	78,83%	75%	100%
i.21 - Projetos adhoc que entraram no PDTIC	81,84%	2,86%	> 10%	100%
i.22 - Projetos aderentes ao modelo de entrega ágil ou seguro	%	100%	75%	100%

Tabela 10 - Desempenho na perspectiva: Recursos

Índice de cumprimento das metas dos indicadores estratégicos

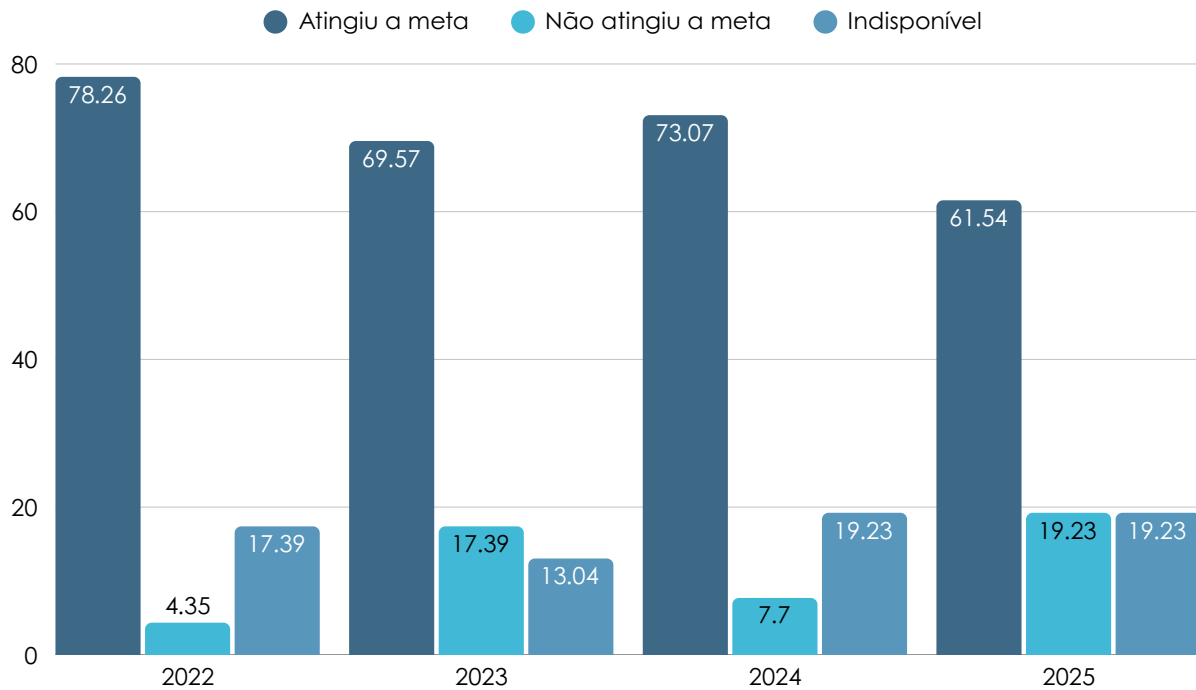


Figura 19 - Comparativo do desempenho dos indicadores estratégicos nos exercícios

Índice de cumprimento das metas dos indicadores estratégicos

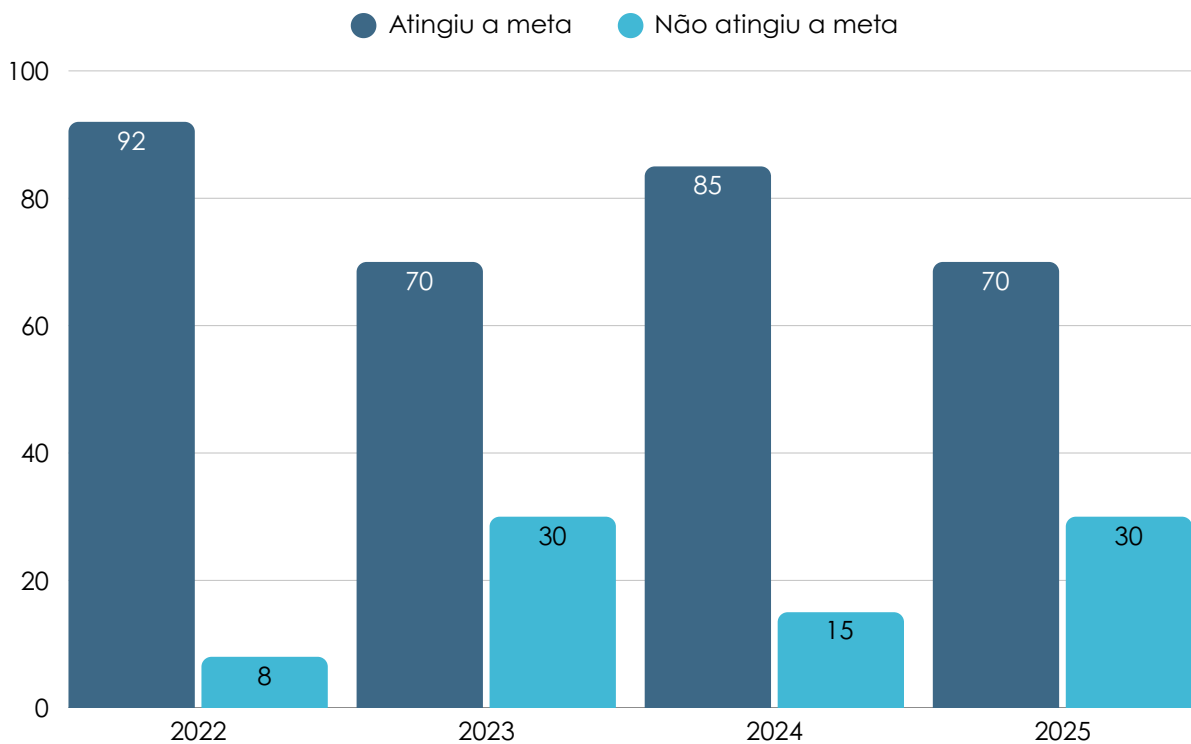


Figura 20 - Comparativo do desempenho dos objetivos estratégicos nos exercícios

Índice de cumprimento dos projetos estratégicos

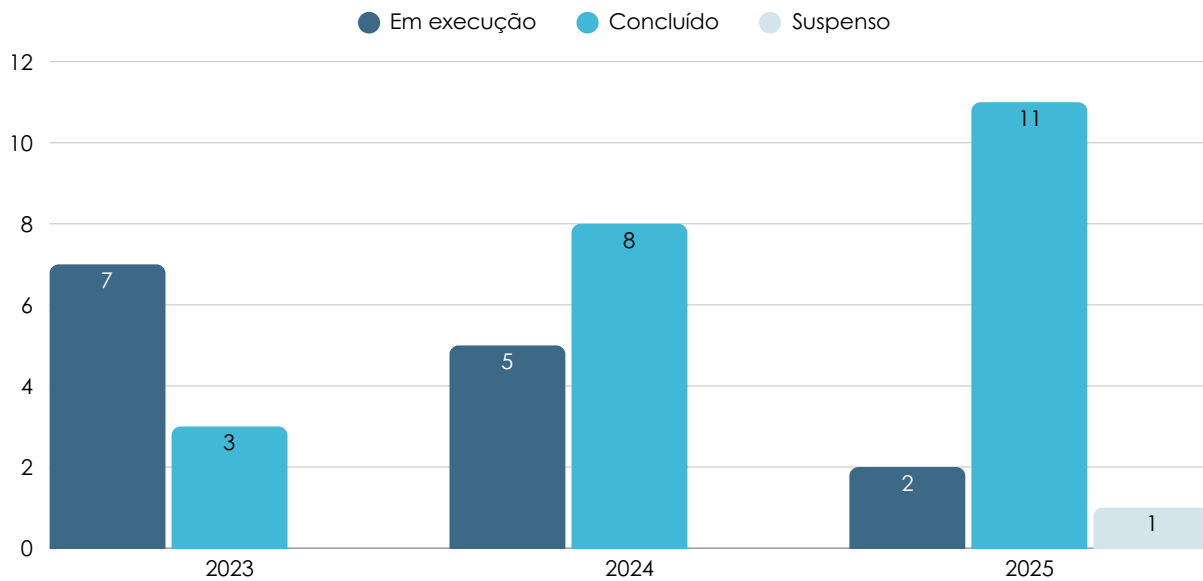


Figura 21 - Panorama geral da execução dos projetos estratégicos nos exercícios

Para conhecer o detalhamento dos resultados obtidos no Plano Estratégico 2021-2026 do TRE-MT em cada trimestre avaliado, juntamente com a análise de contexto e os riscos levantados para cada objetivo estratégico, projetos estratégicos, indicadores e metas, consulte o Relatório de Gestão Estratégica disponível em: [Transparência e prestação de contas > Planejamento Estratégico](#).

Resultados e Desempenho dos Planos Diretores

Alguns planos diretores das secretarias foram revisados, considerando as novas diretrizes e eixos da gestão (2025-2027). Os objetivos táticos e resultados-chaves não concluídos foram analisados considerando os cenários interno e externo da organização, a fim de decidir o melhor direcionamento nos próximos dois anos.

No ano de 2025, manteve-se o acompanhamento dos planos diretores setoriais, através das reuniões de análise tática (RAT). O detalhamento dos relatórios de acompanhamento dos planos diretores, podem ser acompanhados através do site do TRE-MT, disponível em: [Transparência e prestação de contas > Plano Tático-Operacionais](#).

3.4 RESULTADOS ALCANÇADOS ANTE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AS PRIORIDADES DA GESTÃO

Plano da Gestão 2025-2027

O Plano da Gestão 2025-2027, aprovado pela Portaria TRE-MT nº 296/2025, em 11 de setembro de 2025, é instrumento que tem como objetivo definir as estratégias e ações específicas para alcançar as metas e objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional. Ele é um plano de nível intermediário, que se situa entre o planejamento estratégico (que define a visão, missão, objetivos e diretrizes gerais da organização) e o planejamento operacional (que detalha as atividades e tarefas necessárias para implementar as estratégias definidas no planejamento tático). O Plano da Gestão 2025-2027 está disponível [aqui](#).

O Plano de Gestão é um instrumento para o desdobramento do Planejamento Estratégico 2021-2026, desenvolvido com a participação colaborativa e integrada das unidades a partir das diretrizes de priorização definidas pela gestão 2025-2027, alinhadas à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o ciclo 2021-2026 e às diretrizes da Justiça Eleitoral.

Diretrizes da Gestão 2025-2027

- Consolidar a transparência e a confiabilidade da Justiça Eleitoral com acessibilidade e sustentabilidade, ampliando a relação com a sociedade
- Fomentar a excelência das ações administrativas e judiciais do TRE-MT
- Disseminar a educação democrática e do papel da Justiça Eleitoral
- Promover a inovação e transformação digital inclusiva
- Fortalecer o engajamento dos servidores e magistrados, especialmente no pertencimento à justiça eleitoral

Figura 22 – Diretrizes da Gestão 2025-2027

Das 126 entregas previstas no Plano da Gestão 2025-2027, 23 foram concluídas já em 2025, a saber:

1	Revista Democrática
2	Capacitação em Inteligência artificial e eleições
3	Capacitação em raça, gênero e etnia
4	Capacitação em direitos humanos e direito eleitoral
5	Capacitação em LGPD no eleitoral
6	Acompanhamento de execução do Plano Anual das Contratações - PCA
7	Capacitação em Direito Penal Eleitoral
8	Visio 2.0
9	Projeto Unidade de Resposta Audível
10	Capacitação em propaganda eleitoral
11	Normatizar os serviços de Achados & Perdidos
12	Pesquisa de Saúde Mental
13	Planejamento Integrado das Eleições 2026
14	Programa Inteligência Eleitoral - Painel de Acessibilidade dos Locais de Votação
15	Plano de Projeto das Eleições 2026 - Sistemas Eleitorais e Urnas Eletrônicas
16	Projeto SAC
17	Divulgação do Código de Ética das Contratações do TRE-MT

18	Portal da CAS + Saúde
19	Exames Periódicos 2025
20	Planejamento de Acessibilidade do TRE-MT *TREPDCD *SOLETRE 2025
21	Inclusão de pessoas com deficiência nas contratações públicas
22	Desenvolver boletim com resumo didático dos julgamentos mais relevantes
23	Programa Inteligência Eleitoral - Novos Locais de Votação e Distribuição das Seções Eleitorais

Figura 23 - Entregas do Plano da Gestão em 2025

3.5 RESULTADOS DOS PROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocesso prestação jurisdicional

A adequada prestação jurisdicional consiste na atuação institucional voltada ao julgamento célere e imparcial de todas as ações submetidas à Justiça Eleitoral de Mato Grosso. O desempenho eficiente nessa esfera visa, sobretudo, assegurar o pleno exercício da soberania popular.

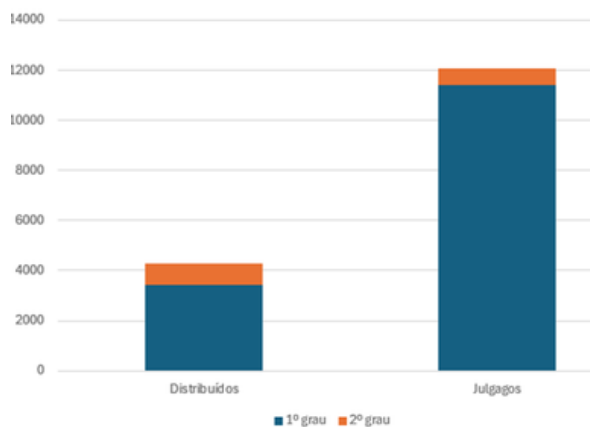
No ano de 2025, foram realizadas 87 (oitenta e sete) sessões plenárias, tendo o ano judiciário iniciado em 23 de janeiro. Desse total, 80 (oitenta) sessões foram ordinárias e 8 (oito) foram solenes, destinadas à posse de novos juízes-membros e à entrega de honorárias. As sessões ocorreram de forma alternada entre os formatos presencial, por videoconferência e, mais recentemente, em modelo híbrido, instituído pela Resolução TRE-MT nº 2928, de 29 de setembro de 2025.

No **1º grau**, a jurisdição é exercida pelas zonas eleitorais, cujos indicadores estratégicos de desempenho são monitorados pela **Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)**, que orienta as equipes dos cartórios eleitorais para o bom andamento de suas atividades, especialmente quanto a instruções, julgamentos e baixas dos processos finalísticos, implicados nas Metas Nacionais do Poder Judiciário, entre outras atribuições.

No **2º grau**, cabe à **Secretaria Judiciária**, unidade vinculada à Secretaria do TRE-MT, gerir as atividades relativas ao processamento e julgamento dos feitos de competência originária e recursal do Tribunal. Essa unidade é responsável pela mensuração e pelo monitoramento dos indicadores que permitem avaliar e acompanhar o cumprimento, no âmbito do 2º grau, das metas relacionadas aos objetivos estratégicos jurisdicionais.

Dados processuais em 2025

Foram distribuídos ao Tribunal Regional Eleitoral (somar dados do primeiro e do segundo grau) processos e julgados (somar dados do primeiro e do segundo grau) processos, conforme tabelas e gráficos a seguir:



Processos	1º grau	2º grau	Total
Distribuídos	3.444	857	4.301
Julgados	11.414	669	12.083

Figura 24 - Processos distribuídos e julgados no ao de 2025

Tabela 11 - Processos distribuídos e julgados no ao de 2025

Processos distribuídos por classe processual

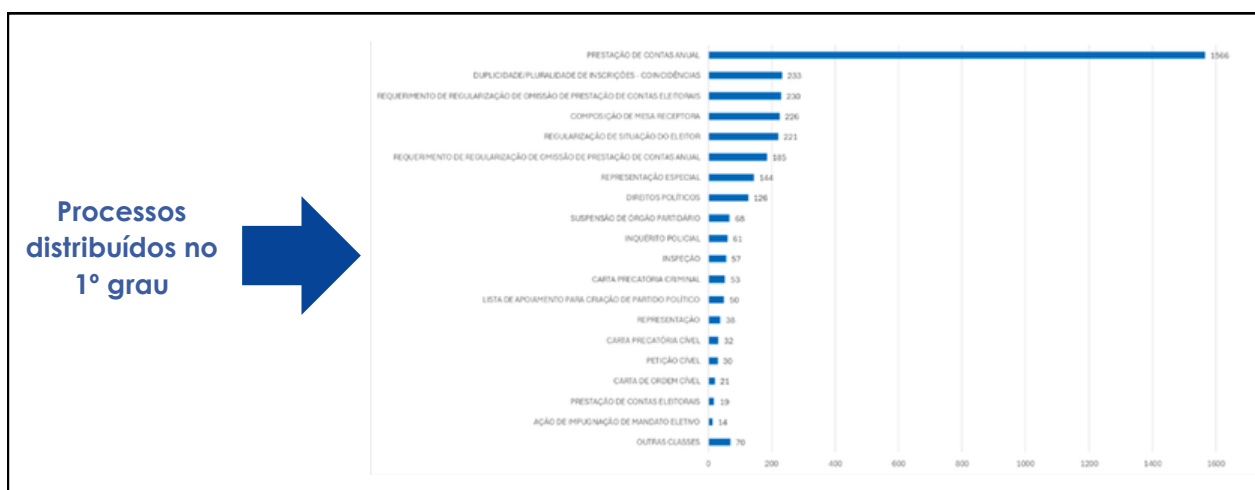


Figura 25 - Processos distribuídos por classe processual no 1º grau no ano de 2025

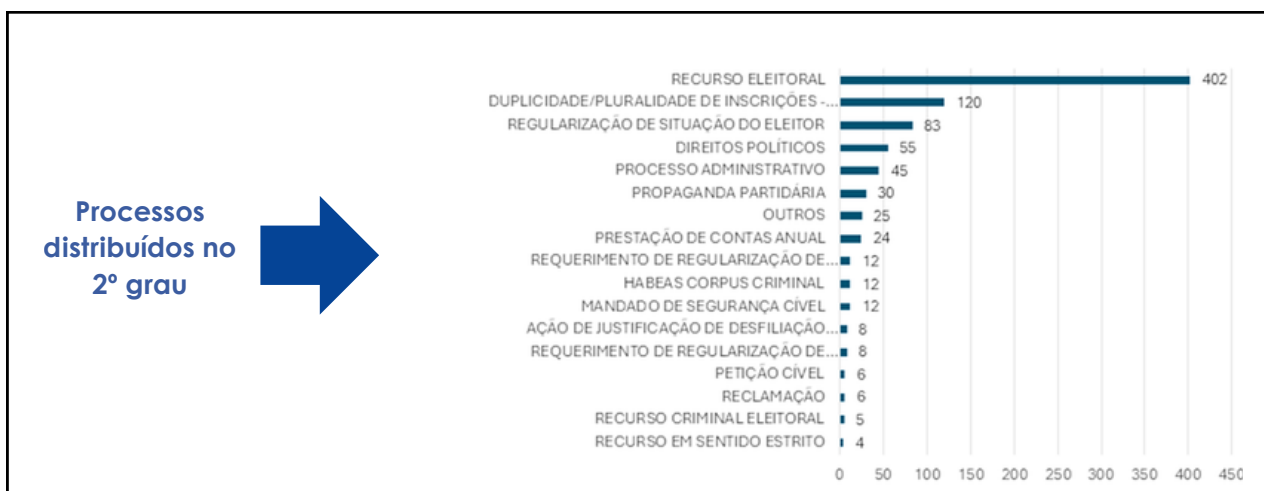


Figura 26 - Processos distribuídos por classe processual no 2º grau no ano de 2025

ESTOQUE PROCESSUAL

Evolução do estoque processual do 1º grau em 2025

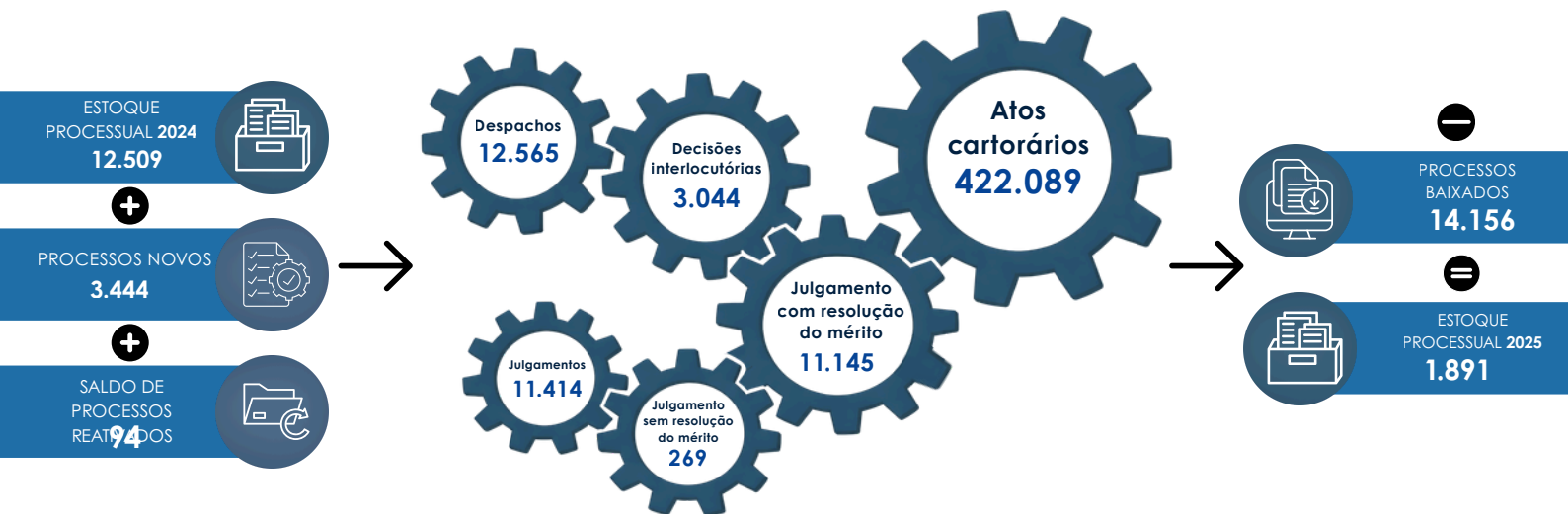


Figura 27 - Evolução do estoque processual do 1º grau em 2025

Evolução do estoque processual do 2º grau em 2025

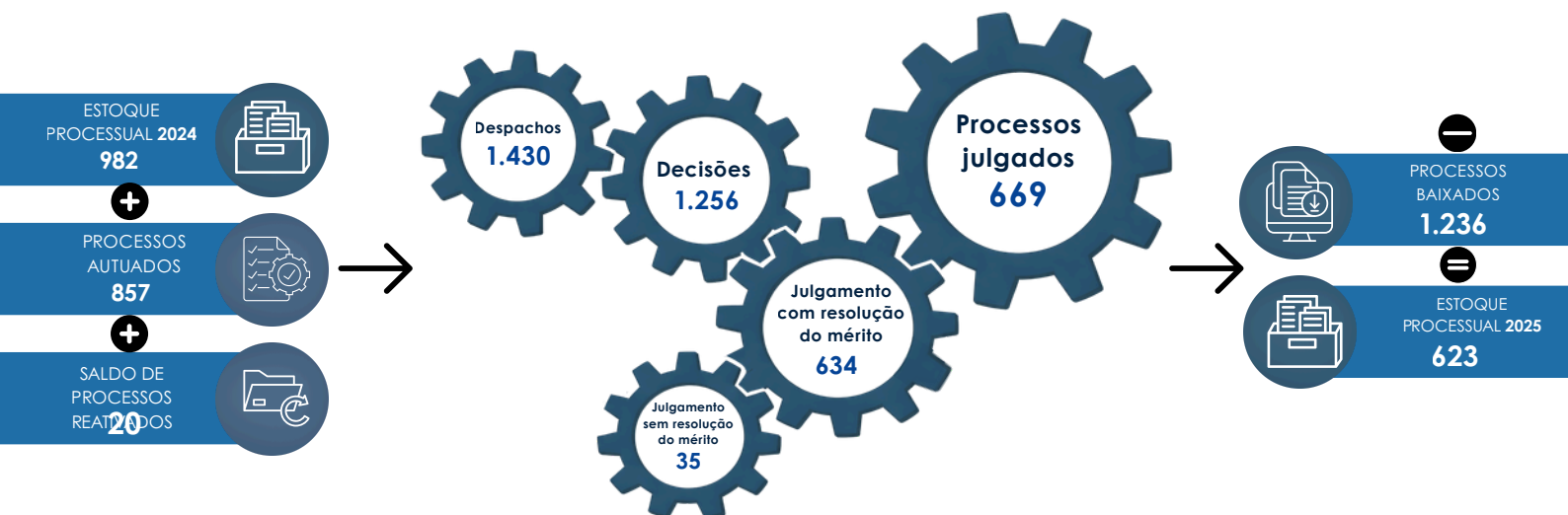


Figura 28 - Evolução do estoque processual do 2º grau em 2025

Metas Nacionais CNJ

Ao longo do exercício de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso manteve desempenho destacado na prestação jurisdicional, alcançando integralmente todas as Metas Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para a Justiça Eleitoral. Os resultados evidenciam o comprometimento institucional com a eficiência, a celeridade processual e a entrega de serviços de qualidade à sociedade mato-grossense.

Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos do ano corrente

No exercício de 2025, o Tribunal apresentou desempenho expressivo no cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça, evidenciando a manutenção de um ritmo de julgamento superior ao de distribuição de feitos. Tal resultado demonstra a capacidade institucional de reduzir o passivo processual e reforça os indicadores de eficiência e celeridade na tramitação e resolução das demandas judiciais.

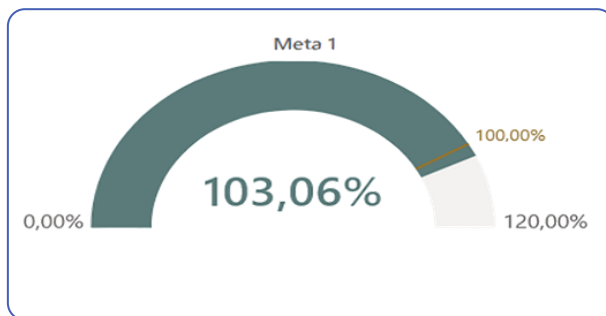


Figura 29 - Desempenho da Meta 1 em 2025

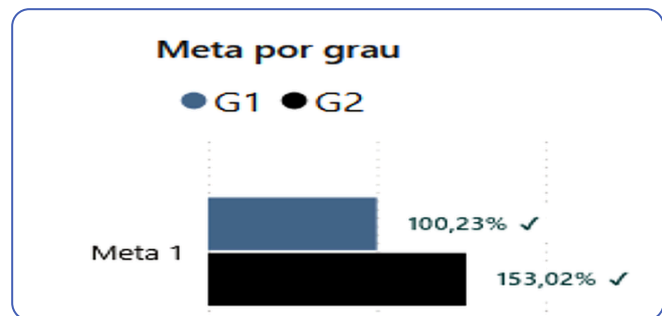


Figura 30 - Desempenho da Meta 1 por Grau em 2025

Meta 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2025, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2023 e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2019) ou mais.

O cumprimento da Meta 2 do CNJ pelo Tribunal representa a observância ao preceito constitucional da razoável duração do processo, contribuindo para o aprimoramento da prestação jurisdicional e para a redução do passivo processual. A antecipação do atingimento da meta, ainda no primeiro trimestre, evidencia o compromisso do TRE-MT com a eficiência, e a celeridade na tramitação e julgamento das ações judiciais.

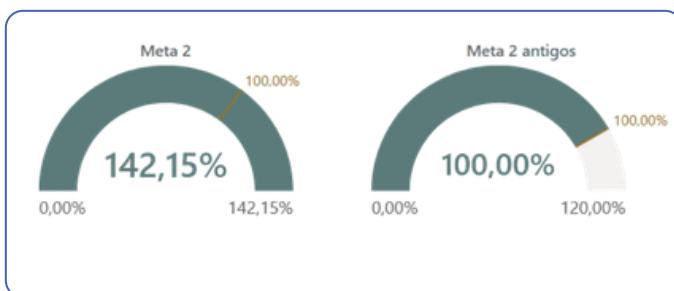


Figura 31 - Desempenho da Meta 2 em 2025

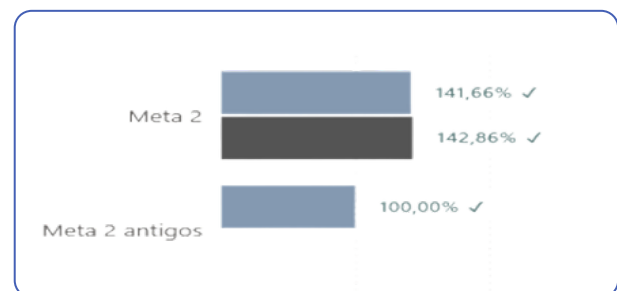


Figura 32 - Desempenho da Meta 2 por Grau em 2025

*Meta 2 antigos – No 2º grau não havia processos pendentes enquadrados nessa meta.

Meta 4 - Identificar e julgar, até 31/12/2025, 90% dos processos referentes às eleições de 2022, e 50% dos processos referentes às eleições de 2024, distribuídos até 31/12/2024, que possam importar em perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

A Meta 4, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a Justiça Eleitoral no âmbito das Metas Nacionais do Poder Judiciário, tem como finalidade assegurar a prioridade no julgamento de processos que possam acarretar perda de mandato ou inelegibilidade, contribuindo diretamente para a regularidade e a segurança das disputas eleitorais. O cumprimento dessa meta pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso evidencia um avanço consistente nas ações de identificação e julgamento dos processos eleitorais de 2022 e 2024, com clara priorização daqueles com potencial impacto nas Eleições Gerais de 2026. Isso se dá em razão do Tribunal se impor, internamente, metas ainda mais audaciosas, como as do Projeto Pauta Limpa.



Figura 33 - Meta 4 Eleições 2022 e Eleições 2024

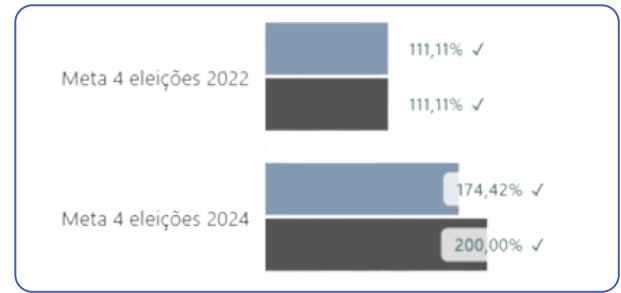


Figura 34 - Meta 4 Eleições 2022 e Eleições 2024 por Grau em 2025

Meta 9 – Implantar, em 2025, um projeto oriundo do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030.

Id.	Pergunta	Resposta	Período
P9.1	O tribunal instituiu laboratório de inovação ou espaço similar?	Sim	Maio
P9.2	O tribunal elaborou plano de ação inovadora?	Sim	Maio
P9.3	O tribunal enviou o plano de ação inovadora ao CNJ?	Sim	Maio
P9.4	Percentual de execução da ação.	100%	Dezembro
P9.5	O tribunal realizou ação voltada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030?	Sim	Maio

Tabela 12 - Desempenho da Meta 9

PAUTA LIMPA



O Projeto Pauta Limpa, instituído no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), tem por finalidade aprimorar os mecanismos de controle e promoção da probidade administrativa no processo eleitoral. Inspirado nos parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), o projeto configura-se como ferramenta estratégica para o incremento da eficiência e tempestividade na apreciação de feitos relacionados à elegibilidade e inelegibilidades.

Sua implementação visa assegurar a disponibilização de informações fidedignas, atualizadas e acessíveis acerca da situação jurídico-eleitoral de candidatos, antes e durante o período eleitoral, contribuindo para o fortalecimento da integridade e transparência do pleito.

Em 2025, o Projeto foi formalmente aprovado em 25 de agosto, por meio da Resolução TRE-MT nº 2.924.

Meta A1 – Julgar até 31 de julho de 2026, na primeira instância, 95% dos processos prioritários autuados até 31 de dezembro de 2025.

PAUTA LIMPA 2026 - META A1													
Processos prioritários autuados na primeira instância até 31/12/2025													
Julgar 95% até 31/07/2026													
Dados extraídos em 31/12/2025													
	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	TOTAL
Processos prioritários pendentes de julgamento em 31/12/2024	149												
Processos prioritários autuados	12	-	-	2	-	2	2	1	-	1	-	-	20
Processos prioritários julgados	9	10	7	11	12	12	16	10	6	2	7	10	112
Processos prioritários que entraram na meta													
Processos prioritários que sairam da meta													
Julgamentos mensais previstos para o cumprimento da meta	5%	10%	15%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	55%	60%	95
Julgamento de processos prioritários no 1º grau	6%	12%	16%	23%	30%	37%	46%	52%	55%	56%	60%	66%	66,27%
	Percentual de julgamento dos processos implicados na meta												66,27%
	Percentual de cumprimento da meta												69,76%
	Processos a julgar para cumprir a meta												49

Tabela 13 - Desempenho da Meta A1 do projeto Pauta Limpa

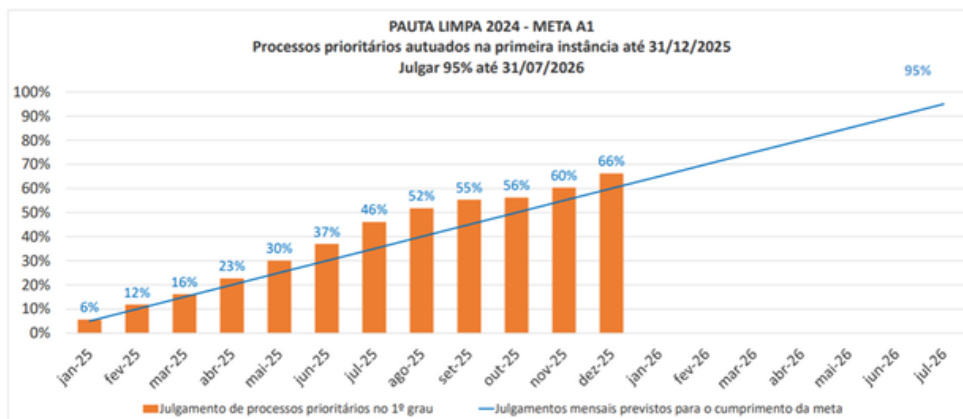


Figura 35 - Desempenho da Meta A1 do projeto Pauta Limpa

Meta A2 – Julgar até 31 de julho de 2026, na segunda instância, 100% dos processos prioritários autuados até 31 de dezembro de 2025.

PAUTA LIMPA 2026 - META A2													
Processos prioritários autuados na segunda instância até 31/12/2025													
Julgar 100% até 31/07/2026													
Dados extraídos em 31/12/2025													
	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	TOTAL
Processos prioritários pendentes de julgamento em 31/12/2024	25												
Processos prioritários autuados	9	25	11	5	7	6	13	7	6	2	1	3	95
Processos prioritários julgados	-	5	5	15	5	8	15	16	11	9	7	8	104
Processos prioritários que entraram na meta													-
Processos prioritários que saíram da meta													-
Julgamentos mensais previstos para o cumprimento da meta	5%	11%	16%	21%	26%	32%	37%	42%	47%	53%	59%	63%	100
Julgamento de processos prioritários no 2º grau	0%	8%	14%	33%	37%	43%	52%	64%	70%	77%	82%	87%	
Percentual de julgamento dos processos implicados na meta													86,67%
Percentual de cumprimento da meta													86,67%
Processos a julgar para cumprir a meta													16

Tabela 14 - Desempenho da Meta A2 do projeto Pauta Limpa

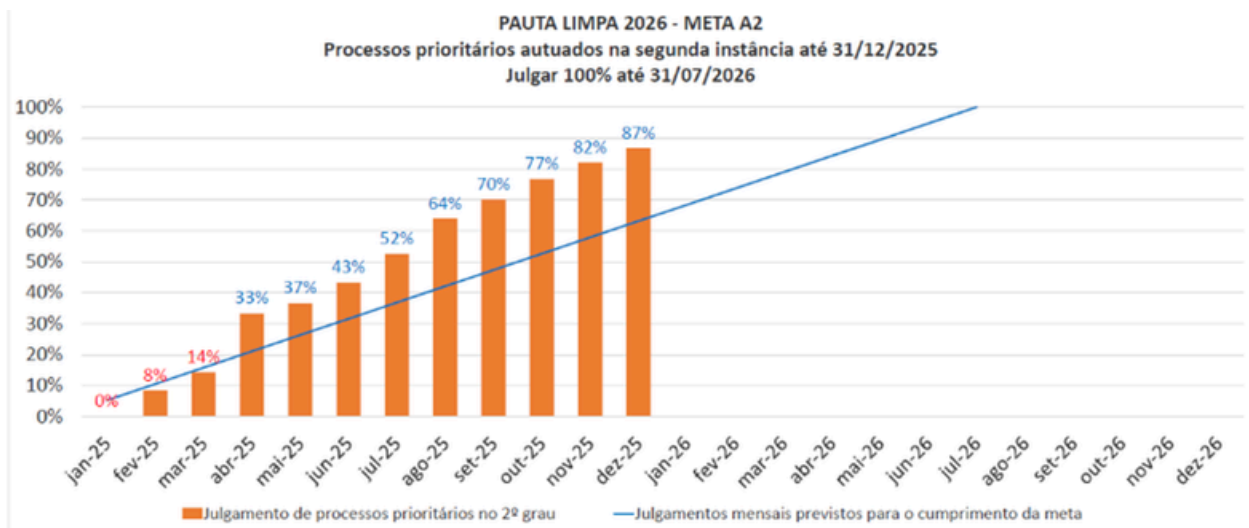


Figura 36 - Desempenho da Meta A2 do projeto Pauta Limpa

Meta B1 – Julgar até 31 de dezembro de 2025, na primeira instância, 96% dos processos de prestação de contas eleitorais.

PAUTA LIMPA 2026 - META B1													
Prestações de Contas Eleitorais autuadas na primeira instância													
Julgar 96% até 31/12/2025													
Dados extraídos em 31/12/2025													
	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	TOTAL
Contas eleitorais pendentes de julgamento em 31/12/2024	7.914												
Prestações de contas eleitorais autuadas no mês	15	6	4	1	8	43	15	13	18	44	66	16	249
Prestações de contas eleitorais julgadas no mês	623	1.987	2.072	1.144	932	519	445	52	65	37	99	84	8.059
Prestações de contas eleitorais que entraram na meta													-
Prestações de contas eleitorais que saíram da meta													-
Julgamentos mensais previstos para o cumprimento da meta	8%	16%	24%	32%	40%	48%	56%	64%	72%	80%	88%	96%	96
Julgamento de contas eleitorais no 1º grau	8%	33%	59%	73%	85%	91%	96%	97%	98%	97%	98%	99%	
Percentual de julgamento dos processos implicados na meta													98,73%
Percentual de cumprimento da meta													102,84%
Processos a julgar para cumprir a meta													-222

Tabela 15 - Desempenho da Meta B1 do projeto Pauta Limpa

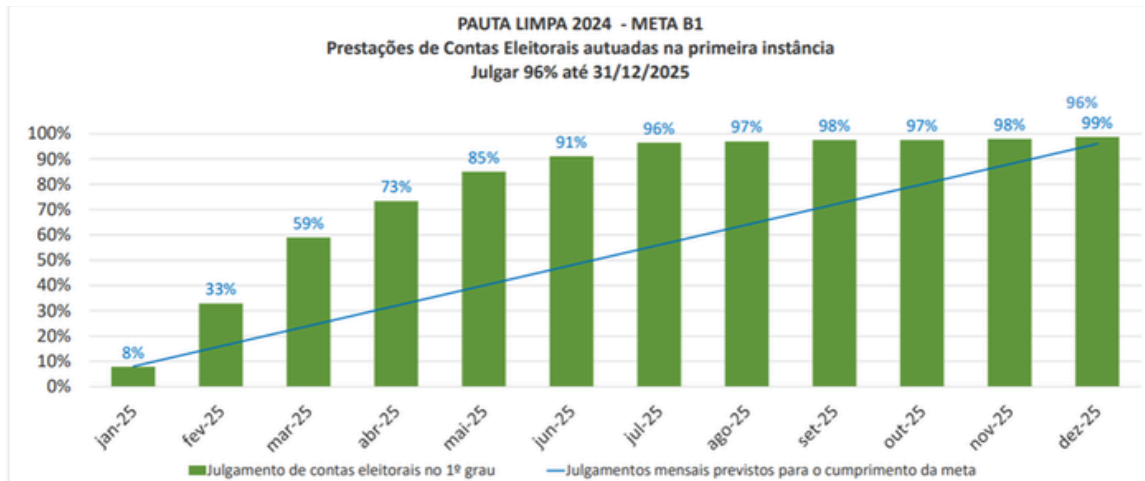


Figura 37 - Desempenho da Meta B1 do projeto Pauta Limpa

Meta B2 – Julgar até 31 de dezembro de 2025, na segunda instância, 96% dos processos de prestação de contas eleitorais

PAUTA LIMPA 2026 - META B2													
Prestações de Contas Eleitorais autuadas na segunda instância													
Julgar 96% até 31/12/2025													
Dados extraídos em 31/12/2025													
	Jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	TOTAL
Contas eleitorais pendentes de julgamento em 31/12/2024	27												
Prestações de contas eleitorais autuadas no mês	2	1	-	1	2	2	-	1	1	1	1	-	12
Prestações de contas eleitorais julgadas no mês		9	7	2	1	4	4	1	1	-	2	-	31
Prestações de contas eleitorais que entraram na meta													-
Prestações de contas eleitorais que saíram da meta													-
Julgamentos mensais previstos para o cumprimento da meta	5%	10%	15%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	51%	56%	61%	96
Julgamento de contas eleitorais no 2º grau	0%	30%	53%	58%	58%	66%	77%	78%	78%	76%	79%	79%	79.49%

Percentual de **judgamento** dos processos implicados na meta: **79.49%**
 Percentual de **cumprimento** da meta: **82.80%**
 Processos **a julgar** para cumprir a meta: **7**

Tabela 16 - Desempenho da Meta B2 do projeto Pauta Limpa

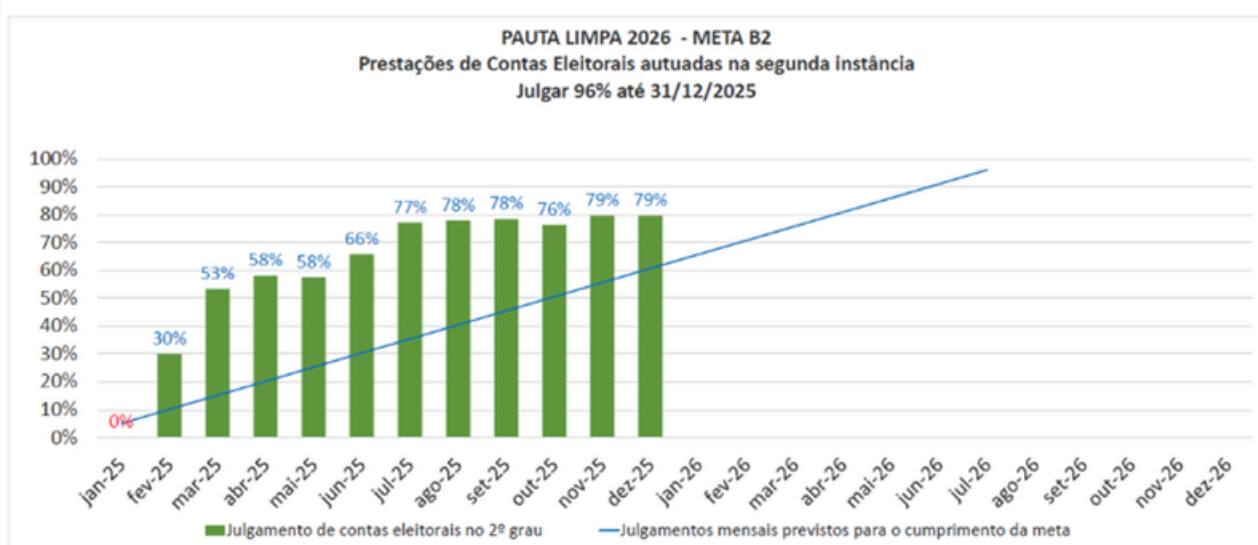


Figura 38 - Desempenho da Meta B2 do projeto Pauta Limpa

Meta C1 – Julgar até 31 de julho de 2026, na primeira instância, 95% dos processos de prestação de contas anuais de partidos políticos autuados até 31 de dezembro de 2025.

PAUTA LIMPA 2026 - META C1														
Prestações de Contas Anuais autuadas na primeira instância até 31/12/2025														
Julgar 95% até 31/07/2026														
Dados extraídos em 31/12/2025														
	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	TOTAL	
Contas anuais pendentes de julgamento em 31/12/2024	88													
Prestações de contas anuais atuadas no mês	3	14	19	28	63	324	1.142	22	15	53	53	15	1.751	
Prestações de contas anuais judgadas no mês	13	28	8	18	26	28	763	219	228	140	84	60	1.615	
Prestações de contas anuais que entraram na meta													-	
Prestações de contas anuais que sairam da meta													-	
Julgamentos previstos para o cumprimento da meta	5%	10%	15%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	55%	60%	95	
Julgamentos de contas anuais no 1º grau	14%	39%	40%	44%	43%	22%	53%	65%	77%	83%	85%	88%		
Percentual de judgamento dos processos implicados na meta													87,82%	
Percentual de cumprimento da meta													92,44%	
Processos a julgar para cumprir a meta													133	

Tabela 17 - Desempenho da Meta C1 do projeto Pauta Limpa

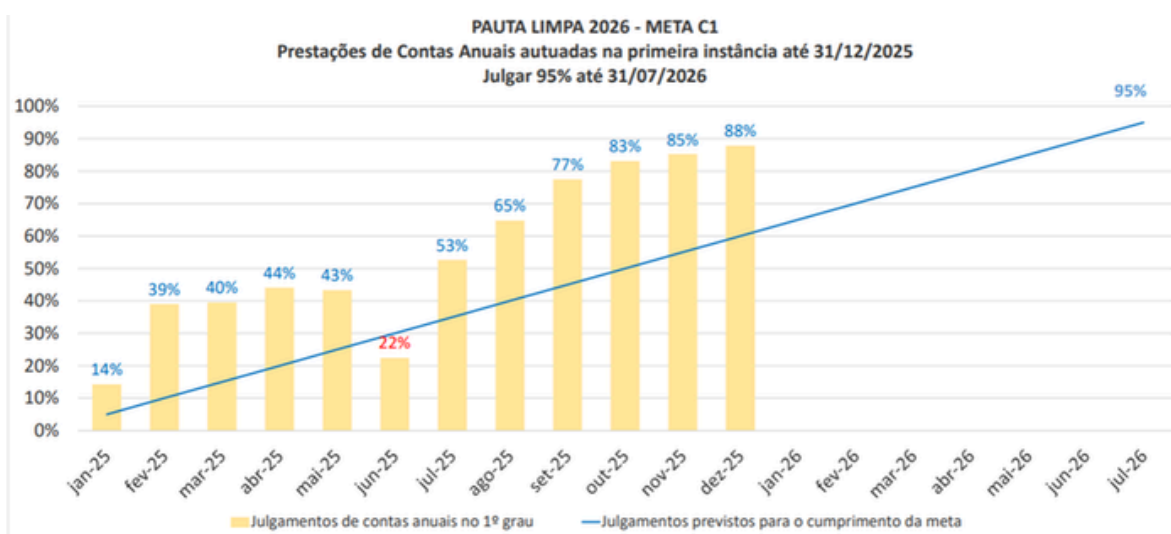


Figura 39 - Desempenho da Meta C1 do projeto Pauta Limpa

Meta C2 – Julgar até 31 de julho de 2026, na segunda instância, 95% dos processos de prestação de contas anuais de partidos políticos autuados até 31 de dezembro de 2025.

PAUTA LIMPA 2026 - META C2														
Prestações de Contas Anuais autuadas na segunda instância até 31/12/2025														
Julgar 95% até 31/07/2026														
Dados extraídos em 31/12/2025														
	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	TOTAL	
Contas partidárias pendentes de julgamento em 31/12/2024	21													
Prestações de contas partidárias atuadas no mês	-	-	6	-	1	18	5	1	-	-	1	-	32	
Prestações de contas partidárias judgadas no mês	-	3	2	3	2	3	-	4	4	-	-	2	23	
Prestações de contas partidárias que entraram na meta													-	
Prestações de contas partidárias que sairam da meta													-	
Julgamentos mensais previstos para o cumprimento da meta	5%	10%	15%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	55%	60%	95	
Julgamento de contas partidárias no 2º grau	0%	14%	19%	30%	36%	20%	25%	33%	40%	40%	40%	43%		
Percentual de judgamento dos processos implicados na meta													43,40%	
Percentual de cumprimento da meta													45,68%	
Processos a julgar para cumprir a meta													28	

Tabela 18 - Desempenho da Meta C2 do projeto Pauta Limpa

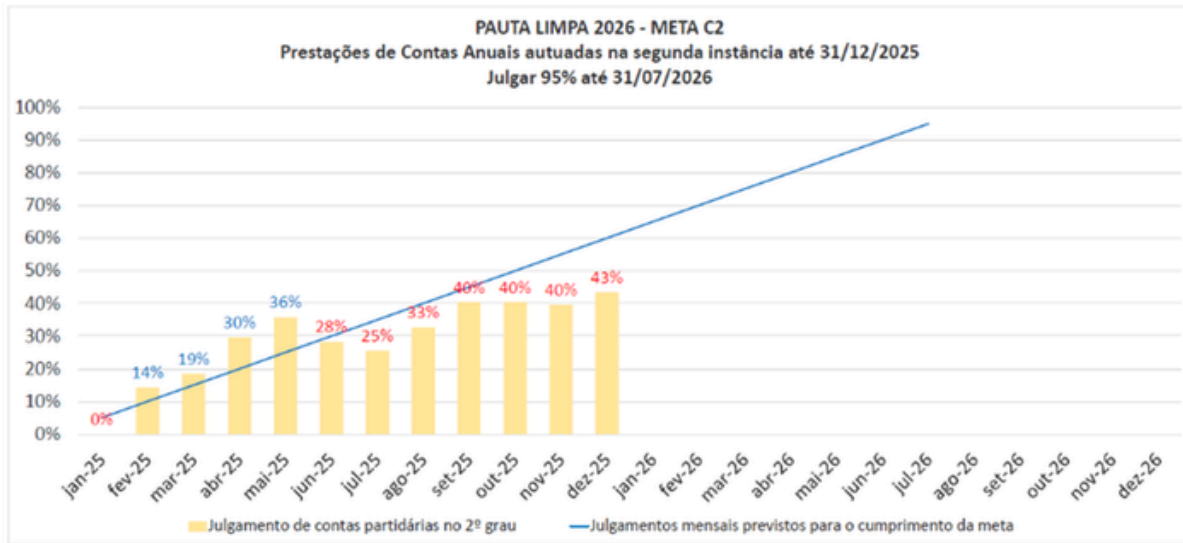


Figura 40 - Desempenho da Meta C2 do projeto Pauta Limpa

Meta D1 – Arquivar definitivamente até 31 de dezembro de 2026, na primeira instância, 70% dos processos de execução fiscal autuados até 31 de dezembro do 2021.

PAUTA LIMPA 2026 - META D1													
Execuções Fiscais autuadas na primeira instância até 31/12/2021													
Arquivar definitivamente 70% até 31/12/2026													
Dados extraídos em 31/12/2025													
	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	TOTAL
Execuções Fiscais pendentes em 31/12/2024	101												
Execuções Fiscais arquivadas no mês	2	7	19	2	1	1	12	-	-	1	1	-	46
Execuções Fiscais que entraram na meta													-
Execuções Fiscais que saíram da meta	-	-	5	16	3	3	2	2	2	5	-	1	39
Arquivamentos mensais previstos para o cumprimento da meta	3%	6%	9%	12%	15%	18%	20%	23%	26%	29%	32%	35%	70
Arquivados definitivamente no 1º grau	2%	9%	29%	38%	40%	43%	61%	63%	65%	71%	73%	74%	74,19%

Percentual de arquivamento dos processos implicados na meta **74,19%**
 Percentual de cumprimento da meta **105,99%**
 Processos a arquivar para cumprir a meta **-2**

Tabela 19 - Desempenho da Meta D1 do projeto Pauta Limpa

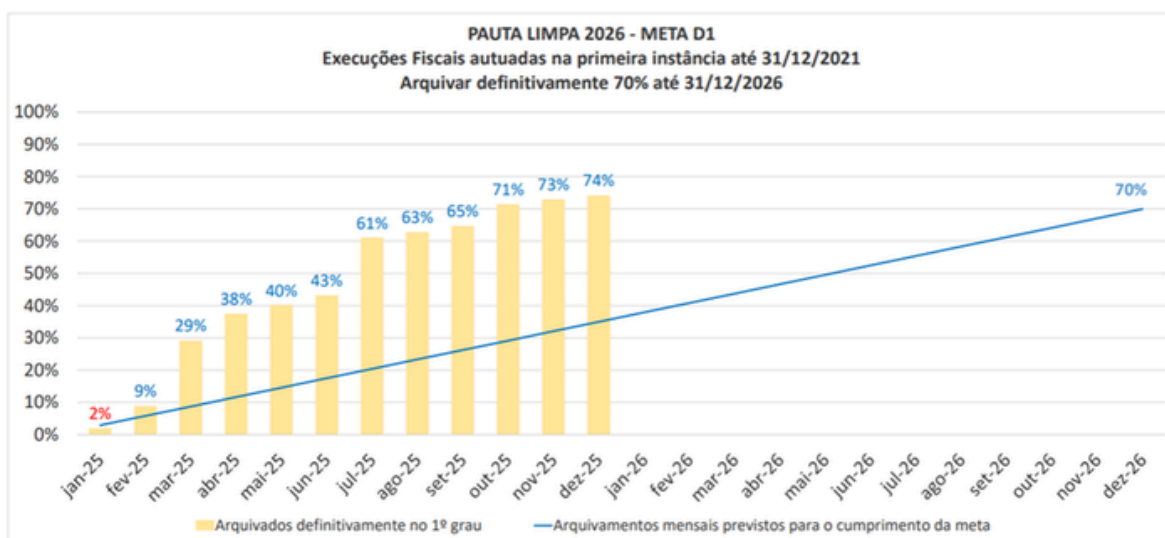


Figura 41 - Desempenho da Meta D1 do projeto Pauta Limpa

Meta D2 – Arquivar definitivamente até 31 de dezembro de 2026, na segunda instância, 60% dos processos cuja fase de cumprimento de sentença tenha sido iniciada até 31/12/2024.

PAUTA LIMPA 2026 - META D2													
Processos cuja fase de cumprimento de sentença tenha sido iniciada na segunda instância até 31/12/2024													
Arquivar definitivamente 60% até 31/12/2026													
Dados extraídos em 31/12/2025													
	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	TOTAL
Cumprimentos de sentença pendentes em 31/12/2024	402												
Cumprimentos de sentença arquivados definitivamente no mês	4	7	8	4	7	12	83	12	20	5	3	1	166
Cumprimentos de sentença que entraram na meta													-
Cumprimentos de sentença que saíram da meta		47											47
Arquivamentos mensais previstos para o cumprimento da meta	3%	5%	8%	10%	13%	15%	18%	20%	23%	25%	28%	30%	60
Arquivados definitivamente no segundo grau no 2º grau	1%	3%	5%	6%	8%	12%	35%	39%	44%	46%	46%	47%	
Percentual de arquivamento dos processos implicados na meta													46,76%
Percentual de cumprimento da meta													77,93%
Processos a arquivar para cumprir a meta													47

Tabela 20 - Desempenho da Meta D2 do projeto Pauta Limpa

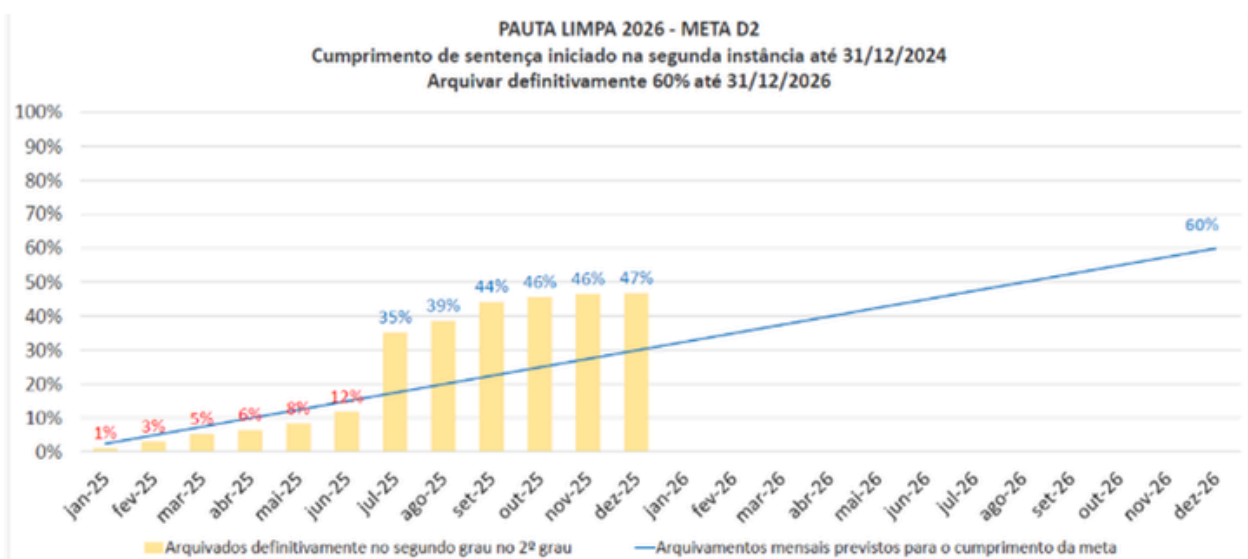


Figura 42 - Desempenho da Meta D2 do projeto Pauta Limpa

PRESTAÇÃO DE CONTAS

O exame das prestações de contas eleitorais e anuais visa analisar a regular movimentação financeira e aplicação dos recursos, em especial os públicos, Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário – FP), com vistas ao julgamento das contas pelo Plenário do Tribunal.

Cabe à Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (ASEPA) a análise técnica dos processos de prestação de contas de campanha e anual dos partidos políticos. Como produto da análise são emitidos os documentos de informação preliminar (somente para contas partidárias), parecer técnico de exame, e parecer técnico conclusivo. Este, menciona a visão técnica sobre a regularidade das contas e sugere a aprovação, aprovação com ressalvas ou desaprovação das contas, nos termos da legislação.



Figura 43 - Etapas da análise das prestações de contas

Em 2025 foram elaboradas 265 informações, sendo 233 em processos judiciais e 32 certidões relativas à aptidão dos Diretórios Estaduais para recebimento de verbas do Fundo Partidário, conforme quadro abaixo.

Tema	Tipo	Quantidade	
Contas Eleitorais	Conclusivo	33	70
	Outros	41	
	Exame	12	
	Conclusivo	27	
	Outros	31	
Certidões			32
Total			265

Tabela 21 - Estatísticas das prestações de contas

Além da análise técnica das contas, cumpre ao TRE-MT prestar orientações acerca de normas relativas as contas eleitorais e partidárias aos candidatos, partidos, contadores, advogados, demais públicos externos e internos. Em 2025, por meio da ASEPA, foram realizados 259 atendimentos, conforme quadro abaixo.

WhatsApp	Telefone	Presencial	E-mail	
8		20	63	TOTAL
141	2			
12	1		2	
4				
5		1		
170	3	21	65	

Tabela 22 - Atendimentos sobre prestações de contas

Ressalta-se que os montantes de receitas e despesas declarados por candidatos e partidos nas prestações de contas eleitorais das Eleições 2024 podem ser visualizadas através do endereço <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>, ou pelo Sistema de Divulgação de Candidaturas e Prestações de Contas, no endereço <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/home>. Já as contas anuais podem ser verificadas no seguinte link <https://divulgaspca.tse.jus.br/#/divulga/home>

Destaca-se que esses montantes podem não refletir a efetiva utilização de recursos em razão da ausência de prestação de contas ou pela entrega de prestações de contas com irregularidades de registros.

Além disso, os processos judiciais de prestação de contas de candidatos e partidos (eleitorais e anuais) são públicos e podem ser acessados diretamente pelo cidadão na consulta pública do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 1º e 2º grau. Essas informações viabilizam e ampliam o controle social.

Em relação às contas anuais de partidos políticos ressalta-se que 24 diretórios estaduais estavam vigentes no Estado do Mato Grosso em 2024 e tinham obrigação de prestar contas relativas ao exercício financeiro, cujo prazo de entrega se deu em 30 de junho de 2025. Considerando as informações apresentadas pelos referidos Diretórios Estaduais no Sistema de Prestação de Contas Anuais (SPCA), **verifica-se a seguinte aplicação de recursos públicos:**

Nº	SIGLA	PJE Nº	FUNDO PARTIDÁRIO	OUTROS RECURSOS	TOTAL DE GASTOS DE RECURSOS
10	REPUBLICANOS	0600131-30.2025.6.11.0000	R\$ 553.760,49	R\$ 188.851,42	R\$ 742.611,91
11	PP	0600120-08.2025.6.11.0000	R\$ 180.718,04	R\$ 693.284,61	R\$ 874.002,65
12	PDT	0600144-36.2025.6.11.0000	R\$ 70.046,89		R\$ 70.046,89
13	PT	0600139-14.2025.6.11.0000	R\$ 1.005.936,84	R\$ 148.677,08	R\$ 1.154.613,92
15	MDB	0600143-51.2025.6.11.0000	R\$ 1.291.428,03	R\$ 66.251,34	R\$ 1.357.679,37
18	REDE	0600137-44.2025.6.11.0000	R\$ 60.011,28	R\$ 500,00	R\$ 60.511,28
20	PODE	0600123-60.2025.6.11.0000	R\$ 319.336,12	R\$ 20.348,10	R\$ 339.684,22
22	PL	0600140-96.2025.6.11.0000	R\$ 3.234.788,56	R\$ 198.990,93	R\$ 3.433.779,49
23	CIDADANIA	0600135-74.2025.6.11.0000		R\$ 63,00	R\$ 63,00
25	PRD	0600147-88.2025.6.11.0000		R\$ 35.631,97	R\$ 35.631,97
27	DC	0600125-30.2025.6.11.0000		R\$ 147,98	R\$ 147,98
28	PRTB	0600129-67.2025.6.11.0000		R\$ 38,65	R\$ 38,65
30	NOVO	0600133-07.2025.6.11.0000	R\$ 249.588,18	R\$ 118.867,65	R\$ 368.455,83
33	MOBILIZA	0600148-73.2025.6.11.0000	Não apresentou a Prestação de Contas		
35	DEMOCRATA	0600134-89.2025.6.11.0000		R\$ 2.008,16	R\$ 2.008,16
36	AGIR	0600150-43.2025.6.11.0000	Não apresentou a Prestação de Contas		
40	PSB	0600093-25.2025.6.11.0000	R\$ 453.941,62	R\$ 12.503,47	R\$ 466.445,09
43	PV	0600152-13.2025.6.11.0000		R\$ 622,55	R\$ 622,55
44	UNIÃO	0600142-66.2025.6.11.0000	R\$ 1.819.086,77	R\$ 689.308,49	R\$ 2.508.395,26
45	PSDB	0600138-29.2025.6.11.0000	R\$ 408.711,57	R\$ 55.438,79	R\$ 464.150,36
50	PSOL	0600132-22.2025.6.11.0000	R\$ 205.955,96	R\$ 42,66	R\$ 205.998,62
55	PSD	0600141-81.2025.6.11.0000	R\$ 634.398,98	R\$ 100.183,88	R\$ 734.582,86
65	PC DO B	0600149-58.2025.6.11.0000		R\$ 2.449,95	R\$ 2.449,95
77	SDD	0600136-59.2025.6.11.0000	R\$ 4.407,72	R\$ 266,45	R\$ 4.674,17
			R\$ 10.492.117,05	R\$ 2.334.477,13	R\$ 12.826.594,18

Tabela 23 - Prestação de contas partidárias em 2025

As despesas realizadas no ano de 2025 constarão apenas no próximo Relatório Integrado, uma vez que o prazo para o envio à Justiça Eleitoral das informações pelos partidos políticos, relativas ao referido exercício financeiro, encerra-se em 30 de junho de 2026.

Macroprocesso cadastro eleitoral

A Justiça Eleitoral se compromete a fornecer à sociedade cadastros completos, confiáveis e seguros, por meio da execução dos processos de trabalho que estão agrupados nos macroprocessos de cadastros de eleitores, cadastros partidários e informações cadastrais.

Cadastro de eleitores

O cadastro eleitoral é importante porque serve como base para a organização e realização das eleições, permitindo que a Justiça Eleitoral saiba quantos eleitores existem em cada região do país, quantos eleitores estão aptos a votar em cada pleito e onde esses eleitores estão localizados.

Além disso, o cadastro eleitoral também é utilizado para garantir que cada eleitor vote apenas uma vez e para evitar fraudes eleitorais, já que é por meio desse cadastro que a Justiça Eleitoral verifica a identidade do eleitor no momento da votação.

Projeto Biometria 100%

Em atenção às diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral - TSE – foi elaborado o projeto biometria 100%, que envolveu todos os Juízos Eleitorais do Estado de Mato Grosso, além das unidades da Secretaria do Tribunal e contou com a colaboração de parceiros do poder público e da iniciativa privada.

Em janeiro de 2025, o TRE-MT identificou que 87,01% dos eleitorais do Estado de Mato Grosso já haviam efetuado a coleta de dados biométricos, procedimento que aumenta a segurança do processo de votação, evita fraudes e torna mais ágil o processo de votação.

O projeto teve início em junho de 2025 e exigiu que cada juízo eleitoral apresentasse à Corregedoria Regional Eleitoral um plano de ação que abrangesse iniciativas para cada um dos municípios que compunham as respectivas Zonas Eleitorais.

O número total de eleitores atendidos no ano de 2025 foi de 277.508 eleitores. Deste total, 161.586 solicitaram a operação de revisão do eleitorado, enquanto outros 60.872 requereram a operação de transferência de domicílio eleitoral e outros 55.050 eleitores se alistaram.

Foram realizados 557 mutirões de atendimento externo entre 01/05/2025 e 19/12/2025, levando a Justiça Eleitoral até os bairros, terras indígenas de diversas etnias, quilombos e locais rurais, boa parte das quais é classificada como de difícil acesso.

Além disso, foram criados novos postos ou centrais de atendimento ao eleitor que possibilitaram a ampliação do número de eleitores atendidos, por intermédio da celebração de acordos de cooperação com parceiros do poder público ou da iniciativa privada, a exemplo da abertura das centrais de atendimento aos eleitores do Shopping 3 Américas, da Assembleia Legislativa, do Cristo Rei na região metropolitana, ampliando os locais de atendimento já existentes. Além disso, foram criados também postos de atendimento em municípios situados no interior do estado, que não eram atendidos por nenhum tipo de serviço eleitoral.

Com o envolvimento das Juízas e Juízes Eleitorais, servidoras e servidores da Justiça Eleitoral e parceiros, o índice de coleta de dados biométricos passou a ser 91,48% até 01/12/2025 e 91,72% em 01/01/2026 evidenciando que o TRE-MT foi o segundo Tribunal Eleitoral com maior crescimento percentual de coleta de dados biométricos em 2025, ficando em primeiro lugar quando considerados apenas os Tribunais que já superaram 90%.

Além disso, o primeiro município do Brasil a registrar 100% de coleta biométrica após o período da pandemia de covid-19 foi o município de Araguainha, ao passo que outros 5 municípios de Mato Grosso superaram 99% de eleitores biometrizados, com outros 12 municípios com índices superiores a 98%. Apesar de permanecer ocupando a 19ª posição no ranking que posiciona os Tribunais Eleitorais em relação ao número de eleitores com coleta de dados biométricos, nota-se que, além da evidência do avanço do estado em termos percentuais, que vai além da mera constatação da superação dos 91%, há ainda a comparação em relação a outros tribunais e a redução do percentual entre o TRE-MT e o Tribunal Eleitoral que está na 18ª posição do ranking.

Em janeiro de 2025, a diferença entre o TRE-MT (19ª posição no ranking dos TREs) e o 18º lugar era de 5,57% e, em dezembro, apesar do crescimento percentual de todos os tribunais, a diferença entre o TRE-MT e o 18º lugar caiu para 1,67%, reforçando a percepção de avanço deste Tribunal em relação aos demais Tribunais Eleitorais no que diz respeito a ampliação do número de eleitores com coleta biométrica de dados.

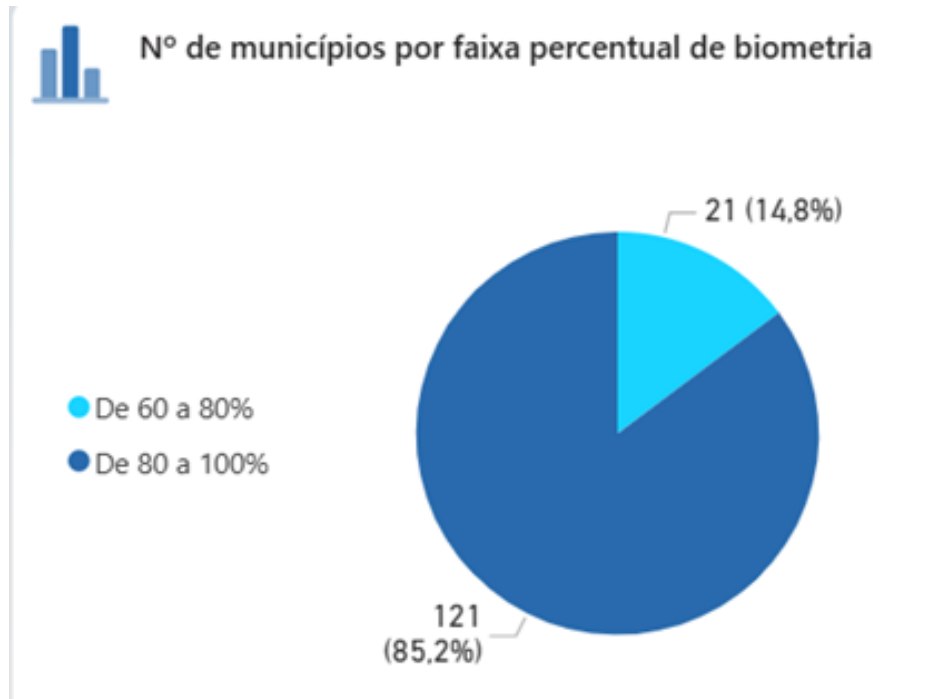


Figura 44 - Gráfico sobre municípios com biometria

Atualmente 85,2% dos municípios do Estado de Mato Grosso, ou seja, 121 municípios do Estado contam com índices de coleta biométrica entre 80% a 100% e 21 municípios, que representam 14,8% contam com mais de 60% e até 80% dos eleitores biometrizados, sendo que apenas 3 municípios do estado estão com índices abaixo de 70% de eleitores com coleta biométrica, com destaque para evolução percentual do Município de Confresa que apresentava pouco mais de 31% de coleta biométrica, com incremento de cerca de 30% nos últimos 6 meses do ano.

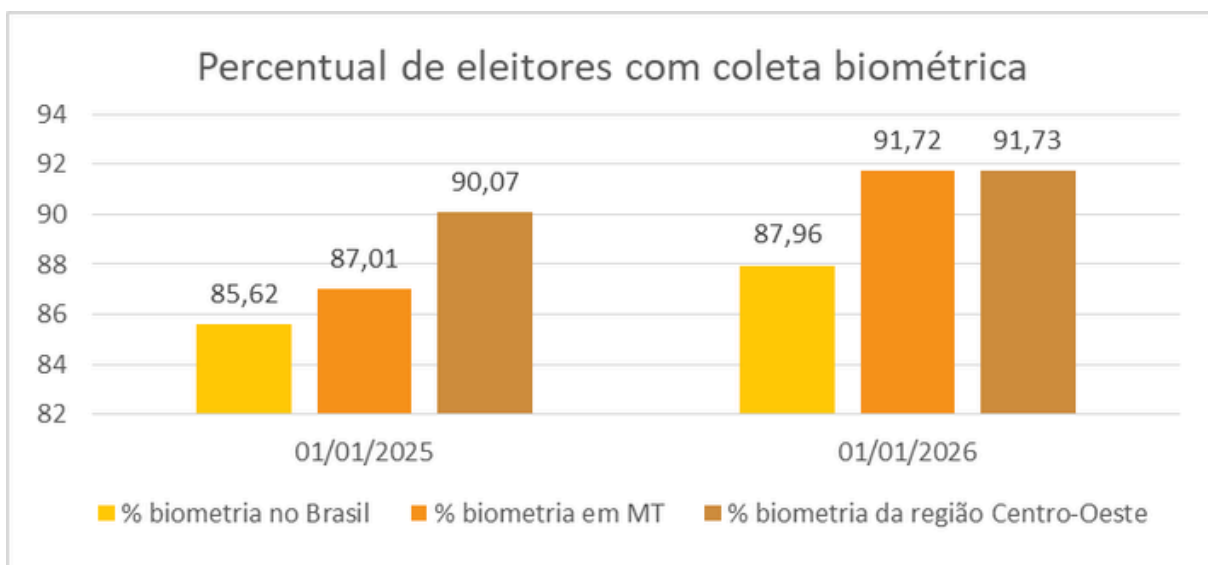


Figura 45 - Gráfico sobre eleitores com coleta biométrica

Cadastros partidários

A lista de filiados a partidos políticos é mantida pelos próprios partidos, e não pelo Tribunal Regional Eleitoral. Os partidos são obrigados por lei a manter um cadastro atualizado de seus filiados, que é enviado regularmente à Justiça Eleitoral para fins de fiscalização e controle.

Assim, para consultar a lista de filiados a um partido político em um determinado estado, é necessário entrar em contato com o diretório regional do partido ou acessar o [site do Tribunal Superior Eleitoral](#) e procurar pelas informações disponíveis na seção "Partidos políticos".

Vale lembrar que a divulgação da lista de filiados é restrita a autoridades judiciais, aos próprios partidos e aos eleitores que desejam consultar suas próprias informações no cadastro eleitoral. Isso se deve ao fato de que a filiação partidária é uma informação pessoal e sigilosa, protegida pela legislação brasileira de proteção de dados pessoais.

Informações cadastrais

As informações cadastrais na Justiça Eleitoral são todas as informações pessoais e eleitorais dos cidadãos registrados, tais como nome completo, data de nascimento, filiação, nacionalidade, endereço, título eleitoral, zona e seção eleitoral, entre outras. Essas informações são mantidas em um banco de dados pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais de cada estado brasileiro.

Essas informações são fundamentais para o exercício da cidadania e do direito ao voto, além de serem utilizadas em diversas outras atividades relacionadas ao processo eleitoral, como o fechamento do cadastro eleitoral, o registro de candidaturas, a fiscalização da eleição e a prestação de contas. Cumpre destacar que, as informações cadastrais igualmente são utilizadas por outros órgãos do governo e por empresas privadas para fins diversos, como pesquisas de mercado, análise de crédito, entre outros.

Porém, é importante ressaltar que a Justiça Eleitoral tem a responsabilidade de manter a privacidade e a segurança dessas informações, garantindo que elas sejam utilizadas apenas para fins legítimos e com o consentimento do cidadão. Para isso, existem leis e regulamentos que estabelecem as regras para o acesso e uso dessas informações, a fim de proteger a privacidade e os direitos dos eleitores.

Macroprocesso eleições



Figura 46 - Processos organizacionais das Eleições Gerais de 2026

Planejamento e acompanhamento das eleições

O Plano Integrado das Eleições 2026, aprovado por meio da Resolução TRE-MT n. 2934/2025, de 13 de outubro de 2025, consta com 530 ações monitoradas para garantir a plena execução do pleito eleitoral, a maior operação logística do Estado. O documento prevê toda gestão de bens e serviços, material de consumo, elétrico e gráfico necessários, locação de bens móveis, contratação de serviços, telefonia, comunicação, segurança, capacitação, entre outras atividades.

Cada uma das 530 ações presentes no planejamento detalha o seu cronograma de início e conclusão, assim como a unidade do TRE-MT responsável pela sua execução. Todo o planejamento e acompanhamento é realizado pela Assessoria de Gestão Estratégica em sintonia com a Presidência e Corregedoria Eleitoral.

Macroprocesso relacionamento com a sociedade

O relacionamento com a sociedade é macroprocesso finalístico de competência do Tribunal, cujo objetivo principal é conferir transparência e acessibilidade das informações ao cidadão, viabilizando a implementação do objetivo estratégico OE11 – Fomentar a comunicação efetiva, entre o órgão e a sociedade, tornando concreto o valor “informações íntegras, claras e acessíveis”.

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso obteve sucesso no ano de 2023 em seu objetivo de fomentar a comunicação efetiva, contribuindo para o desempenho do objetivo estratégico “Fortalecer a imagem institucional e a transparência do processo eleitoral e seus resultados”. A Assessoria de Comunicação Social atuou em dois focos principais na divulgação externa de conteúdo:

Produção jornalística e alcance na mídia

A Assessoria de Comunicação intensificou suas ações no ano 2025. De 1º de janeiro a 16 de dezembro de 2025, foram publicadas 695 matérias jornalísticas no site do TRE-MT, sendo 678 produzidas pela Ascom do TRE-MT e 17 oriundas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No mês de janeiro, foram publicadas 12 matérias, em fevereiro foram 32, em março foram 31, em abril foram 34, em maio foram 44 matérias, em junho foram 59 e em julho foram 63 matérias.

Em agosto houve a publicação de 77 matérias, enquanto os meses de setembro e outubro apresentaram os maiores números de textos publicados com 103 e 120 registros, respectivamente. Em novembro, o número de matérias publicadas foi de 73 e em dezembro, foi de 47.

Já na intranet, além das 695 matérias que foram publicadas no site do TRE-MT, a Ascom divulgou 43 matérias, de interesse apenas interno do Tribunal. Todas as matérias, tanto do site, quanto da intranet, foram acompanhadas de imagens, a maioria fotos produzidas pela Ascom, outras artes também produzidas pela Ascom, além de fotos (uma minoria) de outras instituições públicas, com os devidos créditos.

Redes Sociais

Em 2025, a Assessoria de Comunicação fez 822 publicações nas redes sociais do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), uma média de duas publicações por dia. Este total de publicações gerou 429.596 visualizações, uma média de 523 por publicação, e 915 comentários.

Por rede social

Foram publicados, no Instagram, 257 conteúdos, uma média de um por dia, com registros de 331.273 visualizações (1.289 por publicação), envolvimento de 15.125 pessoas e engajamento médio de 0,51%. Já no Facebook, foram 181 publicações, média de um por dia, com 4.757 visualizações (26 por publicação), envolvimento de 520 pessoas e engajamento médio de 0,06%.

O TikTok apresentou 166 publicações, com geração de 42.429 visualizações, envolvimento de 1.707 pessoas e engajamento médio de 1,52%. Já o YouTube obteve 214 publicações, média de uma por dia, com 51.120 visualizações (média de 239 por publicação), envolvimento de 942 pessoas e engajamento médio de 0,09%.

Envolvimento e engajamento

O envolvimento do público, no geral, foi de 18.294, uma média de 22 por publicação, sendo que a rede com maior envolvimento foi o Instagram (82,76%), seguida do Tik Tok (9,29%), depois o YouTube (5,12%) e, finalmente, o Facebook (2,83%). Quanto ao formato, o envolvimento se mostrou maior em postagens de vídeo (85,3%), seguidos por imagem/card (8,2%), depois em carrossel (6,3%) e, por último, texto/link (0,3%).

Já o engajamento médio, ao longo de 2025, foi de 0,50%, sendo que foi maior no Tik Tok (60,95%), seguido do Instagram (31,5%), depois pelo YouTube (4,84%) e pelo Facebook (2,71%). O formato que provocou maior engajamento também foi a postagem de vídeo (81,4%), seguido por imagem/card (10,1%), depois aparece o carrossel (8%) e, por último, aparece o texto/link (0,5%).

Formatos

Do total de 822 publicações, 709 foram vídeos, uma média de dois por dia. O envolvimento foi de 14.816, uma média de 21 por publicação, e o engajamento médio foi de 0,53%. Os conteúdos em vídeo tiveram maior engajamento no Tik Tok (66,43%), seguido do Instagram (27,25%), depois aparece o YouTube (5,28%) e, por último, o Facebook (1,07%).

Já as publicações em imagem/card somaram 71 ao longo do ano, com envolvimento de 1.228 e engajamento médio de 0,21%. O público do Instagram se mostrou mais engajado neste tipo de publicação (51,36%), muito próximo do demonstrado pelo Facebook (48,6%).

Entre o total, 36 publicações foram no formato carrossel, o que gerou envolvimento de 2.250, uma média de 63 por publicação e engajamento médio de 0,54%. O Instagram aparece como a principal rede social com engajamento neste tipo de publicação, com 99,91%. O restante, 0,09%, foi resultante de engajamento no Facebook.

Publicações em texto/link somaram nove, com envolvimento de quatro pessoas e engajamento médio menor que 0,01%. Este engajamento foi majoritariamente gerado no Facebook (95,54%), enquanto 4,46% foram gerados no Instagram.

Colabs

Do total de 822 publicações, 42 foram feitas em colab, ou seja, em parceria com perfis de outras instituições. Isso gerou envolvimento de 5.980 pessoas, uma média de 142 por publicação e engajamento médio de 1,22%. O Instagram foi a rede que mais apresentou engajamento (99,98%), seguida do Facebook (0,02%). O formato de vídeo aparece com o maior engajamento médio (73,1%), seguido de imagem/card (15,9%) e do carrossel (11%).

OUVIDORIA

A Ouvidoria da Justiça Eleitoral de Mato Grosso participa diretamente do aprimoramento dos serviços prestados pelo Tribunal Eleitoral, pois é um Órgão que serve a população atendendo as demandas da sociedade como pedidos de esclarecimentos, informações, sugestões, elogios e também a verificação de eventuais irregularidades apresentadas nos serviços prestados pelo TRE-MT, tais como: atendimentos inadequados ou insatisfatórios.

Instação no âmbito do TRE-MT, do Sistema de Atendimento ao Cidadão da Justiça Eleitoral – SAC,:

A Ouvidoria Eleitoral do TRE-MT formalizou no ano de 2025 a adesão ao projeto do Sistema de Atendimento ao Cidadão da Justiça Eleitoral (SAC JE).

O projeto de nacionalização do SAC JE é conduzido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e tem como objetivo a implementação de um sistema nacional unificado para o gerenciamento das demandas de Ouvidoria em toda a Justiça Eleitoral, promovendo padronização, maior eficiência no atendimento ao cidadão e aprimoramento da gestão das manifestações recebidas.

A implantação do SAC JE no âmbito do TRE-MT foi concluída em outubro de 2025.

A implantação do SAC JE no âmbito do TRE-MT representa um avanço significativo na modernização do atendimento ao cidadão e no fortalecimento das atividades da Ouvidoria Eleitoral.

Ação de Divulgação – Biometria Eleitoral: e de Busca Ativa de Eleitoras e Eleitores:



Figura 47 - Divulgação sobre biometria

Saiba mais sobre a biometria

Ação de Divulgação – Biometria Eleitoral: e de Busca Ativa de Eleitoras e Eleitores:

A Ouvidoria Eleitoral adotou medidas voltadas à ampliação da divulgação das orientações aos cidadãos usuários de seus canais de atendimento acerca da biometria eleitoral, destacando sua relevância e sobre a atualização cadastral.

Para tanto, intensificou as ações informativas por meio dos canais institucionais disponíveis, com o objetivo de alcançar um maior número de eleitoras e eleitores.

A ação teve como objetivos principais:

- ampliar o alcance das orientações institucionais sobre a biometria eleitoral;
- conscientizar as cidadãs e os cidadãos usuários dos canais de atendimento da Ouvidoria quanto à necessidade da realização da biometria;
- contribuir para o aumento da adesão ao procedimento biométrico.

Nesse contexto, as iniciativas informativas foram planejadas e executadas de forma integrada às ações de busca ativa de eleitoras e eleitores, articulando a divulgação das informações com o chamamento e orientação para o comparecimento ao cartório eleitoral ou às centrais de atendimento ao eleitor, a fim de viabilizar a realização da coleta de dados biométricos.

Implantação do canal digital de pesquisa de satisfação dos serviços prestados pela Ouvidoria:

Com o objetivo de mensurar a percepção pública acerca da qualidade dos serviços prestados pela Ouvidoria Eleitoral, foi implementado o canal digital de Pesquisa de Satisfação, disponibilizado no portal institucional do Tribunal, por meio do endereço eletrônico:

<https://www.tre-mt.jus.br/institucional/ouvidoria/pesquisa-de-satisfacao>

Na prática, o canal digital permite que qualquer cidadão ou eleitor que utilizou os serviços da Ouvidoria responda a uma pesquisa de satisfação diretamente pela internet.

A pesquisa tem por finalidade medir o nível de satisfação do público com os serviços prestados pela Ouvidoria — ou seja, verificar se o atendimento foi considerado bom, regular ou ruim e qual é a percepção geral dos usuários.

Implantação da Unidade de Resposta Audível – URA:

Dando continuidade às iniciativas voltadas à melhoria contínua do atendimento ao público, identificou-se a necessidade de ampliar os instrumentos de avaliação dos atendimentos da Ouvidoria Eleitoral, contemplando também os atendimentos realizados por telefone por meio da linha 0800 647 8191.

Desse modo, implantou-se a Unidade de Resposta Audível – URA, no âmbito da Ouvidoria Eleitoral, destinada à avaliação da satisfação dos usuários dos seus serviços prestados por meio de atendimento telefônico.

A ação decorre do atendimento às providências previstas na Portaria CNJ nº 406/2024, que estabelece os critérios de avaliação e pontuação da 8ª Edição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário – Ano 2025, no tocante ao fortalecimento dos mecanismos de transparência, participação social e avaliação dos serviços públicos.

A implantação da URA tem como principais objetivos:

- Ampliar os mecanismos de avaliação da satisfação do usuário;
- Obter dados objetivos sobre a qualidade do atendimento telefônico prestado pela Ouvidoria;
- Subsidiar ações de aprimoramento contínuo dos serviços;
- Contribuir para o cumprimento dos critérios do Ranking

A adoção da URA representa avanço na modernização dos canais de atendimento e reforça o compromisso do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso com a transparência, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos, além de fortalecer a cultura institucional orientada à escuta ativa do cidadão.

Apresentação do Projeto “Servidores da Paz”:

A Iniciativa do projeto “Servidores da Paz” está alinhada com a Política Nacional da Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário (Res. CNJ n.º 225/2016), que contempla ações que objetivam criar, fortalecer e restaurar as relações de trabalho, baseadas na vivência das práticas restaurativas.

O projeto tem como propósito propiciar um espaço de diálogo e de autonomia aos servidores e colaboradores desta Justiça Especializada para que resolvam seus próprios conflitos interpessoais, fazendo prevalecer o respeito e a reconstrução pacífica das relações rompidas e suas consequências.

O projeto apresentado contempla medidas de atuação preventiva, reforçando o compromisso institucional com a humanização das relações de trabalho, contribuindo para um ambiente interno mais saudável, colaborativo e eficaz, em consonância com a política de Justiça Restaurativa e as diretrizes de gestão de pessoas voltadas ao bem-estar e à qualidade das relações profissionais

Reformulação do portal eletrônico da Ouvidoria Eleitoral

Em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, especialmente no que se refere à transparência, à acessibilidade da informação e à adoção da linguagem simples, a Ouvidoria Eleitoral vem promovendo ações contínuas voltadas à melhoria da apresentação das informações disponibilizadas em seu portal eletrônico institucional.

A modernização dos canais digitais de comunicação é medida essencial para garantir que as cidadãs e os cidadãos tenham acesso claro, objetivo e eficiente aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, fortalecendo a confiança institucional e ampliando o exercício da cidadania.

A ação tem por objetivo o aprimoramento da visualização do canal de entrada do portal digital da Ouvidoria.

A medida visa facilitar a identificação e o acesso pelos usuários, sem prejuízo da manutenção das informações essenciais e obrigatórias, contribuindo para uma navegação mais intuitiva e eficiente.

Tem como objetivo a produção de conteúdos audiovisuais e materiais orientativos, tais como vídeos explicativos sobre os canais de atendimento disponibilizados pela Ouvidoria Eleitoral, bem como a produção de conteúdos direcionados aos eleitores, com ênfase no período pré-eleitoral e eleitoral.

Ações de promoção da diversidade e representatividade política LGBTQIA+:

Em consonância com as diretrizes institucionais de promoção da diversidade, da inclusão e do respeito aos direitos humanos, bem como com as políticas de fomento à representatividade política da população LGBTQIA+, a Ouvidoria Eleitoral vem adotando medidas voltadas ao fortalecimento de práticas inclusivas no âmbito da Justiça Eleitoral.

Nesse contexto, e em apoio às ações desenvolvidas pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI deste Tribunal, a Ouvidoria passou a atuar de forma integrada com outras unidades administrativas do TRE-MT, em especial como a Assessoria de Comunicação (ASCOM), no incentivo à adoção de linguagem inclusiva e representativa nas comunicações oficiais e nos conteúdos institucionais do Tribunal;

Projeto “Ouvidoria Eleitoral Itinerante”:

A Ouvidoria Eleitoral, no exercício de suas atribuições institucionais de promoção da cidadania, do diálogo social e da transparência, propôs a implantação do projeto “Ouvidoria Eleitoral Itinerante”, iniciativa inédita no âmbito deste Tribunal, voltada à aproximação da Justiça Eleitoral da sociedade mato-grossense.

A ação atende à necessidade de ouvir, de forma direta e qualificada, as demandas específicas das Zonas Eleitorais, especialmente diante da proximidade do próximo pleito eleitoral de 2026 (Eleições Gerais), possibilitando à Ouvidoria Eleitoral atuar como instância de interlocução entre a sociedade, as unidades eleitorais e a Administração do Tribunal.

O projeto “Ouvidoria Eleitoral Itinerante” tem como objetivos principais:

- Aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade e das Zonas Eleitorais do interior do Estado;
- Promover a escuta qualificada de magistrados, servidores, representantes institucionais e da sociedade civil;
- Identificar demandas, desafios e boas práticas locais relacionadas ao processo eleitoral;
- Fortalecer a atuação preventiva da Ouvidoria Eleitoral no enfrentamento à desinformação e na promoção da cidadania;
- Subsidiar a Administração do Tribunal com informações estratégicas oriundas das realidades regionais.

Ação de entrega da honraria mérito eleitoral – 2ª edição:



Figura 48 - Cerimônia de entrega da Honraria Mérito Eleitoral

Realização da 2ª edição da cerimônia de outorga da Honraria Mérito Eleitoral – Comenda “Ouvidor Antônio de Oliveira”, em 12 de novembro de 2025, com o objetivo de valorizar pessoas e instituições que, de forma relevante, contribuíram para o fortalecimento, a dignificação e o aprimoramento da Justiça Eleitoral no Estado de Mato Grosso, a Ouvidoria Eleitoral propôs a realização de nova edição da cerimônia de outorga da Honraria Mérito Eleitoral.

A concessão da honraria encontra amparo na Resolução TRE-MT nº 2.853/2024, que regulamenta os critérios, o procedimento de indicação e a forma de outorga da Comenda, assegurando transparência, objetividade e segurança jurídica ao processo.

A realização da 2ª edição da Honraria Mérito Eleitoral teve como objetivos principais:

- Reconhecer e valorizar magistrados, servidores, colaboradores e parceiros institucionais que se destacaram no fortalecimento da Justiça Eleitoral;
- Estimular o engajamento institucional e a adoção de boas práticas no âmbito eleitoral;
- Reforçar a imagem institucional do Tribunal perante a sociedade;
- Consolidar a confiança pública na missão e nos valores da Justiça Eleitoral;
- Conferir visibilidade às ações desenvolvidas pela Ouvidoria Eleitoral.

Execução da Roda de Conversa – “Violência contra a mulher no ambiente doméstico e profissional”:



Figura 49 - Banner da Roda de Conversa sobre Violência contra a mulher

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), por meio da Ouvidoria da Mulher, realizou, no dia 24 de julho, em formato virtual, a roda de conversa “Violência contra a mulher no ambiente doméstico e profissional: reflexões e medidas de prevenção/enfrentamento”, aberta ao público externo.

A ação teve como objetivo promover um espaço de escuta, acolhimento e reflexão sobre as diversas formas de violência enfrentadas pelas mulheres nos contextos doméstico e profissional, bem como sensibilizar magistradas, servidoras, colaboradores e a sociedade para a importância da prevenção e do enfrentamento da violência de gênero.

O evento contou com a participação das magistradas Dra. Clara Mota, Dra. Juliana Paixão (Ouvidora da Mulher do TRE-MT), Dra. Maria Mazarello (Juíza do TJ/MT e Dra. Clara Mota (Juíza Federal da 1ª Região), que contribuíram com reflexões e orientações sobre o tema.

A iniciativa integrou as ações institucionais do TRE-MT voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e atende ao disposto no art. 9º, inciso XXII, alínea “c”, do Prêmio CNJ de Qualidade.

Realização do projeto “Realizando Valores Institucionais”



Figura 50 - Banner do projeto Realizando Valores Institucionais

O projeto “Realizando Valores Institucionais”, de iniciativa conjunta da Ouvidoria da Mulher e Ouvidoria Eleitoral, consiste em uma campanha institucional da Justiça Eleitoral voltada ao fortalecimento de práticas de atendimento humanizado, baseadas na empatia, gentileza, respeito e escuta ativa.

A iniciativa busca consolidar, no cotidiano institucional, os valores de engajamento e profissionalismo, assegurando que o atendimento ao cidadão reflita a missão e os princípios da Justiça Eleitoral, tendo como público-alvo os servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral, bem como o público externo atendido pela instituição.

O projeto tem como objetivo aprimorar o atendimento ao público, promovendo comportamentos empáticos e respeitosos entre servidores, colaboradores e cidadãos, de modo a fortalecer a imagem institucional da Justiça Eleitoral como órgão acolhedor, cidadão e comprometido com a diversidade, a sustentabilidade e a excelência na prestação do serviço público, contribuindo para o aumento da satisfação do público externo.

Realização do projeto “Realizando Valores Institucionais”

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO	
OUVIDORIA ELEITORAL	
ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO ANUAL DE 2025	
1. Alistamento Eleitoral	289
2. Atualização Cadastral	615
3. Consulta ao Cadastro Eleitoral	276
4. Certidões Eleitorais (Quitação e Criminal)	194
5. Informações de Zonas Eleitorais	104
6. Outros Assuntos	122
7. Multas Eleitorais - Informações	177
8. Justificativa Eleitoral - Informações	52
9. Mesário - Informações	22
10. Demanda Ouvidoria - Elogio	6
11. Demanda Ouvidoria - Reclamações	9
12. Demanda Ouvidoria - Sugestões	2
13. Eleições - Denúncias - Crimes Eleitorais	14
14. Eleições - Denúncias - Propaganda Extemporânea ou Irregular	12
15. Demanda Presencial - Orientações	43
16. Pesquisa de Satisfação - Ouvidoria Eleitoral	1.176
17. Pesquisa de Satisfação - Secretaria e Cartórios Eleitorais	533

Realização do projeto “Realizando Valores Institucionais”

18 - Pesquisa de Satisfação – URA	377
19. Pesquisa de Imagem do Tribunal Eleitoral de Mato Grosso	0
20. Demandas WhatsApp – Informações do Cadastro Eleitoral	364
21. Demandas Sistema Sei – Módulo Ouvidoria – Atendimento	0
22. Demandas Recebidas por Email – Atendimento ao Eleitor	4
23. Eleições 2024 - Local de votação e outros	0
24. Voto em Trânsito – Orientações	0
25. Ouvidoria 24 horas – Demandas Atendidas	0
26. Pedidos de Acesso à informação - LAI	150
27. Pedidos de Acesso a processos administrativos - SEI	8
28. Denúncias de Assédio Moral e Sexual	0
29. Denúncias Eleitorais - Propagandas Irregulares e outros	5
30. Denúncias Eleitorais - Crimes e outras especificações	7
31. Demandas recebidas por e-mail - Diversos	0
32. Reclamação Secretaria - Prestação de Serviços	0
33. Reclamação Cartório Eleitoral - Prestação de Serviços	2
34. Demandas Sistema SEI - Módulo Secretaria	0
35. Demandas Sistema SEI - Módulo Ouvidoria	0
TOTAL DE DEMANDA ANUAL DE 2025	4.563

Tabela 25 - Estatística de atendimento da ouvidoria em 2025

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
318	342	582	211	282	352
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
444	528	444	528	314	218
TOTAL DE DEMANDA ANUAL DE 2025				4.563	

Tabela 26 - Estatística de atendimento da ouvidoria em 2025

Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento que contém informações sobre os serviços públicos prestados pelo TRE-MT, sejam eles presenciais ou digitais. Ela visa informar aos cidadãos quais são os serviços oferecidos, como acessá-los, quais são os requisitos e documentos necessários, prazos para a entrega, valores (quando aplicáveis) e demais informações relevantes para que o cidadão possa utilizar os serviços de forma mais eficiente e transparente.



A Carta de Serviços ao Cidadão é uma iniciativa prevista na Lei nº 13.460/2017, que estabelece as normas básicas para a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública. Ela é um instrumento de transparência e cidadania, que tem como objetivo promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos e a satisfação dos cidadãos.

O TRE-MT trabalha para reforçar e estreitar a relação com os cidadãos mato-grossenses, possibilitando sua participação efetiva na gestão do processo eleitoral.

Forma de acesso: <http://www.tre-mt.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/carta-de-servicos>

3.6 Mecanismos de transparência

O processo de transparência é regido pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e pela Política de Acesso à Informação do Poder Judiciário, que foi estabelecida através da Resolução CNJ nº 215/2015, além de requisitos estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União. O Portal da Transparência pode ser acessado pelo link: <https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>

3.7 Educação política e cidadania

Escola Judiciária Eleitoral – EJE

A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso desenvolve suas atividades com base em três áreas estratégicas. A formação tem por finalidade a capacitação e o aperfeiçoamento contínuo em Direito Eleitoral, atendendo magistrados, membros do Ministério Público Eleitoral, servidores da Justiça Eleitoral, advogados, representantes de partidos políticos, estudantes de Direito e demais interessados. A área de cidadania concentra ações de educação política voltadas ao fortalecimento da participação democrática e ao exercício do voto consciente. Já as práticas eleitorais compreendem iniciativas de estudo e pesquisa, materializadas na produção intelectual e na elaboração de artigos acadêmicos sobre Direito Eleitoral, Direito Constitucional e outros temas relevantes para a atuação da Justiça Eleitoral.

Ações sociais e de cidadania



Programa voto consciente

Em 2025, no eixo da cidadania, foram desenvolvidas ações socioeducativas em parceria com escolas públicas, privadas e instituições de ensino superior, compreendendo visitas orientadas ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, palestras educativas, eleições simuladas e atividades de alistamento eleitoral jovem. As iniciativas tiveram como finalidade aproximar a Justiça Eleitoral da comunidade escolar, incentivar o engajamento da juventude com a política e promover a formação da consciência cidadã de atuais e futuros eleitores, estimulando uma participação democrática, responsável e informada. As atividades foram conduzidas por magistrados e servidores da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, alcançando 11 instituições de ensino e beneficiando aproximadamente 2.400 estudantes.



A participação de acadêmicos de Direito nas sessões plenárias do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, no âmbito das Visitas Guiadas institucionais, contribuiu para a aproximação entre a comunidade acadêmica e a Justiça Eleitoral, além de proporcionar aprendizado prático sobre o funcionamento e a dinâmica da atividade jurisdicional.

Figura 51 - Acadêmicos de Direito assistem a sessões plenárias durante visitas guiadas ao TRE-MT



As Visitas Guiadas ao Memorial da Justiça Eleitoral de Mato Grosso proporcionaram aos estudantes a oportunidade de conhecer a história do voto, o processo de votação e a evolução das eleições no Brasil, por meio de painéis expositivos, acervos históricos e protótipos de urnas eletrônicas.

Figura 52 - Em visita ao Memorial da Justiça Eleitoral, estudantes conhecem a história do voto e das eleições no Brasil



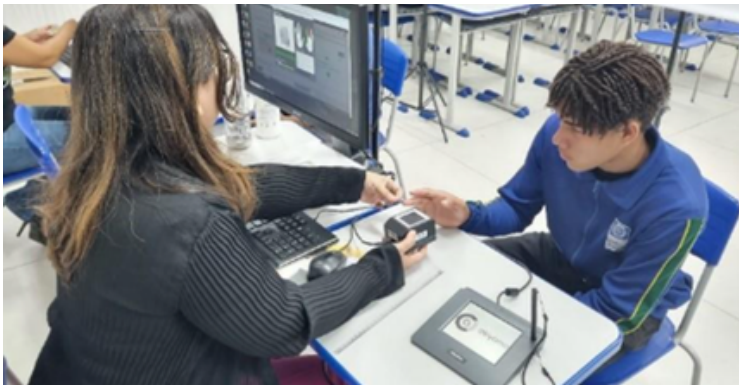
A Justiça Eleitoral de Mato Grosso promoveu ações educativas em escolas, com o objetivo de dialogar com estudantes sobre cidadania, a importância do voto consciente e a segurança do processo eletrônico de votação, incentivando a participação dos jovens no processo eleitoral.

Figura 53 - Justiça Eleitoral de MT investe em ações nas escolas para ampliar a participação do eleitorado jovem nas eleições



A Justiça Eleitoral de Mato Grosso realizou eleições simuladas em escolas, proporcionando aos estudantes a experiência prática do funcionamento do sistema eletrônico de votação e do exercício do voto.

Figura 54 - Eleições simuladas



A Justiça Eleitoral de Mato Grosso levou o atendimento eleitoral às escolas, possibilitando a emissão do primeiro título de eleitor e incentivando a participação dos jovens no processo democrático.

Figura 55 - Emissão do primeiro título de eleitor

Capacitação

Em 2025, foram promovidos 12 eventos formativos, que resultaram na capacitação de aproximadamente 1.400 participantes, entre magistrados, membros do Ministério Público Eleitoral, servidores da Justiça Eleitoral, integrantes do Tribunal Regional Eleitoral, da Procuradoria Regional Eleitoral, além de advogados, estudantes de Direito e demais interessados na temática eleitoral. As ações tiveram como finalidade a atualização, o aprofundamento e o aperfeiçoamento dos conhecimentos em Direito Eleitoral, bem como a promoção de espaços de diálogo, reflexão e alinhamento institucional sobre temas transversais relevantes para a Justiça Eleitoral, tais como igualdade de gênero, enfrentamento ao racismo, direitos humanos, fortalecimento da democracia e aperfeiçoamento das práticas institucionais, contribuindo para uma atuação mais qualificada, inclusiva e alinhada aos princípios constitucionais.

Temas estudados nas ações de capacitações: As capacitações abordaram temas centrais do Direito Eleitoral contemporâneo, com foco no aperfeiçoamento da atividade jurisdicional e institucional, incluindo técnicas de elaboração de decisões eleitorais; eleições e tecnologia, com ênfase em inteligência artificial, provas digitais, propaganda eleitoral e desinformação; integridade e eficiência do processo eleitoral; julgamentos sob as perspectivas de gênero e étnico-racial; aplicação dos direitos humanos e do controle de convencionalidade no âmbito da Justiça Eleitoral; proteção de dados pessoais no contexto eleitoral; crimes e processo penal eleitoral, incluindo a atuação do juiz de garantias; cumprimento de sentença com uso estratégico de ferramentas eletrônicas; e ações e recursos eleitorais, à luz das inovações legislativas recentes.



Figura 56 - Cursos de capacitação realizados pela EJE em 2025



Figura 57 - Roda de conversa- Desafios da Mulher Contemporânea

A Roda de Conversa promoveu a reflexão sobre os desafios da mulher contemporânea, com foco na desigualdade de gênero, na violência, na discriminação, na sub-representação nos espaços de decisão e no fortalecimento do empoderamento feminino.

PRÁTICAS ELEITORAIS - PUBLICAÇÕES

Produto editorial – Revista DeMocrática

No eixo de práticas eleitorais, a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso manteve, em 2025, a publicação da Revista DeMocrática como instrumento de fomento à pesquisa, ao debate acadêmico e à produção científica em matéria eleitoral e áreas correlatas.

Como resultado, foi lançado o volume 11 da Revista DeMocrática, composto por dez artigos científicos, abordando temas relacionados ao Direito Eleitoral, à democracia, ao sistema partidário e eleitoral, às perspectivas de gênero, raça e etnia, aos direitos humanos, à desinformação, à inteligência artificial e a outros assuntos de relevância para o aprimoramento do debate político, social e institucional, contribuindo para a disseminação do conhecimento especializado e para o fortalecimento da atuação da Justiça Eleitoral.



Figura 59 - Vol. 11 – Revista Democrática.

Link para acessar edições anteriores:
<https://www.tre-mt.jus.br/o-tre/revista-democratica/volumes>



Figura 58 - Curso de Aperfeiçoamento da Magistratura Eleitoral

Magistrados e magistradas eleitorais de Mato Grosso participaram de curso de aperfeiçoamento promovido pela EJE/TSE e pela ENFAM, voltado à qualificação da magistratura eleitoral e ao fortalecimento da democracia.



3.8 Inovação e Modernização Institucional

O ano de 2025 consolidou a Inovação como pilar da cultura organizacional do TRE-MT. Sob a coordenação do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS), a instituição estruturou processos estratégicos focados na excelência da prestação jurisdicional e no cidadão.

A área de inovação passou por um robusto amadurecimento institucional por meio de:

- Capacitação Especializada: Treinamento em gestão de laboratórios aderente à Portaria 411/2024 do CNJ.
- Frameworks Internacionais: Estruturação do fluxo de trabalho baseada nas normas ISO 56000, diretrizes da OCDE e princípios de Design Thinking.
- Instrumentos de Gestão: Elaboração do Fluxograma do Processo de Inovação, Manual do Processo e criação de formulários sistemáticos para registro e avaliação de demandas.
- Ecossistema Digital: Lançamento de uma página interna dedicada à inovação no SharePoint, integrando diversas informações sobre inovação, como a "Vitrine de Ideias" e o "Inventário de Inovações".

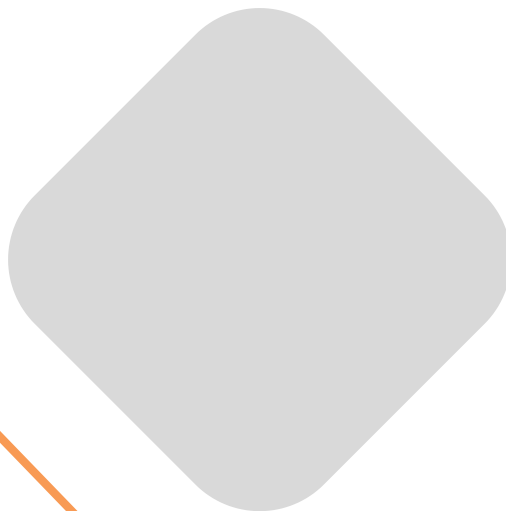
O LIODS-TRE-MT atua como facilitador em iniciativas estratégicas das unidades, atuando para amadurecimento de ideias como: criação de um índice para mensurar a qualidade da governança intrapartidária; aprimoramento da comunicação e capacitação institucional através de metodologias híbridas e escuta ativa; uso de Linguagem Simples e vídeos educativos para incentivar a participação democrática e inclusão política e projeto para aperfeiçoar a comunicação visual dos fluxos de trabalho do Tribunal.

A atuação do Tribunal expandiu-se para além dos limites institucionais através da Rede InovaGov-MT. Destaca-se a participação no evento "Outubro Movimento 2025", onde o TRE-MT ministrou a oficina "Levando o Processo de Inovação a Sério" para servidores de diversas esferas do estado.



04

Resultados das principais área
de atuação ou ações do TRE-
MT



CAPÍTULO 4: RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

4.1 Gestão orçamentária e financeira

O exercício de 2025 caracterizou-se pelo contínuo fortalecimento da governança orçamentária, com ênfase na ampliação dos mecanismos de monitoramento da execução, na consolidação do modelo participativo de elaboração orçamentária e no aperfeiçoamento dos fluxos de controle, com foco na previsibilidade financeira, na mitigação de riscos e na racionalidade alocativa.

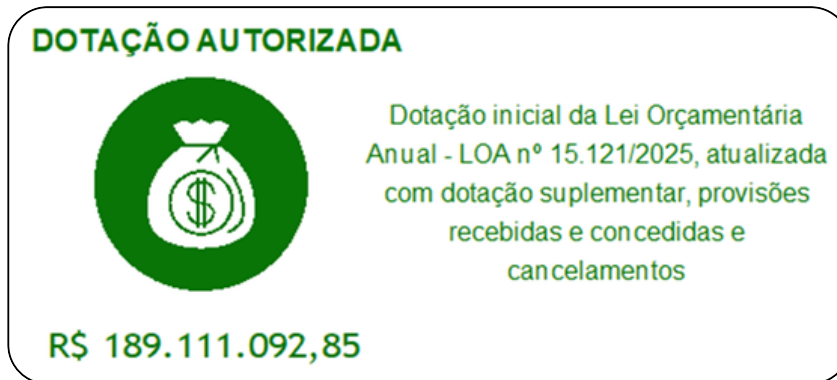


Figura 60 - Dotação autorizada

4.1.1 – Orçamento gerenciado

ORÇAMENTO GERENCIADO							
ESPECIE DE GASTOS	Dotação Inicial	Dotação Suplementar	Dotação Cancelada	Dotação Atualizada	Provisão Recebida	Provisão Concedida	Total Autorizado
Benefícios: assistência médica, creche, alimentação, transportes, natalidade, funeral	R\$13.340.541,00	R\$2.191.531,00		R\$15.532.072,00			R\$15.532.072,00
Conservação e Recuperação de Ativos(custeios e investimentos)	R\$150.000,00		-R\$150.000,00				R\$0,00
Custeios e Investimentos	R\$34.401.005,00	R\$2.500.992,00		R\$36.901.997,00	R\$19.642,28	-R\$46.309,05	R\$36.875.330,23
Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética					R\$5.300.000,00		R\$5.300.000,00
Manutenção Urmas Eletrônicas					R\$583.762,00		R\$583.762,00
Pessoal e Encargos	R\$123.111.220,00	R\$8.990.804,00	-R\$1.325.000,00	R\$130.777.024,00	R\$3.794,00		R\$130.780.818,00
Requisição de Pequeno Valor - RPV					R\$39.110,62		R\$39.110,62
Total	R\$171.002.766,00	R\$13.683.327,00	-R\$1.475.000,00	R\$183.211.093,00	R\$5.946.308,90	-R\$46.309,05	R\$189.111.092,85

Tabela 27 - Orçamento gerenciado

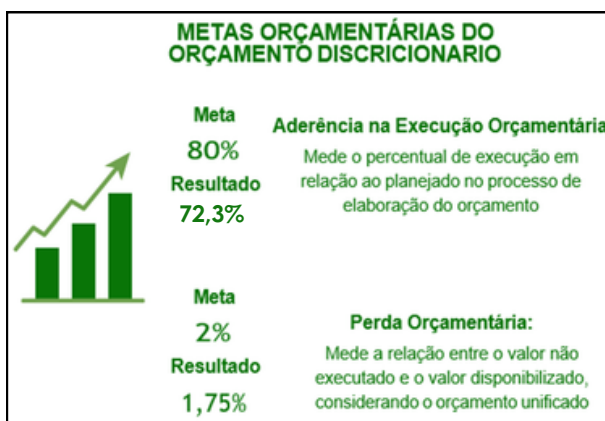


Figura 61 - Metas Orçamentárias

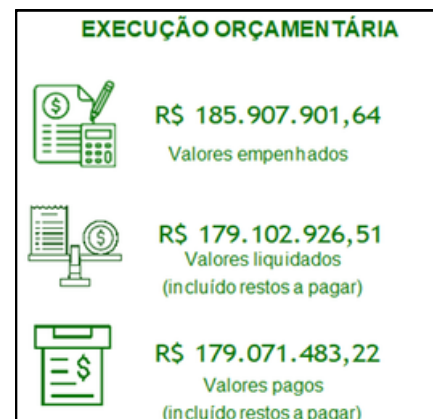


Figura 62 - Execução orçamentária

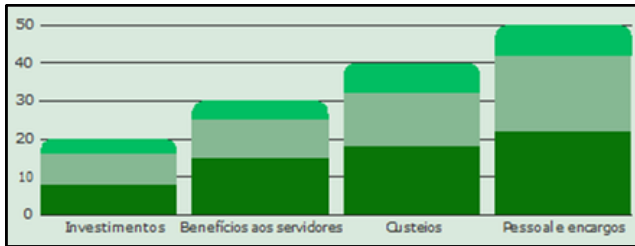


Figura 63 - Valores pagos orçamento ordinário

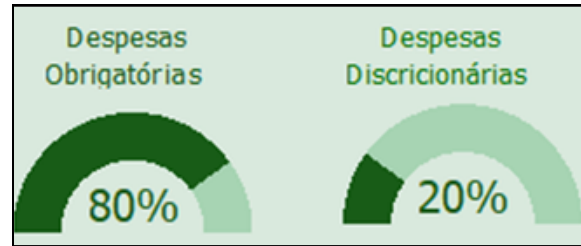


Figura 64 - Divisão das despesas em 2025

Despesas Obrigatórias: Empregadas para pagamento dos gastos ordinários com a remuneração de pessoal e benefícios aos servidores ativos e inativos e pensionistas.

Despesas Discricionárias: Aplicadas a critério do Órgão, dentre as prioridades estabelecidas pela gestão, foram utilizadas principalmente em gastos para a manutenção geral e investimentos na aquisição de bens permanentes e de Tecnologia da Informação.

Alocação orçamentária, finalidade dos recursos

Despesas com Pessoal: são os gastos relacionados à folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, abrangendo também os benefícios concedidos, como auxílio-transporte, auxílio-creche, assistência médico-odontológica, auxílio-alimentação, auxílios natalidade e funeral.

Despesas de Custeios: são os gastos indispensáveis para a prestação de serviços e a manutenção das atividades organizacionais.

Despesas com Investimentos: são destinados à ampliação e modernização do patrimônio permanente, abrangendo instalações, aquisição de computadores, veículos e outros bens e equipamentos.

ORÇAMENTO ORDINARIO OBRIGATORIO			
	EMPENHADO	PAGO	
DESPESAS OBRIGATORIAS	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 130.098.448,94	R\$ 128.614.907,49
	Benefícios aos Servidores	R\$ 15.417.968,72	R\$ 15.230.644,53

Tabela 28 - Orçamento ordinário obrigatório

ORÇAMENTO ORDINARIO DISCRICIONARIO			
	EMPENHADO	PAGO	
DESPESAS DISCRICIONARIAS	Custeios	R\$ 32.503.180,56	R\$ 28.887.486,83
	Investimentos	R\$ 3.669.672,59	R\$ 2.438.097,25

Tabela 29 - Orçamento ordinário discricionário

ORÇAMENTO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
	EMPENHADO	PAGO
Locação de softwares	R\$ 215.220,50	R\$ 8.020,50
Serviços de TIC	R\$ 3.467.045,42	R\$ 3.403.976,56

Tabela 30 - Orçamento de segurança da informação

ORÇAMENTO DE PLEITOS ELEITORAIS		
	EMPENHADO	PAGO
Manutenção de urnas eletrônicas	R\$ 532.571,71	R\$ 484.556,86
Despesas com pessoal	R\$ 3.793,20	R\$ 3.793,20

Tabela 31 - Orçamento de pleitos eleitorais

4.1.2 – Restos a pagar

A Portaria nº 526, de 28/11/2025, estabeleceu o cronograma de encerramento do exercício de 2025, definindo prazos e metas com o objetivo de aprimorar a execução orçamentária e financeira, bem como, minimizar a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de não comprometer os limites de pagamento do exercício de 2026.

Restos a Pagar (RP) ou resíduos passivos referem-se às despesas devidamente empenhadas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro em curso.

Esses valores são classificados em duas categorias:

- 1) Restos a Pagar Processados (RPP): despesas já liquidadas.
- 2) **Restos a Pagar Não Processados (RPNP)**: despesas ainda a liquidar ou em processo de liquidação.

4.1.3 Restos a pagar dos exercícios anteriores a 2025



Figura 65 - Restos a pagar dos exercícios anteriores a 2025

4.1.4 Evolução dos restos a pagar de 2023 a 2025

Ano	2023	2024	2025
Inscritos	11.766.633,1	22.547.135,3	12.644.955,08
Pagos	9.934.195,0	18.613.211,81	9.410.843,5

Tabela 32 - Evolução do restos a pagar

4.1.5 Alocação orçamentária, finalidade dos recursos

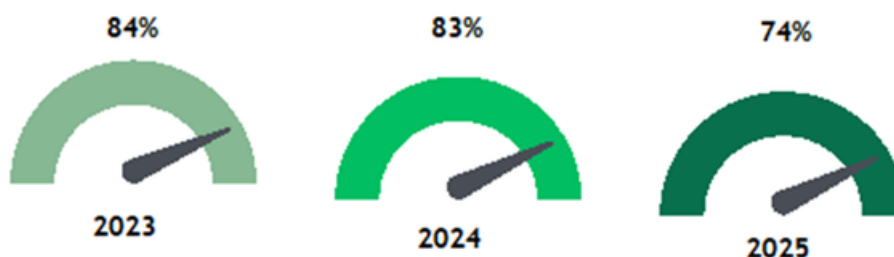


Tabela 33 - Percentuais de execução do estoque de restos a pagar

4.1.6 Execução financeira

O valor pago referente às ações orçamentárias da LOA 2025 e os restos a pagar totalizou R\$ 188.482.326,79.

Para efeito de apuração dos pagamentos anuais referentes ao Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, em que se consideram Ações Orçamentárias específicas, exceto as ações de Pleitos Eleitorais e Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, o valor total pago em 2025 foi de R\$ 41.230.121,61 em despesas discricionárias e R\$ 131.436.058,63 em despesas obrigatórias, totalizando R\$ 172.666.180,24.

No encerramento do exercício de 2025, não houve registro de pendências de pagamento ocasionadas por insuficiência financeira. Todos os compromissos exigíveis foram integralmente honrados, demonstrando o equilíbrio e a eficiência na gestão orçamentária e financeira.

4.1.7 Ordem cronológica da execução financeira

O artigo 141 da Lei nº 14.133/2021 determina efetuar os pagamentos aos fornecedores em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem ao pagamento, obedecendo à ordem cronológica e observando os princípios da administração pública de isonomia, impessoalidade e moralidade.

O controle de pagamentos é feito em processos específicos, observando-se requisitos estabelecidos na Portaria nº 110/2023, de 27/04/2023, que regulamenta o trâmite de notas fiscais, faturas, formulários de recibos de locação, assim como a utilização de formulários relacionados à liquidação das despesas.

Mensalmente, a lista com a ordem cronológica de pagamento é publicada no portal transparência do TRE-MT ([clique aqui](#)).

No TRE-MT, todas as despesas são pagas dentro dos prazos contratualmente estabelecidos e, portanto, não se aplica a atualização monetária para atendimento do que determina o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988.

4.1.8 Conformidade legal da gestão orçamentária

A gestão orçamentária, financeira e contábil do TRE-MT observa as normas vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320, de 17/03/1964, Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, de 04 de maio de 2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Manual SIAFI, a Lei nº 9.430/1996, de 27/09/1996, a Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, Portaria TRE-MT nº 110, de 27 de abril de 2023, e demais normativos e orientações expedidas pelo TSE.

4.1.9 Desafios

1) Implantação do Sistema de Gestão Orçamentária (SIGEO):

- Dar continuidade à melhoria da gestão orçamentária e financeira do Tribunal;
- Garantir o envolvimento das diversas áreas do Tribunal, promovendo a administração conjunta dos recursos;
- Monitorar de forma integrada a gestão orçamentária em todas as unidades administrativas, fortalecendo a transparência e o controle.

2) Disseminação de Informações Financeiras:

- Expandir o uso das informações financeiras atualizadas diariamente pelo setor financeiro na intranet;
- Disponibilizar as informações por meio de painéis de gestão criados com ferramentas de Business Intelligence (BI), facilitando a tomada de decisão e o acompanhamento por todas as unidades administrativas.

3) Introdução de Inteligência Artificial:

- Viabilizar a aplicação de inteligência artificial em rotinas de execução e planejamento orçamentário;

Automatizar tarefas altamente repetitivas, liberando recursos humanos para atividades mais estratégicas e analíticas.

4.2 Notas explicativas das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são instrumentos de análise e controle em nível gerencial (tomada de decisão), demonstrando as situações econômico-financeira e patrimonial do exercício, disponíveis nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todos gerados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI Web).

As demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas do TRE-MT no exercício financeiro 2025 estão publicadas no sítio, e são compostas dos seguintes documentos:

- 1) Balanço Patrimonial;
- 2) Balanço Orçamentário;
- 3) Balanço Financeiro;
- 4) Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- 5) Demonstrações das Variações Patrimoniais;
- 6) Notas explicativas.

4.3 Declaração da contadora

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis do TRE-MT: Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa, relativas ao exercício de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Manual SIAFI e as Orientações expedidas pela SOF/TSE.

Angela Cestari Martin

Analista Judiciária
CRC-MT 018788/O

4.4 Composição da seção de contabilidade

A Seção de Contabilidade é uma unidade administrativa subordinada à Coordenadoria Orçamentária e Financeira e vinculada à Secretaria de Administração e Orçamento do TRE-MT.

As competências da Seção de Contabilidade estão definidas no artigo 74 da Resolução TRE-MT nº 2.900, de 13/03/2025 – Regimento Interno da Secretaria do TRE-MT e alterações posteriores.

Composição da Seção de Contabilidade em 2025		
Servidor	Cargos	Período de Lotação
Selma Regina da Motta	Técnico Judiciário Chefe da Seção	A partir de 22/05/1995
Helena Batista Cadidé	Analista Judiciário	A partir de 19/04/2004
Angela Cestari Martin	Analista Judiciário Setorial Contábil	A partir de 10/01/2022
Rodrigo Martins de Jesus	Analista Judiciário	A partir de 01/08/2025

Tabela 34 - Composição Seção de Contabilidade

4.5 Gestão de custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada com a finalidade de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Neste sentido, foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em 2.260 municípios e de possuir mais de 2.800 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

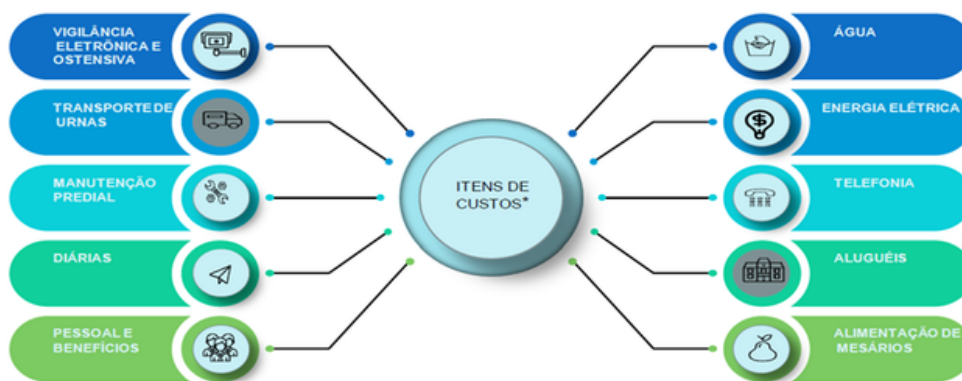
O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



Figura 66 - fluxo do processo da apuração de custos

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: Itens de Custos e Atividades/Serviços.

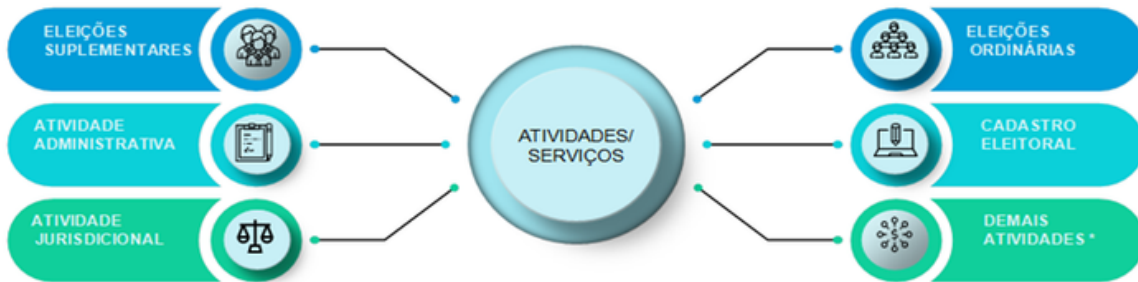
No eixo Itens de Custos, procura-se responder à questão “com o quê?”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 48 itens de custos

Figura 67 - Itens de custos

No eixo das Atividades/Serviços, procura-se responder à questão “para quê?”, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Figura 68 - Atividades e serviços

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso no exercício de 2025, que totalizaram R\$ 173,7 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custos (em R\$ mil)

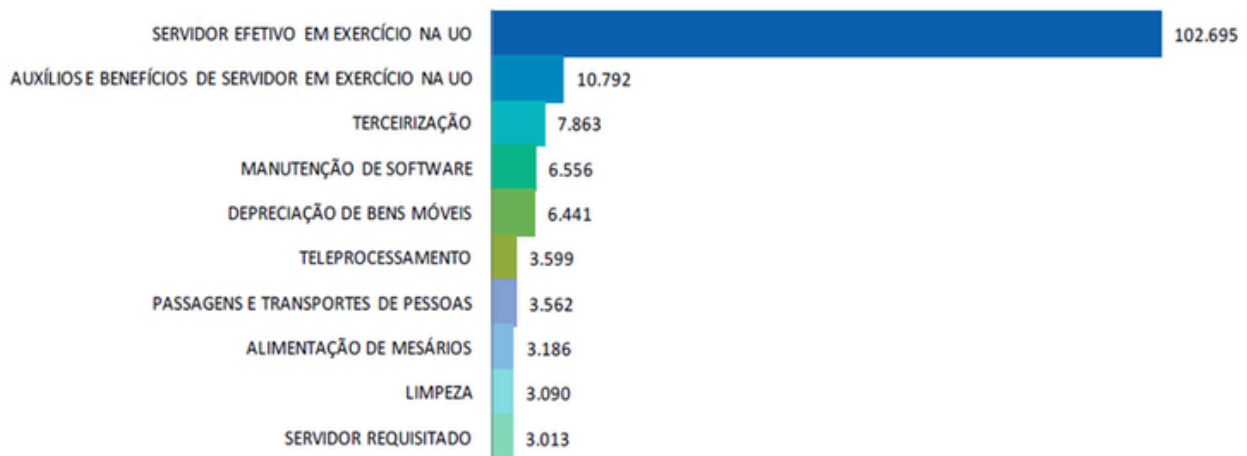


Figura 69 - Maiores itens de custos

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Custos por Subgrupos (em %)



Figura 70 - Custos por subgrupos

Os dados das atividades/serviços estão representados no gráfico a seguir:

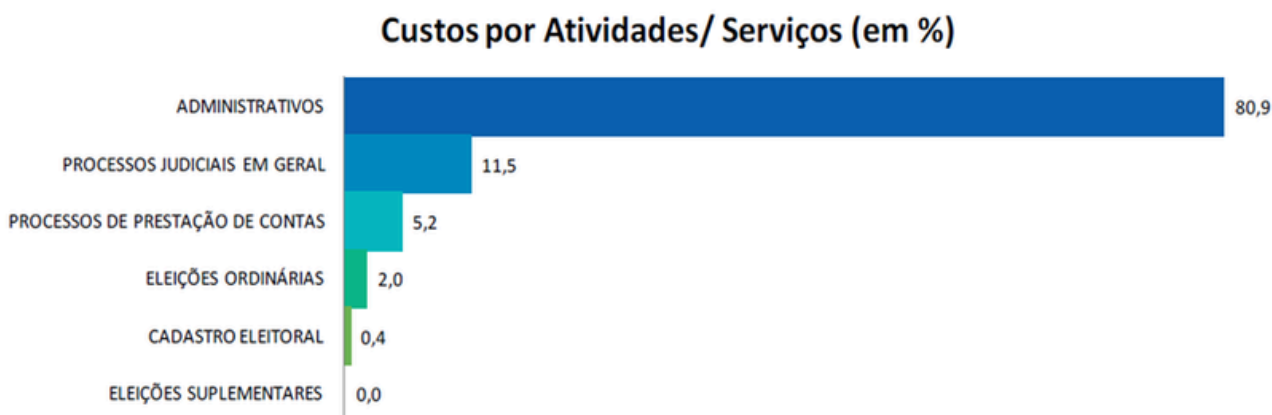


Figura 71 - Custos por atividades/serviços

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)

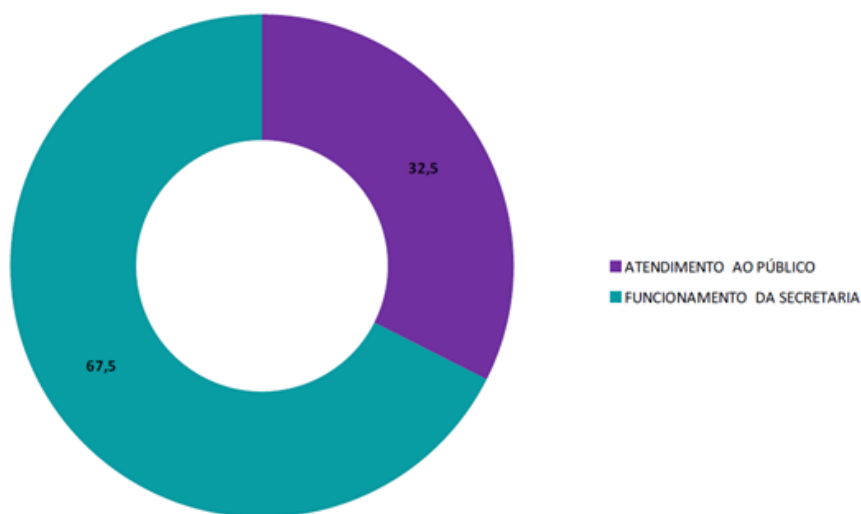


Figura 72 - Funcionamento da secretaria x Atendimento ao público

Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais, novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.

4.6 Gestão e Governança de licitações e contratos

4.6.1 Gestão das Contratações em 2025

LICITAÇÕES EM NÚMEROS



Figura 73 - Número de licitações

CONTRATAÇÕES EM NÚMEROS



Figura 74 - Quantidade de documentos assinados

MAIORES CONTRATAÇÕES EM 2025 - EM VALORES PAGOS		
Credor	Objeto	Valor (R\$)
Unimed Cuiabá	Serviços de Assistência Médica Complementar	R\$7.248.886,15
GRG Tech Assessoria Em Informática Ltda	Fornecimento de Bens e Serviços de Inteligência Cibernética	R\$3.318.716,50
G4F Soluções Corporativas Ltda	Serviços de Suporte Técnico Infraestrutura de Tecnologia De Informação	R\$1.930.723,23
Seprol It Services & Consulting Ltda	Contratação de Solução Red Hat Openshift Container Platform	R\$1.713.500,00
Renovare Serviços e Terceirizações Ltda	Serviços de Limpeza no prédio-sede do Tribunal, Casa da Democracia e Anexos	R\$1.175.852,09
MM Serviços De Apoio Administrativo Ltda	Auxiliar de Serviços Gerais, Zelador Predial, Técnico de Manutenção e Recepção	R\$1.388.172,59
Infosec Tecnologia Da Informação Ltda	Fornecimento de Solução de Auditoria, Proteção de Dados, Detecção e Resposta a Ameaças de Dados	R\$1.372.295,98
Energisa	Fornecimento de Energia Elétrica	R\$1.346.995,65
Metta Service Soluções Inteligentes Ltda	Contratação de Motoristas	R\$1.235.253,49
Lyra Comercio De Veiculos Ltda	Aquisição de Veículos (Haval, híbrido)	R\$1.150.000,00
Oi S.A.	Serviços de Telecomunicações - Rede de Dados	R\$1.017.178,17

Tabela 35 - Maiores contratações em 2025

CONTRATAÇÕES DIRETAS MAIS VULTOSAS EM VALORES		
Objeto	Fundamentação da Lei nº 14.133/2021	Valor (R\$)
Locação de Imóveis	Inexigibilidade - art. 74, V ou Dispensa de licitação - art. 24, X Lei nº 8.666/1993	R\$1.657.284,53
Energia elétrica	Inexigibilidade - art. 74, I	R\$1.346.995,65
Serviço de limpeza sede - TRE-MT (contratação emergencial)	Dispensa eletrônica de licitação - art. 75, VIII	R\$996.248,93
Licença de acesso a plataformas digitais	Inexigibilidade - art. 74, I	R\$300.814,00
Capacitação de servidores	Inexigibilidade - art. 74, III, "f"	R\$252.123,24
Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Eleitoral, Processo Eleitoral e Tecnologia	Inexigibilidade - art. 74, III, "f"	R\$153.000,00
Projeto básico e executivo para adequação do depósito de urnas eletrônicas	Inexigibilidade - art. 74, IV	R\$102.121,74
Serviços dos correios	Dispensa de licitação - art. 75, IX	R\$93.243,58
Biblioteca virtual	Inexigibilidade - art. 74, I	R\$54.960,00
Serviço de água e esgoto	Inexigibilidade - art. 74	R\$28.798,17
Aquisição de bottons/garrafas térmicas	Dispensa eletrônica de licitação - art. 75, II	R\$28.704,00
Aquisição de estações de bloqueio de notebooks	Dispensa eletrônica de licitação - art. 75, II	R\$6.945,00

Tabela 36 - Contratações diretas mais vultuosas em 2025

Contratações diretas

As Contratações Diretas são divididas em Dispensa de Licitação ou Inexigibilidade de Licitação, estando previstas nos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, e nos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993 (revogada).

Eleições Gerais

O TRE-MT iniciou em 2025 os preparativos para a realização das eleições de 2026, adotando medidas estratégicas para garantir eficiência, transparência e segurança em todo o processo eleitoral.

Entre as principais providências em andamento, destacam-se:

1. Antecipação de assinatura das atas de registro de preço, medida que permite que os insumos e serviços necessários para as Eleições Gerais estejam disponíveis dentro dos prazos previstos.
2. Publicação da Portaria nº 264, de 23/06/2025, estabelecendo do valor de R\$ 65,00 por pessoa para pagamento das despesas com alimentação dos mesários e demais colaboradores convocados.
3. Planejamento das Eleições com a previsão das contratações essenciais: elaboração de cronograma para aquisição de bens e serviços indispensáveis, como logística, transporte, materiais elétricos e de consumo, equipamentos e suporte técnico, assegurando que todas as etapas sejam cumpridas sem atrasos.

Conformidade legal

A estrutura hierárquico-organizacional do TRE-MT permite seguir adequadamente os trâmites legais e as recomendações dos órgãos de controle, ressaltando a ação integrada e conjunta das unidades técnicas da Secretaria de Administração e Orçamento e da Assessoria Jurídica, visando garantir a conformidade das licitações e das contratações com as normas regentes, em especial a Lei nº 14.133, de 1º/04/2021, Resolução TSE nº 23.702, de 09/06/2022, Resolução CNJ nº 347, de 13 de outubro de 2020 e Portarias TRE-MT nº 142/2022, 379/2023, 457/2023, 458/2023, 121/2024, 240/2024, 10/2025, 76/2025, 83/2025, 146/2025 e 451/2025.

Desafios

- Aprimorar o gerenciamento do Plano de Contratações Anual;
- Fortalecer o planejamento das contratações, com foco em estudos técnicos preliminares robustos e gestão de riscos;
- Implementar ações corretivas a partir das recomendações do índice de desenvolvimento social - IDS 2025;
- Consolidar o uso do Almoxarifado Virtual Nacional - AVN como ferramenta de economia de recursos públicos, eficiência e controle;
- Elevar o padrão de qualidade das instruções processuais e dos serviços prestados.

4.6.2 Governança e gestão das contratações

Comitê Estratégico de Orçamento E Compras – CEOC

O CEOC exerce papel central na governança das contratações e orçamento do TRE-MT, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma planejada, transparente e alinhada às prioridades institucionais.

Em 2025, o CEOC aprovou as despesas planejadas na Proposta Orçamentária - 2026, relativas ao orçamento ordinário e ao orçamento das Eleições.

Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico na gestão pública orienta ações e recursos para alcançar resultados de forma eficiente.

A Secretaria de Administração e Orçamento desempenhou papel essencial ao fornecer diagnósticos e propostas que garantiram o cumprimento das metas e indicadores dos Objetivos Estratégicos sob sua responsabilidade

OBJETIVO ESTRATÉGICO: ORIENTAR AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS EM CONSONÂNCIA ÀS DIRETRIZES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indicador: COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Mede o percentual de compras públicas sustentáveis realizadas com base em critérios ambientalmente corretos, economicamente viáveis e socialmente justos e inclusivos, culturalmente diversos e pautados na integridade

META PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-MT: 20% (mínimo)

RESULTADO: 73%

OBJETIVO ESTRATÉGICO: APRIMORAR A GESTÃO DE INVESTIMENTOS, GASTOS E DESPESAS

Indicador: EXECUÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Indica o percentual de aderência da execução ao que foi contratado e avaliar o planejamento de aquisições

META PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-MT: 75% (mínimo)

RESULTADO: 88%

OBJETIVO ESTRATÉGICO: APRIMORAR A GESTÃO DE INVESTIMENTOS, GASTOS E DESPESAS

Indicador: PERDA ORÇAMENTÁRIA

Mede a relação entre o valor não executado e o valor disponibilizado, considerando o orçamento unificado

META PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-MT: 2% (mínimo)

RESULTADO: 1,75%

OBJETIVO ESTRATÉGICO: APRIMORAR A GESTÃO DE INVESTIMENTOS, GASTOS E DESPESAS

Indicador: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ADERÊNCIA)

Mede o percentual de execução em relação ao planejado no processo de elaboração do orçamento

META PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-MT: 80% (mínimo)

RESULTADO: 72,3%

Plano Diretor da SAO

O Plano Diretor da Secretaria de Administração e Orçamento - PDSA0 é um instrumento de governança das contratações, da gestão administrativa, financeira, patrimonial, da sustentabilidade e da integridade institucional, funcionando como um elo entre a estratégia do TRE-MT e sua execução prática.

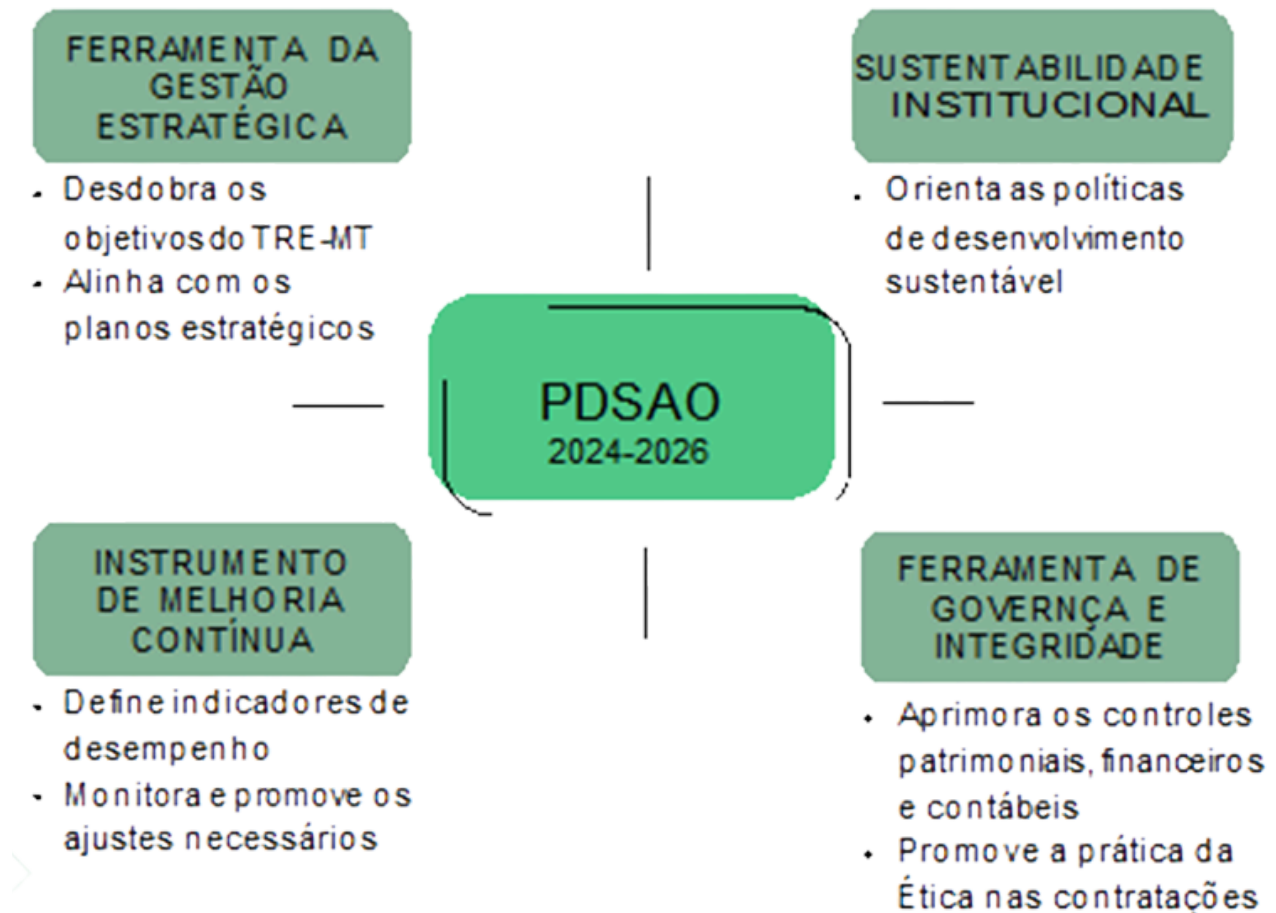


Figura 75 - Plano Diretor da SAO

Execução do PDSAO em 2025

Objetivo Estratégico: Aprimorar a Gestão de Investimentos, gastos e despesas		
Objetivo Tático	Resultado-chaves (KR)	Resultado obtido
Aprimorar os processos de aquisições e contratações	Aprovar normativo com definição de planejamento, critério e padronização de demanda de material de consumo e permanente	Aprovada a Portaria nº 146/2025, com melhorias contínuas nos processos de trabalho sobre aquisições e contratações, com definições claras sobre instruções dos autos, planejamento e padronização das demandas dos materiais de consumo e permanentes
Objetivo Estratégico: Aprimorar a Gestão de Riscos e de Integridade adotando práticas que garantam a efetividade da governança institucional		
Objetivo Tático	Resultado-chaves (KR)	Resultado obtido
Aperfeiçoar os controles de gestão patrimonial de bens móveis	Mapear e redesenhar o processo de gestão de móveis	Realizado o Mapeamento do procedimento de gestão patrimonial, com proposta de aprimoramento
Objetivo Estratégico: Viabilizar um ambiente seguro, saudável e produtivo Aprimorar a gestão de riscos e de integridade adotando práticas que garantam a efetividade da governança institucional		
Objetivo Tático	Resultado-chaves (KR)	Resultado obtido
Garantir o conhecimento do Código de Ética das Contratações do TRE-MT aos colaboradores	Elaborar cartilha e/ou vídeo de curta duração, sobre o Código de Ética das Contratações para terceirizados, utilizando linguagem simples	Elaborado folder explicativo, resumido e em linguagem simples sobre os principais pontos do Código de Ética das Contratações do TRE-MT, e divulgado entre os colaboradores
Objetivo Estratégico: Orientar as políticas institucionais em consonância às diretrizes do desenvolvimento sustentável		
Objetivo Tático	Resultado-chaves (KR)	Resultado obtido
Adotar políticas afirmativas nas contratações, cuja fiscalização recaia sob as unidades da SAO, que possibilitem a redução das desigualdades e inclusão social no mercado de trabalho de mulheres integrantes de grupos vulneráveis	Contratações com previsão de reserva de vaga para mulheres integrantes de grupos vulneráveis	Assinado Acordo de Cooperação Técnica com o Centro Pastoral para Migrantes visando o recrutamento e seleção de mulheres migrantes Iniciada as tratativas com as empresas contratadas para alteração das cláusulas contratuais possibilitando a observância da reserva de vagas para mulheres vulneráveis, independente do quantitativo de postos de trabalho
Garantir o cumprimento da reserva de vagas destinadas às pessoas com deficiência no contrato	Aprimorar o monitoramento do cumprimento, pelas empresas contratadas de serviços continuados, das reservas de vagas para pessoas com deficiência	Com o trabalho da fiscalização houve a contratação de mais 3 pessoas com deficiência As empresas que não cumpriam o mínimo exigido pela Lei nº 8.213/91 (Lei de Cotas) estão respondendo procedimento de sanção contratual

Tabela 37 - Vinculação dos OKRs do PDSAO aos Objetivos Estratégicos do TRE-MT

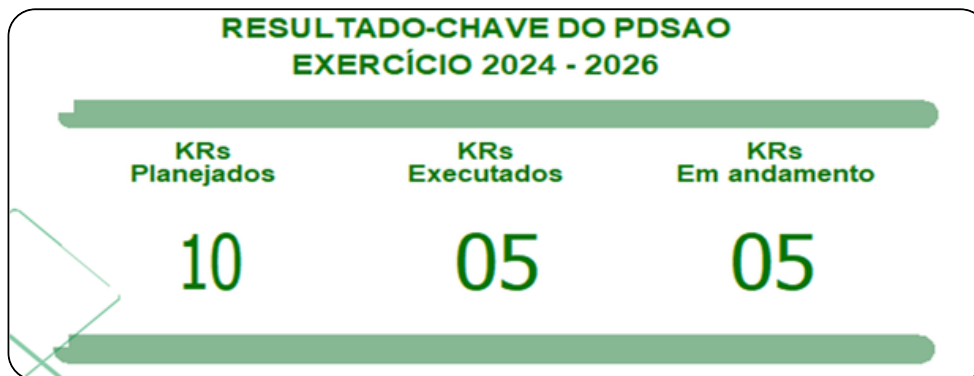


Figura 76 - Resultado-chave do PDSA

Plano de Contratações Anual

A Portaria nº 418/2024, de 24/09/2024, aprovou a versão definitiva do Plano de Contratações Anual (PCA) referente ao exercício de 2025.

Em 02/10/2025 foi editada a Portaria nº 451/2025 alterando parcialmente a Portaria nº 142/2022, de 09/04/2022, que disciplina o Plano de Contratações Anual - PCA do TRE-MT. As alterações representam um aperfeiçoamento da governança das contratações, com maior rigor nos prazos, monitoramento contínuo e responsabilização dos gestores. Ao mesmo tempo, fortalecem a agenda de sustentabilidade, ao exigir alinhamento das contratações com indicadores do PLS e práticas de racionalização, promovendo transparência, eficiência e responsabilidade socioambiental.

Para monitorar a execução do PCA foi contratada a plataforma GovPlan que contempla todas as etapas do ciclo de vida do planejamento das contratações, desde o registro das demandas pelas unidades requisitantes até o monitoramento da execução das contratações previstas.

A adoção da plataforma proporciona a modernização dos processos de planejamento, substituindo o uso de planilhas manuais e reduzindo a ocorrência de falhas, retrabalhos e atrasos. A solução contribui para o fortalecimento da governança das contratações, melhora a integração entre as unidades envolvidas e promove maior previsibilidade e eficiência na execução do PCA, com observância aos princípios da segurança da informação, acessibilidade e proteção de dados pessoais, nos termos da LGPD.



Figura 77 - Contratações previstas no PCA 2025

Compras compartilhadas

O TRE-MT aderiu ao plano de contratações compartilhadas no âmbito da Justiça Eleitoral, manejado pelo Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de identificar oportunidades de aquisição conjunta de bens e serviços, de modo a promover maior eficiência, economicidade e racionalização nos processos de contratações.

A parceria entre os tribunais já ocorre nas contratações realizadas para as Eleições. O novo plano reforça as compras compartilhadas de itens de uso geral, como celulares, eletrodomésticos, móveis de escritório, computadores, licenças e softwares, assinatura de jornais, mouse, teclado, monitor, webcam, gêneros alimentícios, material de limpeza, material de copa e cozinha, material gráfico e material para manutenção predial.

E ainda, o TRE-MT autorizou adesões de outros órgãos às suas Atas de Registro de Preços, assim como atuou como partícipe em licitações, bem como, utilizou o Almoxarifado Virtual do Governo Federal para suas aquisições, visando a eficiência administrativa e a economia de escala.

Parceiros do TRE-MT nas compras compartilhadas - adesões ou partícipes

- 4º Batalhão de Infantaria Leve em São Paulo
- 9º Batalhão de Engenharia e Construção em Mato Grosso 18ª Brigada de Infantaria do Pantanal em Mato Grosso do Sul Arsenal de Guerra no Rio de Janeiro
- Comando de Defesa Antiaérea do Exército em São Paulo Comando do Sistema de Saúde da Marinha no Rio de Janeiro Comando Militar do Leste - Duque de Caxias/RJ
- Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba
- Depósito Subordinado de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul Fundação Universidade Federal do Tocantins
- Instituto Federal de São Paulo - IFSP Justiça Federal do Rio de Janeiro e Paraná
- Parque Regional de Manutenção da 5ª Região Militar no Paraná (Base Militar)
- Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo
- Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha no Rio de Janeiro Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
- Tribunal Regional Eleitoral do Piauí Universidade Estadual do Norte do Paraná

ITENS COMPARTILHADOS EM LICITAÇÕES OU AQUISIÇÕES PELO TRE- MT E OUTROS ÓRGÃOS



Notebook, mouse, cartaz, carregador, alicate, empilhadeira, mesa, cadeira, solução videowal, software, licenças, material de limpeza, material de expediente, gêneros alimentícios (chá, café, açúcar), material de copa e cozinha

Figura 78 - Itens compartilhados em licitações ou aquisições pelo TRE-MT e outros órgãos

Gestão das contratações

Com o objetivo de fortalecer a eficiência organizacional e garantir maior qualidade nos resultados, foram adotadas diversas providências e medidas voltadas ao aprimoramento da gestão e à melhoria dos processos internos.

Essas iniciativas buscaram alinhar práticas administrativas às necessidades atuais, promovendo maior integração entre áreas, otimização de recursos e padronização de procedimentos.

Assim, o conjunto de medidas descritas a seguir representa um esforço estratégico para consolidar uma gestão mais ágil, eficaz e orientada para resultados sustentáveis.

- Contratação de Inteligência Artificial - LICITO GURU IA PERSONALIZADO - atua de forma assistida na construção de Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, minutas de editais, mapas de riscos e documentos correlatos, oferecendo estruturas padronizadas, sugestões de texto e fundamentos legais aderentes à legislação vigente.
- Portaria nº 10, 20/01/2025, estabelece quais serviços e fornecimentos são considerados contínuos no âmbito do TRE-MT, garantindo a segurança jurídica e padronização das contratações, evitando-se interpretações divergentes, continuidade de serviços essenciais, protegendo o funcionamento do Tribunal e reforçando mecanismos de controle interno e de planejamento das contratações.
- Portaria nº 76, 17/03/2025, que trata de suprimento de fundos — ou seja, a forma excepcional de disponibilizar recursos financeiros a servidores para despesas urgentes, eventuais ou de pequeno vulto, garantindo o uso correto dos recursos públicos, a prestação de contas e coibindo o fracionamento de despesas.
- Portaria nº 83, de 17/03/2025, estabelece regras claras para apuração e aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos no âmbito do TRE-MT, uniformizando os procedimentos internos, garantindo a segurança jurídica e transparência, devidamente alinhada à Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos e Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção).
- Portaria nº 130, de 166, de 16/03/2025, estabelece regras claras e atualizadas para o uso dos serviços de telefonia fixa e móvel dentro do Tribunal, funcionando como um instrumento de gestão, controle e responsabilidade.
- Portaria nº 146, de 02/04/2025 estabelece regras para a gestão de bens materiais e patrimoniais do Tribunal. Define procedimentos de recebimento, tombamento, inventário e baixa. Regula responsabilidades dos servidores pela guarda e uso dos bens, inclusive em teletrabalho, e prevê termos formais de responsabilidade e transferência. Também, disciplina o controle de estoques, armazenamento, manutenção e destinação de bens inservíveis, alinhando-se à Lei nº 14.133/2021.
- Portaria nº 166, de 24/04/2025, a Presidência delega competências ao Diretor(a)-Geral, Secretários(as) e Assessor(a), decisões passam a ser tomadas diretamente pelas áreas responsáveis, reduzindo burocracia e garantindo maior rapidez na execução de contratos, pagamentos e movimentações administrativas.



Figura 79 - Ações executadas pela SAO no PLS

4.7 Gestão patrimonial e de infraestrutura

O TRE-MT tem priorizado a modernização de seus equipamentos e a responsabilidade socioambiental, adotando medidas inovadoras voltadas à redução do impacto ambiental e à otimização do consumo de energia elétrica.

Paralelamente, a instituição tem realizado contratações estratégicas para fortalecer a segurança patrimonial e de pessoas, além de implementar ações voltadas à prevenção e ao combate de incêndios e situações de pânico. Também, se destacam iniciativas para assegurar a acessibilidade e a continuidade dos serviços essenciais, fundamentais ao bom funcionamento do órgão.

Essas ações evidenciam o compromisso do Tribunal com a excelência operacional e com o bem-estar de eleitores, representantes políticos, servidores e magistrados.

Investimentos estratégicos em infraestrutura e equipamentos



Figura 80 - Credenciamento de engenheiros e arquitetos



Figura 81 - Acessibilidade arquitetônica

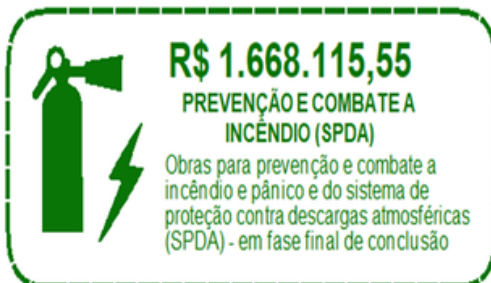


Figura 82 - Prevenção e combate ao incêndio



Figura 83 - Licenças de Software

Principais custos para manutenção e funcionamento dos prédios ocupados pelo TRE-MT

- Manutenção do ar-condicionado central: R\$ 520.293,87
- Limpeza Sede e Cartórios Eleitorais: R\$ 2.996.282,41
- Manutenção de elevador: R\$ 90.740,38
- Vigilância armada e desarmada: R\$ 661.894,86
- Limpeza das placas solares: R\$ 126.565,99
- Manutenção de gerador: R\$ 158.920,33
- Controle de Acesso: R\$ 210.572,25
- Análise da Qualidade da água: R\$ 49.832,80
- Energia elétrica: R\$ 1.346.995,65
- Telefonia fixa: R\$ 237.230,83
- Água e esgoto: R\$ 28.798,17
- Telefonia móvel: R\$ 92.471,00
- Manutenção predial: R\$ 1.000.639,31

Doação de bens permanentes inservíveis - materiais permanentes e de consumo destinação para reciclagem

O TRE-MT promoveu a doação de bens inservíveis permanentes e de consumo, dentre outros materiais recicláveis, que constitui uma prática estratégica adotada, com impactos relevantes tanto no âmbito ambiental quanto social. Ao destinar corretamente materiais sem uso, contribuiu-se para a redução da geração de resíduos e para a preservação dos recursos naturais, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade. Paralelamente, essa iniciativa fortalece a economia circular e promove inclusão social, uma vez que os itens encaminhados podem ser reaproveitados pelas associações e cooperativas parceiras do Tribunal, gerando renda e oportunidades de trabalho.



ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS PARCEIRAS DO TRE-MT

ASMATS
COOREPAM
COOPERCBA ACAMARC



<p>PAPÉIS 5 toneladas</p> 	<p>Papéis A4 e papelões</p>
<p>PROJETO TAMPATINHAS 18 quilos</p> 	<p>Projeto visa à arrecadação de tampinhas plásticas para vender e custear castrações em animais de rua abandonados e que são vítimas de maus tratos</p>
<p>DOAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO 482 QUILOS 22.680 itens</p> 	<p>Capas de processos físicos, guia rápido de orientação aos mesários, presilhas de apensamento de processo</p>
<p>LÂMPADAS 312 unidades</p> 	<p>PILHAS 17 quilos</p> 
<p>PROJETO LUNAAR 41 quilos</p> 	<p>O Projeto visa ao reconhecimento de frascos vazios de desodorante aerossol e venda para a cooperativa de reciclagem. Todo dinheiro é usado para castração e alimentação de animais abandonados e em situação de risco.</p>

Tabela 38 - Doação de materiais para reciclagem

Produção de energia solar usinas fotovoltaicas

O TRE-MT possui usinas fotovoltaicas instaladas no prédio-sede do Tribunal e em 8 Cartórios Eleitorais (Alta Floresta, Campo Verde, Barra do Garças,

As usinas fotovoltaicas representam uma solução para a geração de energia limpa e sustentável, contribuindo para a preservação do meio ambiente e redução dos custos operacionais.



1.284.131,70 KWh de energia limpa gerada

R\$ 1.476.751,46 Em economia para os cofres públicos

Projeto de expansão das usinas fotovoltaicas

Houve o credenciamento de profissional técnico para analisar a implantação de novas usinas nos Cartórios de Sapezal, Juara e Sinop.

Unidade	Energia gerada (kWh)	Economia em reais
TRE-Sede (Cuiabá)	1.093.003,97	R\$1.256.954,57
09º ZE (Barra do Garças)	26.556,27	R\$30.539,71
12º ZE (Campo Verde)	20.512,48	R\$23.589,35
21º ZE (Lucas do Rio Verde)	24.819,43	R\$28.542,34
24º ZE (Alta Floresta)	23.628,47	R\$27.172,74
34º ZE (Chapada dos Guimarães)	19.550,24	R\$22.482,78
43º ZE (Sorriso)	24.084,07	R\$27.696,68
46º ZE (Rondonópolis)	23.869,14	R\$27.449,51
53º ZE (Querência)	28.107,63	R\$32.323,77
Total	1.284.131,70	R\$1.476.751,46

Tabela 39 - Energia gerada e economia em reais proporcionadas pelas usinas fotovoltaicas

Conformidade Legal

A Gestão patrimonial e de infraestrutura observa a conformidade legal, seguindo a Lei nº 14.744/2023, Lei nº 9.472/1997, Lei nº 6.538/1978, Decreto nº 509/1969, Decreto nº 8.540/2015, Resolução CNJ nº 400/2021, Resolução CNJ nº 401/2021, Resolução TRE-MT nº 2.632/2021, Portaria nº 182/2022, Portaria TRE-MT nº 138/2023, Portaria TRE-MT nº 130/2025, Portaria TRE-MT nº 146/2025, dentre outras legislações.

Desafios

- Aumentar a eficiência energética com ações de redução do consumo de energia e expansão das usinas fotovoltaicas;
- Ampliar a doação e reciclagem de bens inservíveis, mantendo o engajamento das cooperativas parceiras;
- Implementar o diagnóstico de acessibilidade e efetivar em obras concretas, garantindo inclusão e conformidade legal;
- Concluir e manter os sistemas de SPDA já instalados, com inspeções regulares;
- Assegurar que geradores, elevadores e sistemas críticos não falhem em momentos de maior demanda;
- Manter e ampliar a rede credenciada de profissionais qualificados para projetos técnicos e executivos;
- Garantir que os recursos aplicados em modernização e sustentabilidade tragam retorno mensurável e contínuo;
- Absorver o aumento da demanda por serviços postais, especialmente para o envio de comunicações oficiais e materiais administrativos vinculados ao processo eleitoral, assegurando o cumprimento dos prazos legais;
- Reforçar o monitoramento da execução contratual, garantindo a adequada prestação dos serviços e a rápida solução de eventuais intercorrências durante o período eleitoral;
- Conciliar o aumento da demanda operacional com as diretrizes de sustentabilidade e racionalização do gasto público;
- Intensificar o controle e o monitoramento do consumo, por meio da adequada alocação das linhas telefônicas, da revisão periódica dos planos contratados e da conscientização dos usuários;
- Gerenciar o acréscimo do volume de documentos, garantindo a adequada organização, o registro e a digitalização dos materiais produzidos, sem prejuízo à qualidade dos serviços prestados.

4.7.1 Gestão de imóveis

É prioridade do TRE-MT o compartilhamento de prédios com outros órgãos públicos e a utilização de imóveis pertencentes à União, reafirmando seu compromisso com a aplicação racional dos recursos. Essa prática contribui para a redução de custos de locação e de despesas operacionais e administrativas, gerando benefícios significativos.

Com foco na eficiência da gestão patrimonial, na promoção da sustentabilidade e na manutenção de serviços públicos de qualidade, busca-se assegurar que eleitores, partidos políticos, servidores e magistrados disponham de infraestrutura adequada e funcional.

Conformidade legal

Os procedimentos de aquisição, construção, reforma, uso e locação de imóveis pelo TRE-MT observaram a Resolução nº 795, de 13/09/2011, e suas alterações, bem com as demais legislações que regem a matéria, como a Lei nº 8.245, de 18/10/1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos.

E ainda, as contratações de obras e projetos observaram a Resolução TSE nº 23.544, de 18/12/2017 e alterações posteriores

Desafios da gestão de imóveis

- Expandir o compartilhamento de imóvel, ampliando acordos de cooperação com outros órgãos;
- Garantir a acessibilidade arquitetônica dos imóveis do Tribunal;
- Manter os imóveis ocupados pelo Tribunal e Cartórios Eleitorais em condições adequadas de funcionamento.

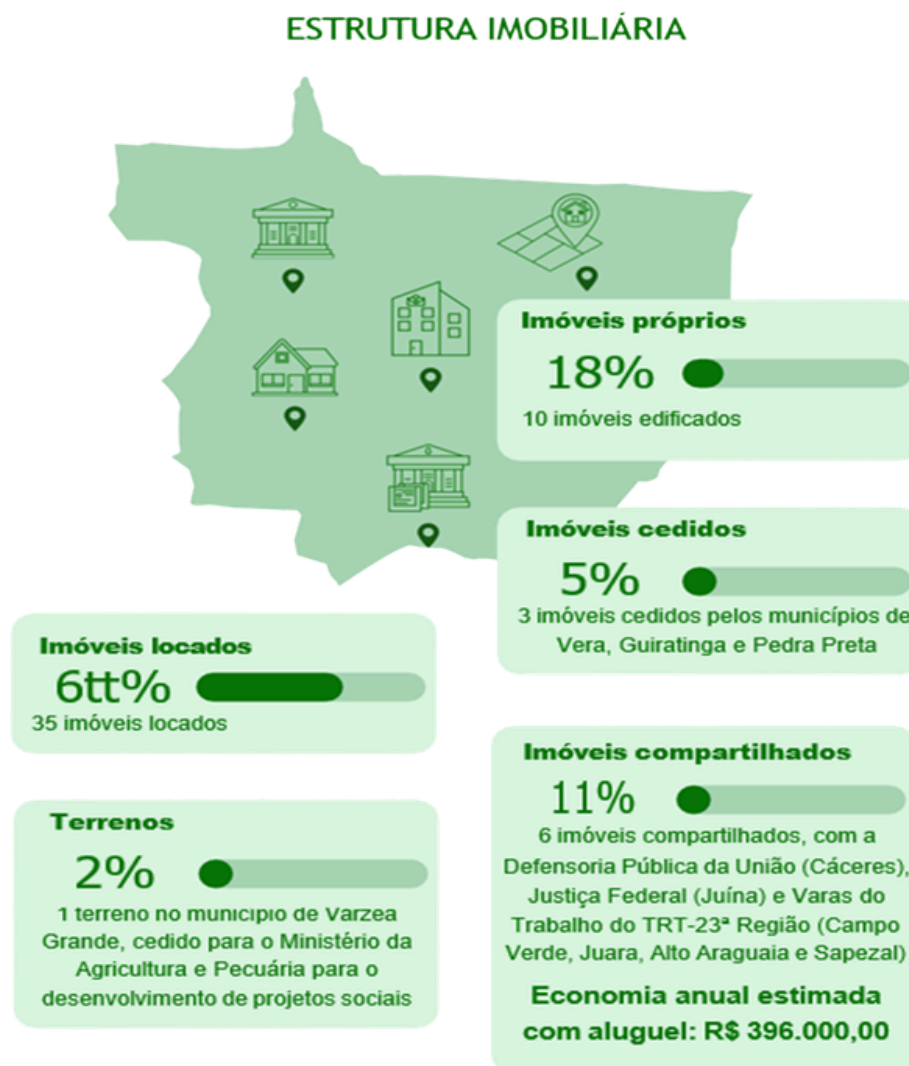


Figura 84 - Estrutura imobiliária do TRE-MT

4.7.2 Gestão da frota

O TRE-MT utiliza sua frota de veículos em atividades externas para transporte de servidores e autoridades, assegurando eficiência, segurança e uso racional dos recursos públicos. A gestão inclui a manutenção preventiva e corretiva, além de práticas sustentáveis como planejamento de rotas, abastecimento com etanol para os veículos flex, aquisição de veículos menos poluentes, uso de Agente Redutor Líquido Automotivo - ARLA 32 nos veículos a diesel, visando a redução drástica da emissão de gases poluentes, e o incentivo ao uso consciente dos automóveis, minimizando custos e impactos ambientais.



Figura 85 - Tipos de veículos no TRE-MT em 2025

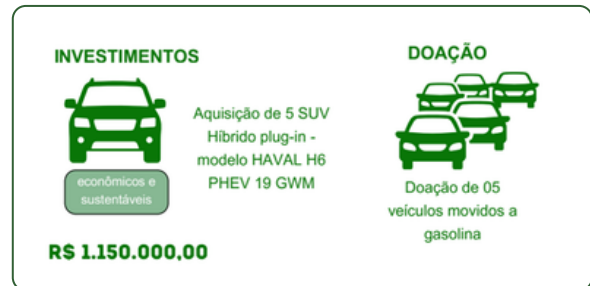


Figura 86 - Investimentos em veículos e doação de veículos em 2025

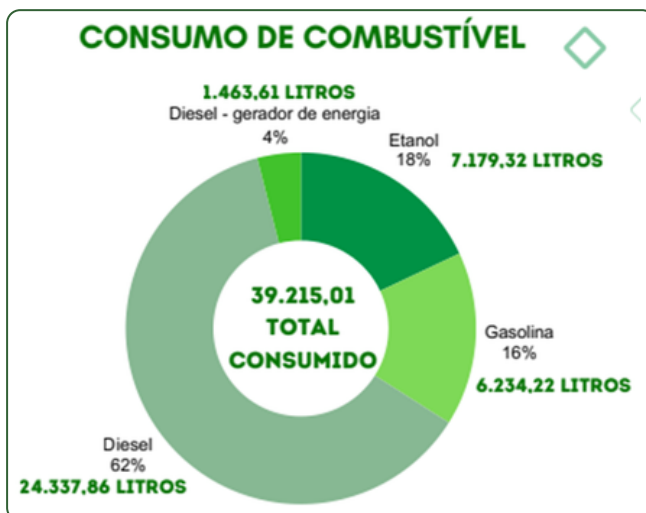


Figura 87 - Consumo de combustível em 2025



Figura 88 - Frota sustentável do TRE-MT em 2025

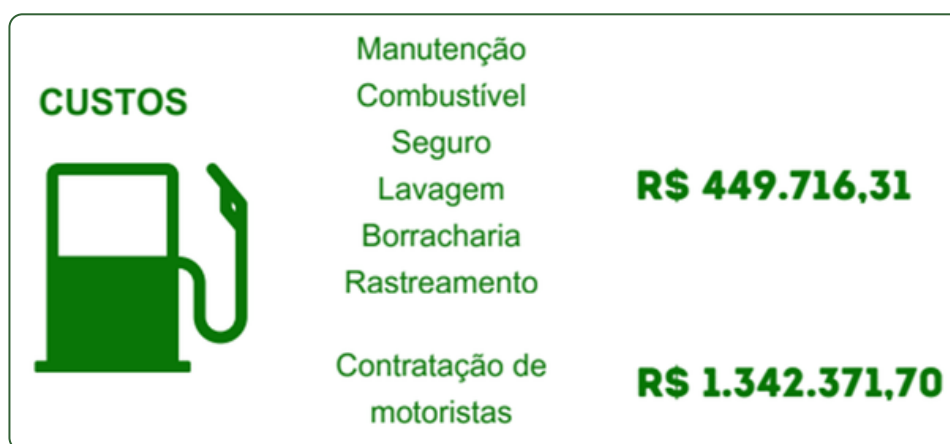


Figura 89 - Custos com veículos em 2025

Justiça Eleitoral Móvel – JEM

Em 2025 foram realizadas mutirões em diversas localidades com a utilização do ônibus (Justiça Eleitoral Móvel - JEM), possibilitando o atendimento de eleitores residentes em localidades distantes dos Cartórios Eleitorais com mais qualidade, conforto e agilidade.

Zona Eleitoral	Local	Quantidade Eleitores atendidos
Cartório 1ª ZE	Mercado do Porto - Cuiabá	360
Cartório 03ª ZE	Em frente ao estádio de futebol, Distrito de Bom Jardim – Nobres	603
Cartório 6ª ZE	ExpoCáceres - Cáceres	28
Cartório 7ª ZE	Alto Paraguai	402
Cartório 8ª ZE	Araguainha, Alto Araguaia, Ponte Branca, Alto Taquari	513
Cartório 9ª ZE	Zona urbana de General Carneiro, zona rural no Distrito de Paredão Grande (BR-070)	93
Cartório da 39ª ZE	57ª ExpoAgro - Cuiabá	121
Cartório 31ª ZE	Canarana - Escola Noberto Schwantes	408
Cartório 35ª ZE	Juína - "Expo Juína"	266
Cartório 38ª ZE	Orla do Porto - Barão de Melgaço Escola E. Nagib Saad – Distrito da Agrovila das Palmeiras – Santo Antônio de Leverger	1125
Cartório 40ª ZE	Santo Antônio do Leste/MT	320
Cartório 49ª ZE	Unidade SENAI – Várzea Grande	59
Cartório 51ª ZE	Comunidade Rio dos Peixes – Cuiabá	74
Cartório 52ª ZE	Rio Branco, Salto do Céu	112
Cartório 53ª ZE	Bom Jesus do Araguaia	396
Cartório 55ª ZE	Escola Cívico Militar Profª “Maria Dimpina Lobo Duarte” – Cuiabá	46
Cartório 57ª ZE	Gaúcha do Norte	224
Cartório 57ª ZE	Paranatinga	699
Cartório 61ª ZE	Nova Lacerda, Conquista D´Oeste	327

Tabela 40 - Multirões da Justiça Eleitoral Móvel em 2025



Figura 90 - Justiça Eleitoral Móvel

Conformidade legal da gestão da frota

A conformidade legal da Gestão da Frota do TRE-MT, deu-se em observância à Resolução nº 796, de 13/09/2011, que estabelece procedimentos sobre aquisição, alienação, locação, condução, utilização, manutenção e controle de veículos da frota do TRE-MT.

E também, a Portaria nº 421/2025 que estabeleceu o uso exclusivo de etanol como combustível para os veículos com tecnologia flex, priorizando o combustível menos poluente ao meio ambiente.

Desafios

- Garantir que os veículos recebam manutenção adequada, evitando a indisponibilidade da frota;
- Ampliar o uso de planejamento inteligente para reduzir quilometragem e consumo de combustível;
- Reduzir ainda mais o custo por quilômetro rodado;
- Monitorar o uso exclusivo de etanol nos veículos flex;
- Implementar metodologia de gestão de processos na seção.

4.7.3 Gestão da segurança

Para fortalecer a segurança institucional foram nomeados dois novos Agentes de Polícia Judicial, elevando o quadro para seis profissionais. O setor também dispõe do suporte de equipes terceirizadas de vigilância armada e desarmada, bem como de câmeras de vigilância, sistemas de alarme e controle de acesso, aparelho detector de raio X e detectores portáteis de metal.



Figura 91 - Investimentos em segurança em 2025



Figura 92 - Capacitação em segurança em 2025



Figura 93 - Custos com segurança em 2025

4.8 Gestão de pessoas

Descobramento de dados podem ser obtidos na página da transparência do TRE-MT. E também, a Portaria nº 421/2025 que estabeleceu o uso exclusivo de etanol como combustível para os veículos com tecnologia flex, priorizando o combustível menos poluente ao meio ambiente.

4.8.1 Perfil da força de trabalho

Servidores efetivos e requisitados, colaboradores e estagiários:

522 servidoras e servidores	46,45 % mulheres 53,55 % homens	176 Técnicos Judiciários
		125 analistas judiciários
		220 servidores requisitados
		01 sem vínculo
101 colaboradoras e colaboradores de empresas terceirizadas		

Tabela 41 - Perfil da força de trabalho

Raça	2022	2023	2024	2025
Branca	31%	42%	42%	42,81%
Preta	6 %	7%	7,66%	22%
Amarela	11 %	3%	2,49%	3,16%
Parda	33 %	46%	44,82%	45,26%
Indígena	0 %	0.002%	0%	0,70%
Não informado	28 %	2%	0,38%	0,35%

Tabela 42 - Autodeclaração racial

RAÇA	QUANTIDADE
Branca	122
Preta	22
Amarela	9
Parda	129
Indígena	2
Não informado	1

Tabela 43 - Autodeclaração racial - quantidade

A variação de dados se deve à atualização das informações de autoidentificação.

Faixa etária	2022	2023	2024	2025
Até 30 anos	4 %	3,5%	3,83%	4,91%
De 31 a 40 anos	32 %	30,4 %	28,73%	27,02%
De 41 a 50 anos	37 %	39 %	37,35%	42,81%
De 51 a 60 anos	22 %	20 %	23,18%	21,05%
Acima de 60 anos	5 %	6,5 %	6,7%	4,21%

Tabela 44 - Faixa etária - porcentagem

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE
Até 30 anos	22
De 31 a 40 anos	131
De 41 a 50 anos	211
De 51 a 60 anos	130
Acima de 60 anos	37

Tabela 45 - Faixa etária - números absolutos

Servidores Efetivos Ativos com Deficiência	Quantidade	Porcentagem
	16	3,07%

Tabela 46 - Servidores com deficiência

	Teletrabalho	Trabalho híbrido	Trabalho presencial
Porcentagem	7,34	26,18	66,48
Quantidade	39	139	353

Tabela 47 - Modalidades de trabalho

- **16 nomeações** de servidores em 2025 (9 técnicos judiciários e 7 analistas judiciários)
- **80 Avaliações de desempenho**
- **3 Novos abonos de permanência concedidos**

Tabela 48 - Nomeações, avaliações de desempenho e abonos de permanência

	2022	2023	2024	2025
Aposentados	48	46	50	53
Pensionistas	20	20	19	19

Tabela 49 - Aposentados e pensionistas

Movimentação	2022	2023	2024	2025
Ingresso por nomeação de cargo efetivo	15	10	9	16
Exonerações/posse em outro cargo efetivo	-	5	3	-
Aposentadorias	3	0	5	3

Tabela 50 - Movimentações

4.8.2 Composição Plenária do TRE-MT e Primeira instância

Composição do Plenário do TRE-MT ¹	
2	Juízes dentre os Desembargadores do TJMT
2	Juízes dentre Juízes de Direito do TJMT
2	Juízes dentre Advogados
1	Juiz Federal
Total	7 Juízes
1	Procurador Regional Eleitoral

Tabela 51 - Composição do plenário do TRE-MT

Juízes -auxiliares da Presidência e Corregedoria	2
---	----------

Para cada autoridade há a designação de 1 substituto.

Tabela 52 - Juízes auxiliares de 2º grau

Jurisdição de Primeira instância (sobre 141 municípios)	
Juízes - Zonas Eleitorais	57
Promotores Eleitorais	57

Tabela 53 - composição do 1º grau de jurisdição do TRE-MT

2º Grau de Jurisdição - 14 Magistrados (as) - Gênero e Raça					
Gênero			Raça		
Mulheres	3	21,43%	Branca	3	100,00%
Homens	11	78,57%	Branco	11	100,00%

Tabela 54 - Magistrados de 2º grau de jurisdição por gênero e raça

1º Grau de Jurisdição - 57 Magistrados (as) - Gênero e Raça					
Gênero			Raça		
Mulheres	13	22,81%	Branca	13	100%
Homens	44	77,19%	Branco	39	88,63%
			Preto	2	4,55%
			Pardo	2	4,55%
			indígena	1	2,27%

Tabela 55 - Magistrados de 1º grau de jurisdição por gênero e raça

4.8.3 – Demonstrativo de despesa de pessoal (em R\$)

Categoria de despesas	2022	2023	2024	2025
Membros de poder e agentes públicos	7.647.123,23	7.647.123,23	7.998.950,09	8.863.820,34
Servidores de carreira vinculados ao órgão	68.360.393,68	68.360.393,68	72.939.715,06	82.290.997,26
Servidores de carreira sem vínculo com o órgão	500.436,89	500.436,89	573.261,06	1.093.234,24
Servidores sem vínculo com a administração pública	36.866,96	36.866,96	38.851,62	72.905,24
Servidores cedidos com ônus	538.850,62	538.850,62	612.666,87	734.016,70
Contribuição Previdenciária para União – Patronal PSSS	13.336.815,90	13.336.815,90	13.455.962,10	14.521.454,78
Total	90.420.487,28	90.420.487,28	95.619.406,80	107.495.428,56

Tabela 56 - Despesa de pessoal por categoria (em R\$)

Contextualização: O decréscimo na despesa de pessoal observado em 2025 em relação ao ano de 2024, ocorreu devido que, em 2024 foi efetuado pagamento relativo diferença da Vantagem Pecuniária Individual - VPI, correspondente ao período de 22/7/2016 a 31/12/2018 e que também ocorreu decréscimo de despesas decorrente da absorção da parcela compensatória descontada da folha a partir de junho/2025, de acordo com Decisão doc. 0947652/2025 anexo do SEI 01094.2025-0. Não estão inclusos os gastos com benefícios nem com o custeio dos oficiais de justiça

Situação	2022	2023	2024	2025
Ativos	90.420.487,28	95.619.406,80	96.417.370,30	92.973.973,78
Inativos	12.682.633,93	12.296.379,08	14.436.097,30	15.481.808,72
Pensão civil	5.499.657,02	5.553.595,74	5.484.847,05	5.637.670,23
Contribuição da União - Patronal PSSS		13.455.962,10	14.291.970,94	14.521.454,78
Total	108.602.778,23	113.469.381,62	116.338.314,65	128.614.907,51

Tabela 57 - Comparativo de despesas de pessoal 2022/2023/2024/2025

4.8.4 Saúde laboral

No exercício de 2025, o TRE-MT realizou os Exames Médicos Periódicos dos servidores da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais, em conformidade com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Ao todo, 232 servidores foram avaliados por médico do trabalho, com vistas à análise das condições de saúde, à identificação precoce de agravos relacionados ao trabalho e ao acompanhamento preventivo da saúde ocupacional no âmbito deste Regional.

Foi lançado o Portal +Saúde, uma iniciativa do TRE-MT voltada à promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores. A plataforma reúne informações sobre programas assistenciais, serviços médicos, orientações e conteúdos educativos, garantindo acesso rápido e integrado por meio digital.

Essa ação contribui diretamente para os objetivos estratégicos do TRE-MT, ao promover um ambiente organizacional mais saudável e inclusivo, em consonância com os princípios de responsabilidade social e governança pública. O Portal +Saúde integra-se às políticas de gestão de pessoas e ao Plano de Qualidade de Vida no Trabalho, reforçando a cultura de cuidado e prevenção, essenciais para a sustentabilidade institucional.

Valor Gerado:

- **Capital Humano:** melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos servidores.
- **Capital Social e Relacional:** fortalecimento da comunicação e engajamento interno.
- **Capital Intelectual:** disponibilização de informações organizadas e acessíveis para tomada de decisão.



Figura 94 - Página inicial do Portal +Saúde

PERÍCIAS REALIZADAS - 2023		
MÊS	Quantidade perícias singulares	Quantidade de perícias por junta
TOTAL	113	27




Tabela 58 - Gestão de perícias médicas

Contextualização: Em 2024, a Administração do TRE-MT, com base em gestão de riscos, havia deliberado pela designação de servidora médica para atuar com exclusividade na execução e no gerenciamento dessas atividades. Como reflexo, em 2025, tal providência mitigou a possibilidade de geração de impedimentos, assegurando maior regularidade aos atos praticados e observância estrita aos princípios da ética médica.

No exercício de 2025, realizou-se a Avaliação Biopsicossocial de 7 (sete) servidores. As avaliações foram conduzidas com observância aos critérios técnicos e normativos aplicáveis, contemplando de forma integrada os aspectos biológicos, psicológicos e sociais, de modo a subsidiar decisões administrativas relacionadas à saúde ocupacional, à acessibilidade e à adequada gestão de pessoas no âmbito deste Regional.

Em 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso consolidou avanços significativos na política de saúde suplementar ao reativar o reembolso odontológico, alinhado às diretrizes da Resolução TRE-MT nº 2805/2023. Com base na atualização do valor per capita da Ação Assistência Médica e Odontológica e visando ampliar a cobertura aos servidores, a Administração promoveu a revisão do limite anual do benefício, fixando-o em R\$ 3.200,00, fundamentado na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Odontológicos (CBHPO). A medida foi formalizada pela Portaria TRE-MT nº 229/2025, com efeitos retroativos a julho de 2023, fortalecendo as ações institucionais de promoção da saúde e ampliando a segurança e previsibilidade no acesso ao benefício. O processo foi concluído com transparência, orientação aos servidores e publicação oficial no Diário da Justiça Eletrônico, reforçando o compromisso da Administração com o bem-estar e a valorização das pessoas.

Absenteísmo por licenças médicas próprias dos servidores (incluso doença profissional e acidente de trabalho)	
Ano	Percentual
2021	2,99 %
2022	2,85 %
2023	2,78 %
2024	2,94%
2025	2,52%

Tabela 59 - Absenteísmo em 2025

Despesas com Benefícios		
Benefícios	Valor (R\$)	Beneficiários
Auxílio alimentação	R\$ 6.813.094,11	347
Auxílio creche	R\$ 889.833,75	64
Auxílio natalidade	R\$ 5.748,64	7
Auxílio transporte	R\$ -	0
Reembolso postural	R\$ 61.051,05	36
Reembolso odontológico	R\$ 123.992,45	82
Reembolso farmacológico	R\$ 37.704,07	35
Reembolso vacina antigripal	R\$ 2.470,00	38

Tabela 60 - Despesas com benefícios em 2025

Assistência Médica - Contrato 13/2022					
Benefício	Mensalidades (R\$)			Co- Participação	Beneficiários
	Servidor	Dependentes / Pensionistas	Agregados		
Assistência Médica	R\$4.064.495,00	R\$ 3.761.389,26	R\$ 2.776.052,63	R\$ 359.265,30	1093

Tabela 61 - Assistência médica em 2025

Reembolsos com plano de saúde do servidor - mensalidade titular e dependentes		
Mês	Valor (R\$)	Beneficiários
TOTAL	R\$ 256.687,35	143

Tabela 62 - Reembolso com planos de saúde em 2025

4.8.5 Educação corporativa – Plano Anual de Capacitação

Categorias	Ações	Investimento (R\$)	Participações Total
Plano Anual de Capacitação (PAC) geral	13	260.851,44	323
Plano Anual de Capacitação em Tecnologia da Informação (PAC/TI)	08	84.973,10	21
Outras ações educacionais (não previstas no PAC)	02	16.499,55	03
TOTAL	23	362.324,09	347

Tabela 63 - Ações e investimentos por categoria

Ações	Investimento (R\$)	Participações Total
LINGUAGEM SIMPLES	35.667,50	13
FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS	0,00	09
RODA DE CONVERSA - DIA DAS MULHERES	0,00	11
GESTÃO E OPERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO	2.023,74	07
XIX CONBRASCOM	10.399,64	01
RODA DE CONVERSA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - OUVIDORIA DA MULHER	0,00	41
RODA DE CONVERSA MULHERES NEGRAS DO TRE COMENTAM DJAMILA RIBEIRO	0,00	50
20º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS E AGENTES DE CONTRATAÇÃO	44.862,45	02
CURSO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO COM FOCO AOS RPPS	49.800,00	07
CURSOS OBRIGATORIOS - PRÊMIO CNJ (ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM SIMPLES APROXIMA O GOVERNO DAS PESSOAS)	0,00	60
Curso de Licitações e Contratos – Formação de Gestores com Abordagem em IA na Fase Preparatória	13.649,85	01
ATENDIMENTO HUMANIZADO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA	7.759,76	95
COMARH 2025	2.400,00	6
Curso in Compay de Terceirização - Serviços Continuados	52.320,00	15
Tabela 60 - Despesas com benefícios em 7º Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção Predial 2025	22.898,58	02
Curso "Regime Próprio de Previdência Social – teoria e prática" - Instrutoria interna	8.881,28	19
Curso "Licitações e Contratos – Formação de Gestores com Abordagem em IA na Fase Preparatória"	13.649,85	01
CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA (CONBRASCOM)	12.624,79	01
TOTAL	227.764,22	337

Tabela 64 - Detalhamento das ações desenvolvidas para o Programa de Desenvolvimento Gerencial

Programa Auxílio-Bolsa Estudos	
Modalidade	Quantidade de servidores beneficiários
<i>Lato Sensu</i>	17
<i>Strictu Sensu</i>	03
<i>Valor executado</i>	R\$ 148.377,73

Tabela 65 - Bolsa de estudos em 2025

4.8.6 Governança e gestão de pessoas

Novos Indicadores Estratégicos

Em 2025, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso promoveu a revisão do seu Plano Diretor 2024-2026, alinhando-o às diretrizes estratégicas do ciclo 2021-2026 e às novas orientações da gestão para o biênio 2025-2027. Essa atualização foi impulsionada pela necessidade de garantir maior aderência às demandas institucionais, fortalecer a governança e assegurar entregas qualificadas e sustentáveis, evitando iniciativas pontuais e promovendo previsibilidade na execução das ações.

O processo de elaboração seguiu uma abordagem participativa e integrada, envolvendo todas as unidades da SGP. A metodologia adotada foi o OKR (Objectives and Key Results), reconhecida por sua simplicidade e foco em resultados mensuráveis. As etapas contemplaram:

1. Identificação dos objetivos estratégicos do TRE-MT;
2. Diagnóstico das lacunas e definição dos objetivos táticos;
3. Formulação dos resultados-chave (KR), com indicadores e prazos;
4. Designação de responsáveis e estabelecimento de ciclos de acompanhamento bimestrais, garantindo monitoramento contínuo e ajustes necessários

Essa prática reforça os princípios do Relato Integrado, ao evidenciar a criação de valor público por meio da integração entre estratégia, governança e execução. O Plano Diretor atua como ponte entre a estratégia institucional e a gestão de pessoas, incorporando aspectos de sustentabilidade, inovação, inclusão e saúde, em consonância com as exigências dos órgãos de controle e boas práticas de gestão pública.

Os objetivos-chave da SGP para o período 2025-2026:

1. Valorizar o servidor, promovendo retenção de talentos e melhorias nos sistemas de frequência e gestão (SGPWEB e SIGEPRO);
2. Viabilizar um ambiente seguro, saudável e produtivo, com ações voltadas à saúde, bem-estar e prontuário eletrônico do servidor;
3. Fortalecer a integração dos magistrados, aprimorando dados cadastrais e identidade funcional;
4. Prover uma força de trabalho preparada, com iniciativas de capacitação em equidade racial e acessibilidade, alinhadas à política nacional de gestão de pessoas do Poder Judiciário;

Com essa revisão, a SGP reafirma seu compromisso com a transparência, a eficiência e a geração de valor para a sociedade, consolidando práticas modernas de gestão e contribuindo para os objetivos estratégicos do TRE-MT. Para mais informações sobre o Plano Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas acesso o link: <https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao/planos-tatico-operacionais/plano-diretor-da-sgp>

Ações do Plano de Gestão 2025-2027 (Portaria Conjunta TRE-MT n. 1/2023)

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), alinhado às diretrizes da governança pública e às normas do Tribunal de Contas da União, desenvolveu seu Plano de Gestão como instrumento estratégico para orientar a atuação institucional no ciclo 2025-2027.

Ele está integrado ao Planejamento Estratégico 2021-2026 e aos Planos Diretores das Secretarias, que utilizam metodologias reconhecidas internacionalmente, como o Balanced Scorecard (BSC) para o nível estratégico e Objectives and Key Results (OKR) para os níveis tático e operacional. Essa combinação metodológica assegura foco em resultados, engajamento das equipes e mensuração clara das metas.

A seguir listamos as iniciativas do plano vinculadas ao Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026:

Objetivo do Planejamento Estratégico	Ações alinhadas
Aprimorar a gestão de riscos e de integridade adotando práticas que garantam a efetividade da governança institucional.	3
Fortalecer a imagem institucional e a transparência do processo eleitoral e seus resultados.	1
Fortalecer a integração dos Magistrados nas atividades do TRE-MT.	2
Prover uma força de trabalho preparada e disponível para as necessidades da instituição.	1
Valorizar o Servidor promovendo a retenção dos talentos com o objetivo de minimizar a rotatividade na instituição.	4
Viabilizar um ambiente seguro, saudável e produtivo.	11
Total	22

Tabela 66 - Ações alinhadas ao Planejamento Estratégico do TRE-MT

Destaque para as seguintes ações: Modernizar a gestão do controle frequência (em andamento); Prontuário Eletrônico; Painéis de com Saúde dos Servidores; Programa de Igualdade Racial; Ginástica Laboral; Portal da CAS +Saúde.

Claros de lotação

Durante o ano de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso desenvolveu um conjunto de ações voltadas à diminuição dos claros de lotação nas zonas eleitorais, com o objetivo de reequilibrar a força de trabalho e assegurar a continuidade dos serviços eleitorais. A adoção articulada de medidas administrativas e normativas permitiu a redução de 40% dos claros existentes, passando de vinte para doze, resultado do ingresso de novos servidores e de ajustes nos instrumentos de gestão de pessoas. Entre as principais providências, destacam-se a alteração da Resolução do Concurso de Remoção Interna, que viabilizou a participação de servidores em acompanhamento de cônjuge; a realização do concurso de remoção, que extinguiu claros em três zonas eleitorais; e a revisão da Resolução do Teletrabalho, eliminando déficits em cartórios com servidores nessa modalidade. Ademais, a posse de dez novos servidores supriu necessidades de sete cartórios, ao passo que outras nomeações e a oferta de vagas de estágio seguem em execução para mitigar déficits remanescentes. Complementarmente, a Administração promoveu o recadastramento de servidores em acompanhamento de cônjuge, revisou cessões e requisições, e avaliou políticas de teletrabalho e benefícios de saúde vinculados à efetiva lotação, além de estudar a redistribuição de cargos vagos de longa duração e acompanhar o concurso nacional unificado para provimento de vagas. Tais iniciativas, combinando soluções normativas, realocação interna e reforço de pessoal, evidenciam atuação proativa e de baixo custo orçamentário na gestão dos recursos humanos, contribuindo para a melhoria da distribuição da força de trabalho e para a manutenção da eficiência administrativa no âmbito da Justiça Eleitoral de Mato Grosso.

Acompanhamento e execução dos OKRs



Figura 95 - Modelo de execução dos OKRs

Normatividade

Além da Lei Orgânica da Magistratura ([Lei Complementar n. 35/1979](#)) e do Código Eleitoral ([Lei n. 4.737/1965](#)), o TRE-MT obedece às normas aplicáveis ao pessoal da administração pública federal, como a [Lei n. 8.112/1990](#) (regime jurídico dos servidores públicos civis da União) e, especificamente à [Lei n. 11.416/2006](#) (Lei de carreira dos servidores do Poder Judiciário da União). Requisita pessoal com base na [Lei n. 6.999/1982](#). Possui Código de ética formalmente instituído através da [Resolução TRE-MT n° 2267/2019](#).

Outras normas importantes de gestão de pessoas:

- Benefícios assistenciais: [Resolução CNJ n° 102/2009](#) e [Lei n. 13.242/2015](#);
- Atos de provimentos e vacâncias: [Lei n° 13.242/2015](#);
- Diárias, passagens e indenização de transporte: [Portaria TSE n° 247, de 16 de março de 2016](#) e [Portaria TRE-MT n° 286/2018](#)

Riscos e perspectivas para 2026

A SGP realizou, na II Semana de Governança da SGP, teve como objetivo promover atividades colaborativas para avaliar práticas e formular estratégias voltadas ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas. O evento buscou integrar equipes, revisar missão e visão das coordenadorias, identificar riscos e oportunidades e iniciar a construção de estratégias para os anos de 2025 e 2026.

Durante os encontros, foram debatidos cenários globais e nacionais que impactam a gestão, como instabilidade econômica, avanços tecnológicos (especialmente inteligência artificial), mudanças climáticas, disseminação de fake news e aumento das demandas do CNJ. Também foram analisadas tendências internas, como maior mobilidade de servidores, necessidade de retenção de talentos, adoção do trabalho híbrido e desafios relacionados à automação de processos.

O evento reforçou a importância da governança para enfrentar desafios futuros, garantindo alinhamento estratégico, inovação e valorização das pessoas, com foco na eficiência administrativa e na qualidade dos serviços prestados pelo TRE-MT.

Risco identificado	Consequências do risco
Remoções para outros TRES	Risco de perda de talentos e know-how institucional
Subvalorização do trabalho da unidade	Desmotivação e rotatividade
Visão negativa dos demais setores sobre as atividades da SGP	Prejudica cooperação intersetorial
Procedimentos e processos desatualizados	Retrabalho e riscos de conformidade
Falha na comunicação e divulgação dos serviços	Reduz compreensão do valor da SGP
Excesso de demandas de controle externo (TCU, CNJ)	Sobrecarga burocrática
Desconhecimento das atividades da SGP pelos demais setores	Impacta negativamente a integração
Desvalorização da carreira do Judiciário Federal	Evasão de talentos
Teletrabalho e trabalho híbrido	Riscos de isolamento e falta de políticas claras
Falta de atratividade para retenção de servidores e aposentadorias iminentes	Necessidade de sucessão

Tabela 67 - Riscos relacionados à gestão de pessoas

Especificamente, em 2025, a Secretaria de Gestão de Pessoas iniciou a gestão de riscos no processo de benefícios, alinhada ao Plano Estratégico do TRE-MT (2021-2026) e ao Plano Diretor da SGP (2024-2026). A ação visa garantir conformidade, eficiência e mitigação de vulnerabilidades, com conclusão prevista para 2026.

O trabalho visa identificar e mitigar riscos que possam comprometer a regularidade e a tempestividade na gestão de benefícios, foi realizado o mapeamento do processo atual (AS IS), diagnosticando vulnerabilidades e pontos críticos e proposto o redesenho do processo (TO BE), alinhado às melhores práticas e às exigências legais.

Em 2026 passaremos para a próxima fase que é a implementação do plano de tratamento dos riscos, com ações corretivas e preventivas.

As expectativas da área de gestão de pessoas incluem a melhora na gestão de processos e projetos, bem como o incremento na automatização/informatização dos sistemas especialistas em gestão de pessoas. Espera-se também o aumento da utilização de dados para a tomada de decisões estratégicas e incremento na utilização de avaliação de riscos.

Conclusão

O quadro formado pelas informações essenciais acima elencadas revela uma Instituição com um quadro de pessoal com boa governança em gestão de pessoas, com riscos moderados, controles instituídos e com acompanhamento estratégico eficiente.

4.9 Gestão da tecnologia da informação

A gestão de TI no TRE-MT é estruturada por um modelo de governança alinhado às normas do CNJ e TSE, e a padrões internacionais. Essa estrutura define os níveis estratégico, tático e operacional para a tomada de decisões. Os investimentos são direcionados prioritariamente para os pilares de infraestrutura, segurança cibernética e preparação eleitoral, visando modernizar processos, proteger o ambiente digital e assegurar a realização de eleições com transparência e confiabilidade.

4.9.1 Conformidade legal

O alinhamento segue as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especialmente a de nº 370/2021, que trata da Governança de Tecnologia da Informação para o Poder Judiciário, a nº 396/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Cibersegurança do Poder Judiciário (ENSEC-PJ). Além disso, a conformidade também é estabelecida pelos normativos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como a Resolução TSE nº 23.644/2021, que regulamenta a Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral, a Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral (ENC-JE) e Resolução CNJ nº 615/2025 que regulamenta o uso de Inteligência artificial no Poder Judiciário.

Adicionalmente, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) estabelece resoluções, como a nº 2.748/2020, que institui a Política de Segurança da Informação, e a nº 1.719/2016, que cria e regulamenta a Rede Interna de Governança do TRE-MT.

Esse conjunto de normas contém as diretrizes para promover a conformidade legal na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

De forma complementar, são aplicadas aos processos de trabalho as melhores práticas e os controles estabelecidos pelas normas técnicas brasileiras (ABNT/ISO/IEC 27001, 27002 e 27005) e pelos frameworks ITIL e CIS Controls.

4.9.2 Modelo de Governança de TI

A Resolução TRE-MT nº 1.719/2016 define a estrutura de governança (Figura 1) para o uso eficiente dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Esse normativo estabelece os níveis estratégico, tático e operacional para a tomada de decisão e execução das atividades.



Figura 96 - Instâncias de Governança e Gestão de TIC

O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), posicionado no nível estratégico, é responsável por conduzir a Governança de TIC alinhada à estratégia organizacional. Suas funções incluem a análise, aprovação e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia Informação e Comunicação (PDTIC), do Plano de Transformação Digital de TIC (PDT) e do Plano Anual de Contratações de TIC, além de monitorar o andamento dos projetos, solucionar questões relacionadas à alocação de recursos, revisar investimentos e definir a priorização de iniciativas.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), instituído pela Portaria TRE-MT nº 432/2019, atua no nível tático e tem como objetivo prover um ambiente de TIC adequado para o fornecimento de serviços digitais e presenciais à sociedade.

Esse Comitê é responsável pela elaboração do Plano Diretor de TIC (PDTIC) e do Plano de Contratações de TIC. Além de monitorar e conduzir a execução desses planos, o CGTIC também acompanha o atendimento do Plano de Transformação Digital (PTD) e das iniciativas de TI previstas no Plano de Gestão. Adicionalmente, cabe ao comitê fornecer à alta administração do TRE-MT dados e informações necessários para a tomada de decisões estratégicas.

As Seções compõem o nível operacional e seus integrantes são responsáveis por manter e aprimorar a infraestrutura e os serviços de TIC. Também desempenham papel essencial na execução de projetos e iniciativas voltados ao alcance dos objetivos estratégicos relacionados à área de tecnologia.

4.9.3 Visão Orçamentária e Alocação Estratégica de Recursos

A distribuição orçamentária reflete as prioridades estratégicas do TRE-MT e em 2025 foram disponibilizados R\$ 10.790.519,14, investidos em três pilares essenciais: infraestrutura operacional; segurança cibernética; e a preparação para processos eleitorais. A figura 2 demonstra a alocação dos orçamentos de TIC em cada pilar descrito a seguir.

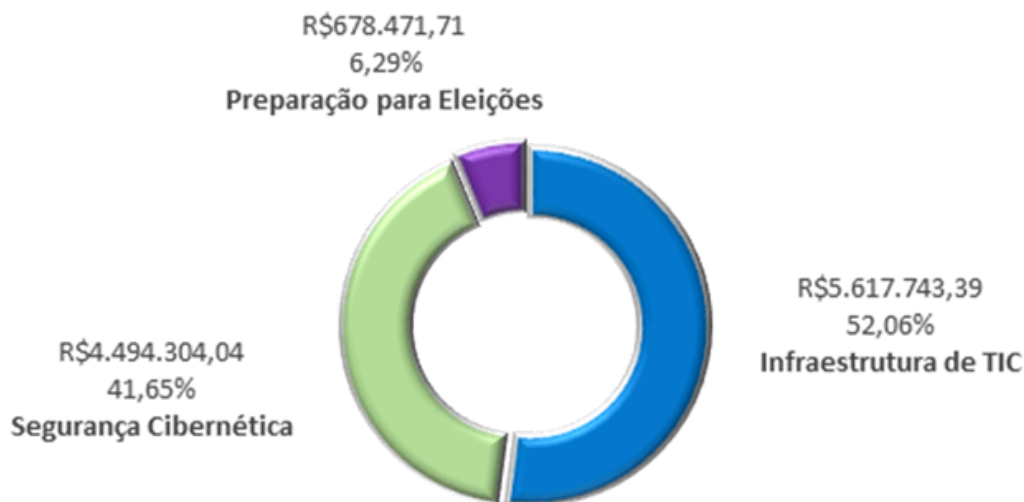


Figura 97 - Distribuição dos Recursos de TIC

O pilar Infraestrutura de TIC, representa 52,06% e constitui o alicerce das operações do Tribunal. Os investimentos nesta área garantem que servidores, magistrados e cidadãos disponham de ferramentas e serviços tecnológicos acessíveis, seguros e eficientes com a finalidade de atender às necessidades dos cidadãos e cidadãs.

Com 41,65% do orçamento, a Segurança Cibernética é essencial para a proteção do ambiente digital do TRE-MT, por meio de capacitações da equipe interna e de contratações, para o fortalecimento das defesas contra ameaças cada vez mais sofisticadas, bem como da proteção, da privacidade dos dados e a da disponibilidade de serviços destinados à sociedade.

O investimento em Preparo para Eleições resultou em 6,29% dos recursos, pois são centralizados pelo TSE e repassados aos Tribunais Regionais Eleitorais, em anos não eleitorais, principalmente para a conservação do parque de urnas eletrônicas e para o desenvolvimento de soluções, que apoiam todas as etapas do processo eleitoral. Em anos de realização de eleições, a transferência de recursos é maior devido à dimensão da missão da Justiça Eleitoral.

A seguir são apresentadas as principais contratações e seus impactos estratégicos.

4.9.4 Análise dos Principais Contratos e Seus Impactos Estratégicos

Esta seção vai além dos valores financeiros para analisar como os contratos mais significativos de 2025, que se traduziram em valor público, eficiência operacional e segurança para o Tribunal. Cada contratação foi um vetor estratégico para modernizar processos, fortalecer defesas e aprimorar a prestação de serviços.

4.9.4.1 Renovação de Licenças Microsoft 365 e Implantação do Copilot

Pilar: Infraestrutura de TIC

Contrato: 64/2024

Valor plurianual Total: \$R\$3.607.304,52;

Valor executado em 2025: R\$1.019.683,85

Objetivo: Renovação das licenças do pacote de produtividade Microsoft 365 (MS-365) e aquisição do Microsoft Copilot, ferramenta de inteligência artificial generativa integrada aos aplicativos do MS-365.

Análise de Impacto: A contratação do pacote Microsoft 365 impulsionou a produtividade individual e colaborativa, oferecendo ferramentas modernas para otimizar processos e facilitar o trabalho integrado. A inclusão do Microsoft Copilot amplia esses ganhos com automação inteligente, geração ágil de conteúdo e suporte avançado à tomada de decisão, promovendo inovação e eficiência nas atividades do Tribunal.

4.9.4.2 Fábrica de Software

Pilar: Infraestrutura de TIC.

Contrato: 36/2021

Valor empenhado em 2025: R\$ 217.764,96

Objetivo: Ampliar a capacidade de desenvolvimento e sustentação de sistemas de software para atender às demandas internas do Tribunal.

Análise de Impacto: O contrato teve um impacto direto na automação de processos. Em 2025, cinco soluções foram atendidas (e-Suprimentos, SAUS-AZ, COARE, Diárias e RAS). O desenvolvimento do sistema RAS para a gestão financeira do Plano de Saúde é um exemplo concreto de como a Fábrica de Software visa eliminar atividades manuais, projetando um ganho de eficiência e precisão para as áreas de negócio após sua implantação.

4.9.4.3 Contratação de Inteligência Cibernética

Pilar: Segurança Cibernética

Contrato: 42/2023

Valor executado em 2025: R\$ 3.029.500,00

Objetivo: Contratação de serviço especializado para monitoramento, detecção e resposta a incidentes cibernéticos, com atuação 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Análise de Impacto: A solução contratada possibilitou o aumento da segurança do ambiente digital do TRE-MT, pois viabilizou a detecção e resposta automática a ameaças em tempo real, prevenindo ataques e assegurando a continuidade dos serviços essenciais ao atendimento do cidadão.

4.9.4.4 Solução de Auditoria e Proteção de Dados

Pilar: Infraestrutura de TIC.

Contrato: 44/2023

Valor plurianual Total: R\$1.940.502,00;

Valor executado em 2025: R\$1.377.067,23;

Objetivo: Implantação de uma ferramenta para auditoria de dados, monitoramento de acessos, detecção de ameaças e respostas automatizadas a incidentes relacionados a dados institucionais.

Análise de Impacto: OA solução elevou a governança e a segurança da informação, garantindo rastreabilidade sobre acesso e uso de dados, fortalecendo a proteção ativa dos recursos mais críticos do Tribunal, sendo essencial para a implementação de ações de conformidade com a LGPD.

4.9.4.5 Manutenção preventiva das Urnas Eletrônicas

Pilar: Preparação para Eleição

Contrato: 48/2025

Valor executado em 2025: R\$ 484.556,26

Objetivo: Contratação de serviços de apoio operacional voltados ao depósito, manuseio e manutenção preventiva das urnas eletrônicas, a fim de que estejam em perfeitas condições de uso reduzindo riscos de falhas técnicas durante as eleições.

Análise de Impacto: Contratação de serviços de apoio operacional voltados ao depósito.

A contratação contribui com:

a) Confiabilidade e a Credibilidade do processo eleitoral, pois mantém as urnas eletrônicas em perfeitas condições de uso, reduzindo o risco de falhas técnicas durante as eleições.

b) Eficiência logística e organização, porque otimiza o armazenamento, a preparação das urnas eletrônicas para o transporte e a distribuição aos cartórios eleitorais, evitando atrasos na preparação das seções.

c) Redução de custos corretivos ao prevenir falhas, minimiza gastos com reparos emergenciais e com a substituição de peças, gerando economia e melhor planejamento orçamentário.

d) Conformidade com as normas do TSE e às diretrizes de segurança e conservação, garantindo transparência e padronização nos procedimentos.

4.9.4.6 Monitoramento em Tempo Real dos Processos Eleitorais

Pilar: Preparação para Eleição

Contrato: 38/2025

Valor executado em 2025: R\$145.900,00

Objetivo: Implantar uma solução Vídeo Wall para permitir o monitoramento com visão centralizada e em tempo real dos processos eleitorais, aprimorando a capacidade de acompanhamento e a tomada de decisão durante a votação e apuração.

Análise de Impacto: A contratação do Vídeo Wall possibilitará a visualização simultânea dos painéis de informações integrantes da solução ELEGEO. Esse conjunto permite o acompanhamento das etapas de preparação e execução das eleições desde a evolução da coleta biométrica do eleitorado, da vistoria dos locais de votação, da definição dos locais e das seções eleitorais, da distribuição das urnas eletrônicas e principalmente o dia da votação. Dessa forma, contribuirá com melhoria da tomada de decisões.

4.9.5 Projetos de Transformação Digital em 2025

A transformação digital no TRE-MT vai além do uso de novas tecnologias. Ela coloca a inovação em prática para melhorar os serviços, tornar os processos internos mais eficientes e aproximar o Tribunal dos cidadãos. Os projetos realizados em 2025 mostram esse compromisso, transformando investimentos estratégicos em resultados para a Gestão Pública e para a sociedade.

4.9.5.1 Biometria 100%

Esta iniciativa é fundamental para modernizar e tornar mais seguro o cadastro eleitoral. Com um trabalho conjunto de tecnologia e logística, o projeto alcançou expressivos 91,34% dos eleitores do estado com dados biométricos coletados — um total de 3.330.822 de pessoas. As ações que possibilitaram esse resultado incluem: a criação de páginas do Tribunal, na Internet, com orientações aos cidadãos; o desenvolvimento de Painéis Digitais para acompanhar os dados em tempo real; e o suporte tecnológico aos muitos mutirões de atendimento realizados em todo o estado.

4.9.5.2 Melhoria dos Serviços Internos e do Atendimento ao Cidadão

O desenvolvimento de novos sistemas busca modernizar os serviços públicos e tornar o atendimento ao cidadão mais rápido e eficiente. Entre essas soluções estão o Caderno de Julgados do TRE e a Certidão Nada Consta, criados para oferecer acesso digital simples e ágil aos serviços do Tribunal. Além de facilitar a vida dos cidadãos, os serviços digitais ajudam a administração pública a ser mais produtiva e fortalecem a cultura de inovação

Caderno de Julgados do TRE-MT: O sistema foi criado principalmente para ajudar os cidadãos a compreender melhor as decisões judiciais. Os resultados dos julgamentos serão publicados na página do TRE-MT, <https://www.tre-mt.jus.br/>, logo após as sessões plenárias, em linguagem acessível. De forma complementar, essa iniciativa também aumenta a transparência do processo, permitindo que todos acompanhem as decisões de maneira simples e direta.

Certidão Nada Consta: Esse serviço digital permitirá ao cidadão conseguir a certidão negativa, pela internet, de forma rápida, eliminando a necessidade de deslocamento a um local de atendimento da Justiça Eleitoral.

4.9.5.3 Aprimoramento da Gestão e Acessibilidade Eleitoral

Os projetos desenvolvidos têm como objetivo melhorar a forma como a Justiça Eleitoral organiza seus processos internos e, ao mesmo tempo, ampliar a inclusão dos cidadãos. O uso de dados contribui para planejar e realizar cada etapa das eleições com mais eficiência, garantindo que todos os eleitores possam exercer seu direito de votar de maneira justa, segura e sem obstáculos.

4.9.5.4 Criação da Sala ELEGEO

A Sala ELEGEO é um ambiente destinado ao acompanhamento e à gestão das eleições em tempo real. O espaço conta com um conjunto de televisores interligados (VideoWall) que permite a visualização simultânea dos principais painéis de dados eleitorais, abrangendo desde a organização das urnas, o acompanhamento da situação em cada local de votação até a contagem dos votos.

A visualização das informações essenciais em um único ambiente facilitará o monitoramento, a análise de ocorrências e a resposta imediata às demandas do processo eleitoral.

4.9.5.5 Painel de Acessibilidade dos Locais de Votação

O Painel de Acessibilidade dos Locais de Votação apresenta, de forma simples e interativa, informações sobre os recursos de acessibilidade disponíveis nos locais de votação, como rampas, elevadores e pisos táteis.

A ferramenta contribui para a organização das seções eleitorais, facilita o acesso ao voto por pessoas com deficiência e apoia a identificação de melhorias na infraestrutura, ajudando a promover eleições mais inclusivas.

4.9.6 Planejamento e Estratégias de Tecnologia da Informação para as Eleições de 2026

Os três pilares tecnológicos para as eleições de 2026 são complementares e integrados. O pilar **Planejamento** estabelece a base operacional para a preparação, a distribuição das urnas e o monitoramento da votação. Essa estrutura é fortalecida pela **Estratégia de Cibersegurança e Proteção de Dados**, que preserva a integridade dos sistemas e das informações ao longo de todo o processo. Por sua vez, a **Estratégia de Transmissão de Resultados** possibilita o envio dos dados de votação, com rapidez e segurança, para a totalização e a divulgação dos resultados. Juntos, os pilares contribuem para a realização de eleições **seguras, transparentes, eficientes e inclusivas**.

4.9.6.1 Planejamento de TIC para a Preparação, Distribuição de Urnas e Monitoramento da Votação

O planejamento das Eleições de 2026 foi concluído e entregue com um ano de antecedência, consolidando a base operacional do pilar de Planejamento. O documento detalha todas as etapas do projeto e é respaldado pelos principais documentos de gerenciamento do projeto de TIC para as eleições 2026 (Figura 3), que servem como guia para as equipes responsáveis pela execução.

Esse planejamento viabiliza logística da preparação a distribuição eficiente das urnas e o monitoramento integrado da votação, alinhando-se às metas estratégicas para 2026, tais como a Capacitação em Geoprocessamento, o Desenvolvimento da Nova Solução de Vistorias de Locais de Votação, a Melhoria dos Painéis da Sala ELEGEO e a Otimização da Logística Eleitoral. Dessa forma, garante-se uma gestão ágil, estruturada e capaz de responder a mudanças e imprevistos, assegurando o suporte tecnológico necessário para um processo eleitoral transparente, seguro e eficiente.



Figura 98 - Documentos de Gerenciamento do Projeto Eleições 2026

4.9.6.2 Estratégias de Cibersegurança e Transmissão de Resultados

Essa estratégia tem como foco proteger as informações do Tribunal e garantir que os sistemas utilizados nas eleições de 2026 funcionem de forma segura. Para isso, prevê o uso de ferramentas que permitem identificar e responder rapidamente, de forma automática, a problemas de segurança, além do acompanhamento contínuo de dados que possam ter sido expostos na internet. Também estabelece regras para que todo acesso à rede do Tribunal seja feito de forma segura, reduzindo riscos e reforçando a confiança no uso das informações eleitorais.

4.9.6.3 Estratégia de Transmissão de Resultados de Votação

A estratégia de transmissão de resultados busca assegurar rapidez e confiabilidade na apuração e divulgação dos dados das eleições de 2026. O planejamento envolve a definição de prazos em conjunto com os cartórios eleitorais, a formação de equipes técnicas preparadas para atuar no dia da votação e a renovação de equipamentos que serão utilizados na transmissão dos resultados. O uso de diferentes meios de comunicação, inclusive em locais de difícil acesso, contribui para que os resultados cheguem ao Tribunal com segurança e no menor tempo possível, fortalecendo a transparência do processo eleitoral.

4.9.7 Metas e Diretrizes para o Exercício de 2026

Esta seção estabelece o roteiro estratégico da área de TIC para 2026, alinhado à estratégia institucional do TRE-MT. Esse conjunto de metas (Figura 4) tem como objetivos a melhoria contínua dos processos internos, o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade e o fortalecimento das condições necessárias para a realização de eleições transparentes, seguras, inclusivas e eficientes, assegurando o apoio tecnológico adequado às demandas do próximo ciclo eleitoral.



Figura 99 - Metas e Diretrizes para 2026

- a) Capacitação em Geoprocessamento:** Capacitar a equipe técnica na solução ArcGIS para aprimorar a logística de transporte de urnas, otimizar rotas e analisar a distribuição dos locais de votação, promovendo economia e eficiência.
- b) Desenvolvimento da Nova Solução de Vistorias de Locais de Votação:** Desenvolver um novo sistema de vistorias dos locais de votação, com formulários eletrônicos voltados a atributos de acessibilidade e um módulo para a gestão de notificações aos cartórios eleitorais.
- c) Melhoria dos Painéis da Sala ELEGEO:** Ampliar a capacidade de monitoramento das eleições mediante o desenvolvimento de novos painéis de gerenciamento voltados às principais etapas do processo eleitoral.
- d) Otimização da Logística Eleitoral:** Utilizar o geoprocessamento de forma avançada para otimizar as rotas de transporte e a distribuição das urnas eletrônicas, definindo a quantidade ideal de veículos e os trajetos mais eficientes.
- f) Modernização da Rede de Comunicação:** Contratar links de comunicação redundantes, com operadoras e tecnologias distintas, entre a sede e as zonas eleitorais, ampliando a resiliência da conexão e garantindo a continuidade dos serviços.
- g) Fortalecimento da Segurança Cibernética:** Garantir a proteção contínua do ambiente digital por meio da renovação de soluções estratégicas de segurança, da capacitação técnica do corpo funcional e da manutenção de equipes terceirizadas especializadas.
- h) Formalização da Metodologia de Priorização de Projetos de TIC:** Implementar um processo transparente e participativo para analisar, aprovar e priorizar demandas de desenvolvimento de TIC, assegurando o alinhamento com as metas estratégicas do Tribunal.
- i) Redução de Demandas Represadas de TIC:** Reduzir em 25% o backlog de desenvolvimento, atualmente composto por 19 sistemas, por meio da otimização da alocação de recursos da Fábrica de Software.

Ao estabelecer essas metas, a área de TIC reforça sua atuação como suporte estratégico à gestão institucional e ao processo eleitoral, contribuindo para a melhoria dos serviços ofertados à sociedade, o uso eficiente dos recursos, o fortalecimento da segurança e a modernização da infraestrutura tecnológica, criando condições adequadas para a realização de eleições seguras, ágeis e transparentes em 2026.

4.9.8 Conclusão

Em 2025, a governança e a gestão de TI foram essenciais para direcionar os investimentos para a modernização da infraestrutura, para o fortalecimento da segurança cibernética e para a melhoria dos serviços ao cidadão, com destaque para projetos como a expansão da biometria e a Sala ELEGEO. O planejamento antecipado para as Eleições de 2026 e as metas estabelecidas para o próximo ano reforçam o compromisso da TI em ser um pilar estratégico, garantindo o suporte tecnológico ne

4.10 Sustentabilidade ambiental

A sustentabilidade consolidou-se como eixo estratégico da atuação dos órgãos públicos brasileiros e, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), constitui prioridade institucional, reconhecida pela Administração como atributo de valor à sociedade. O Plano de Logística Sustentável (PLS), atualmente disciplinado pela Resolução CNJ nº 400/2021, configura-se como instrumento de gestão integrado ao planejamento estratégico, voltado à definição de ações, metas, prazos e mecanismos de monitoramento das práticas sustentáveis no âmbito do Poder Judiciário. O PLS/TRE-MT 2022–2026 foi elaborado de forma colaborativa, com a participação dos gestores, sob a coordenação da Assistência de Sustentabilidade e da Assistência de Estatística/AGE, e, a seguir, apresenta-se o panorama de alguns indicadores apurados em 2025, organizado conforme os eixos temáticos do plano.

Consumo de papel

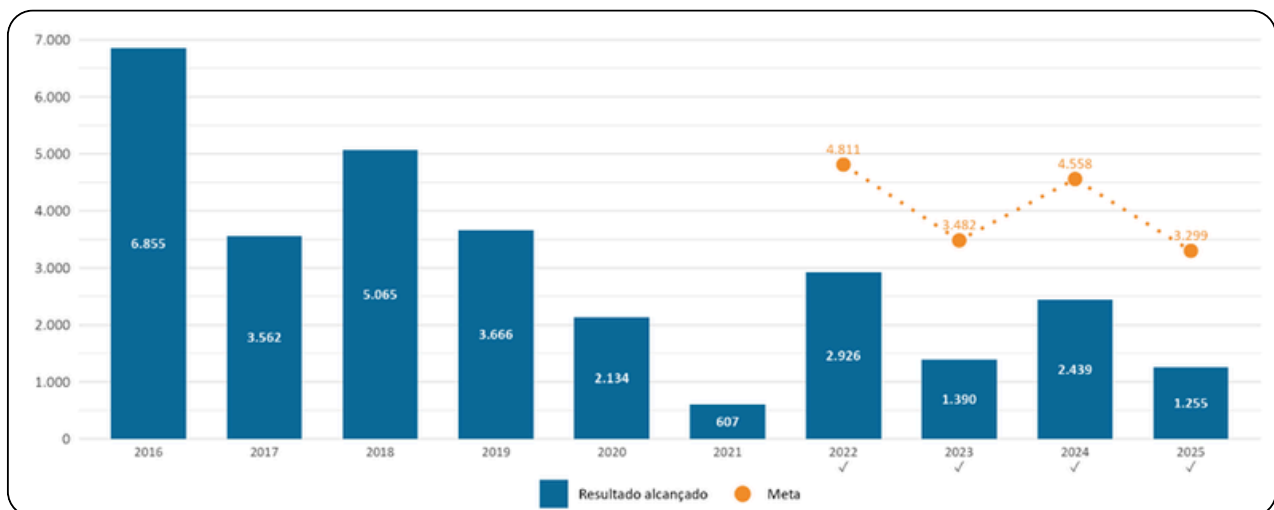


Figura 100 - Quantidade de resmas de papel reciclado e não reciclado, nos tamanhos A4 e Ofício, requisitadas pelas unidades

No exercício de 2025, o TRE-MT demonstrou um avanço significativo na gestão de recursos, registrando o consumo de 1.255 resmas de papel — valor substancialmente inferior à meta de 3.299 unidades. Este resultado representa não apenas o cumprimento da meta institucional de redução, mas também o segundo menor consumo registrado desde 2016, ficando atrás apenas do ano de 2021. A redução expressiva em relação a 2024, quando foram consumidas 2.439 resmas, evidencia a consolidação de uma cultura de consumo consciente, pautada pela racionalização de insumos nos formatos A4 e Ofício em todas as unidades administrativas e Cartórios Eleitorais do estado.

Essa eficiência operacional decorre da execução estratégica do PLS, que implementou o monitoramento rigoroso de estoques pela Seção de Gestão de Patrimônio (SGPAT), o estímulo à digitalização de processos e a priorização do uso de papel reciclado. Para o exercício de 2026, embora a realização das Eleições Gerais preveja um aumento natural na demanda de impressões devido à logística eleitoral e vistorias, o Tribunal manterá o foco na sustentabilidade. O objetivo é assegurar que, mesmo diante das exigências sazonais de um ano de pleito, a gestão eletrônica de documentos e as práticas de impressão racional continuem mitigando o impacto ambiental e otimizando os custos operacionais da instituição.

Consumo de energia elétrica

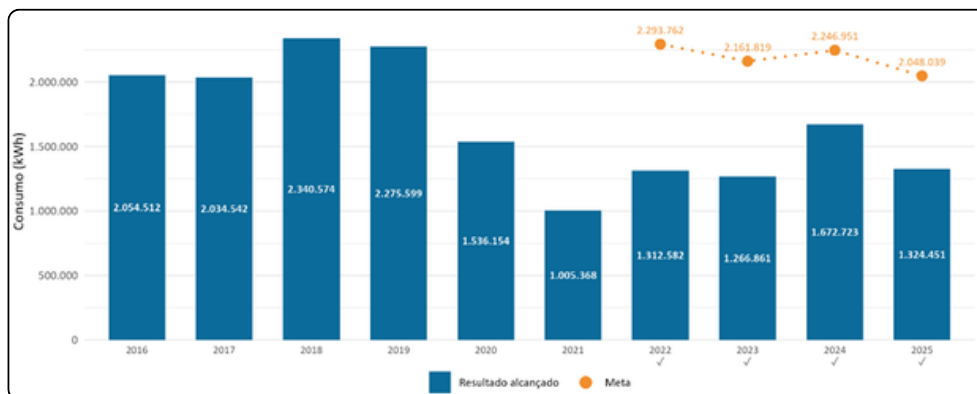


Figura 101 - - Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária

No exercício de 2025, o TRE-MT consolidou uma trajetória de expressiva eficiência energética, registrando um consumo total de 1.324.451 kWh. O resultado representa uma redução de 20,8% em relação ao ano anterior e situa-se substancialmente abaixo de 2.048.039 kWh, superando a meta estabelecida para o período. Sob a ótica orçamentária, essa performance traduziu-se em uma economia acumulada superior a R\$ 383 mil, com o gasto bruto caindo de R\$ 1,83 milhão em 2024 para R\$ 1,44 milhão em 2025. Tais números ratificam a eficácia das medidas de racionalização e o compromisso da instituição com a aplicação responsável e otimizada dos recursos públicos.

Essa otimização é fruto de um conjunto de ações estratégicas que integraram modernização tecnológica e gestão rigorosa. Destacam-se a substituição integral do sistema de climatização, o retrofit da subestação elétrica e a consolidação da geração própria por meio de sistemas fotovoltaicos, que injetaram 484.999 kWh na rede durante o exercício. Paralelamente, o uso de ferramentas de Business Intelligence permitiu um monitoramento tempestivo do consumo, permitindo correções rápidas em variações atípicas, enquanto o ajuste da demanda contratada e o controle de desperdícios fora do expediente reforçaram a sustentabilidade operacional.

Consumo de água

Ao longo do exercício de 2025, a gestão do consumo de água no TRE-MT demonstrou eficácia e controle, resultando em uma economia anual de 153 m³ (2,22%) em comparação ao ano anterior, totalizando um consumo de 6.735 m³. Este desempenho positivo reflete o amadurecimento das ações do PLS iniciadas em 2022, que estabilizaram os indicadores e permitiram o cumprimento sistemático da meta de 10 m³ no prédio-sede, com exceção de períodos de manutenção do poço artesiano. Mesmo diante de desafios externos — como a estiagem severa em Mato Grosso e a nova incidência tarifária de esgoto de 90% sobre o consumo — a instituição manteve o equilíbrio do indicador, reafirmando seu compromisso com a eficiência hídrica e a transparência pública.

Consumo de copos e embalagens plásticas descartáveis

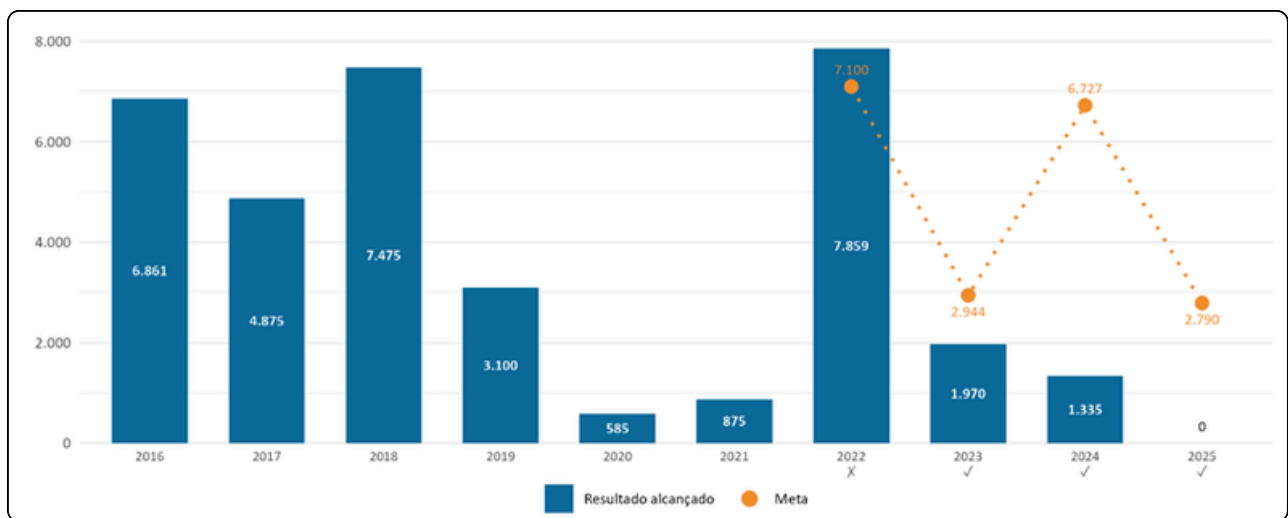


Figura 102 – Quantidade de copos descartáveis, usualmente utilizados para consumo de água e café

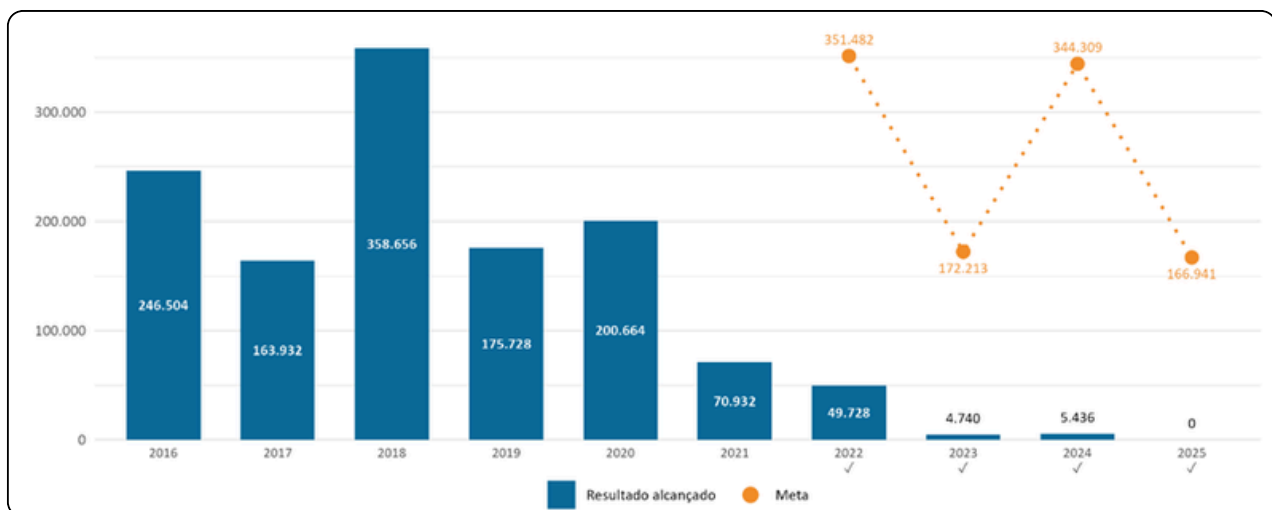


Figura 103 – Quantidade de embalagens plásticas descartáveis de água mineral (com ou sem gás)

A gestão do consumo de materiais descartáveis TRE-MT passou por uma transformação estrutural nos últimos anos, migrando de um histórico de oscilações e picos de consumo — como os registrados em 2018 e 2022 — para um modelo de alta eficiência e sustentabilidade. Com base nas diretrizes da Portaria nº 163/2022 e do PLS, a instituição implementou medidas rigorosas de controle, restringindo o uso de copos descartáveis exclusivamente ao público externo e eliminando o fornecimento para o corpo funcional. Esse movimento foi acompanhado pela substituição integral de água mineral envasada por sistemas de purificação e bebedouros, além da adoção de tecnologias de monitoramento via Power BI, que garantem transparência e agilidade na tomada de decisões administrativas.

No exercício de 2025, o Tribunal atingiu a marca histórica de consumo zerado para ambos os itens. A utilização de estoques remanescentes e a transição para copos biodegradáveis no segundo semestre de 2025 reforçam que a meta de redução não foi apenas atingida, mas amplamente superada, consolidando uma cultura de desperdício zero dentro da Secretaria e das zonas eleitorais.

A íntegra do Plano de Logística Sustentável do TRE-MT, referente ao ciclo 2021–2026, incluindo as informações que fundamentaram as análises realizadas, o respectivo plano de ações e os relatórios de desempenho com a avaliação dos indicadores, encontra-se disponível para consulta no portal eletrônico do Tribunal, no endereço: <https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel>.

4.11 Acessibilidade

No exercício de 2025, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso consolidou avanços significativos na política institucional de acessibilidade, reafirmando o compromisso com a eliminação de barreiras e com a promoção de um processo eleitoral cada vez mais inclusivo, em consonância com as diretrizes da Resolução CNJ nº 401/2021.

As ações desenvolvidas ao longo do período evidenciam uma abordagem integrada, que articula acessibilidade comunicacional, tecnológica, arquitetônica e organizacional, com foco no atendimento qualificado às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

No campo da acessibilidade comunicacional, os dados demonstram evolução consistente na incorporação de recursos acessíveis às atividades institucionais. Em 2025, a maioria dos eventos promovidos pelas unidades do Tribunal contou com meios de comunicação acessível, alcançando o percentual de 71,43%.

Ainda que se observe redução pontual na produção de vídeos institucionais com recursos de acessibilidade, que passou de 154 em 2024, para 112 em 2025, houve crescimento no número de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível, que aumentou de 602 em 2024, para 648, em 2025, o que reforça o compromisso do TRE-MT com a ampliação do acesso à informação eleitoral.

No âmbito do atendimento ao público, a Ouvidoria Eleitoral disponibilizou canais acessíveis de comunicação, tanto presenciais quanto virtuais. Destaca-se a utilização do Ouvizap, ferramenta que possibilita o envio de mensagens de texto e vídeos em Língua Brasileira de Sinais (Libras), ampliando significativamente o acesso das pessoas com deficiência auditiva aos serviços da Justiça Eleitoral e fortalecendo a escuta cidadã.

Quanto à acessibilidade tecnológica, o TRE-MT disponibilizou recursos de tecnologia assistiva em seus equipamentos, tais como leitores de tela, ferramentas de alto contraste, ampliação de tela e sistemas de síntese de voz, assegurando condições adequadas de uso dos recursos digitais. Ademais, as plataformas utilizadas para videoconferências institucionais, como Microsoft Teams, Zoom e WhatsApp, foram empregadas de modo a potencializar funcionalidades acessíveis, especialmente legendas, recursos visuais adaptados e mecanismos de apoio à comunicação em Libras.

No que se refere à acessibilidade arquitetônica e urbanística, o TRE-MT manteve política institucional contínua voltada à adaptação física de seus edifícios. O prédio-sede e a Casa da Democracia apresentam condições adequadas de acesso e circulação, enquanto os imóveis locados para funcionamento dos Cartórios Eleitorais são selecionados com base em critérios mínimos de acessibilidade. Paralelamente, avançaram as iniciativas voltadas ao credenciamento de empresas especializadas para elaboração de laudos, planos e projetos técnicos destinados à ampliação das condições de acessibilidade nos espaços físicos do Tribunal.

O acompanhamento estratégico dessas ações foi realizado pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), que, em 2025, atuou de forma integrada às unidades administrativas, inclusive no planejamento do processo eleitoral. Nesse contexto, destaca-se a implementação do Plano Integrado das Eleições, que incorporou medidas estruturantes de acessibilidade, como a designação de coordenadores de acessibilidade nos locais de votação, a capacitação de mesários e equipes de apoio, a ampliação do atendimento em Libras e a campanha “Mãos pela Democracia”, voltada ao engajamento de pessoas com conhecimento em Libras.

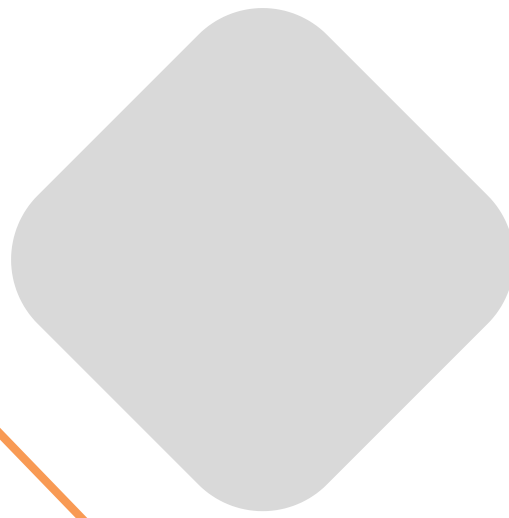
Assim, as iniciativas desenvolvidas em 2025 evidenciam a evolução da acessibilidade no TRE-MT como política permanente e transversal, orientada não apenas ao cumprimento normativo, mas à efetivação do direito de participação plena e autônoma das pessoas com deficiência no processo eleitoral, fortalecendo a cidadania e a legitimidade democrática, destacando, por fim, que as informações aqui apresentadas foram extraídas do Processo SEI nº 00255.2026-1.

Para mais informações sobre as demais dimensões da acessibilidade trabalhadas no ano de 2025 acesse a página da [Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão acessibilidade](#).



05

Anexos, apêndices e links



CAPÍTULO 5: ANEXOS, APÊNDICES E LINKS

5.1 Tratamento das determinações e recomendações do TCU e do Órgão de Controle Interno

Dentre os instrumentos que as organizações do setor público podem se valer para avaliar os seus processos de governança e de gestão de riscos e controles estão as auditorias, que, a um só tempo, podem servir de guias para o exame das disfunções detectadas e também melhorar as operações para o alcance de seus objetivos, adicionando valor e fortalecendo a confiança da sociedade nessas instituições.

O acompanhamento das deliberações das instâncias de controle, sejam externas ou interna, efetiva-se no TRE-MT através da instauração de processos administrativos eletrônicos. Nos termos do Regulamento Interno da Secretaria (Resolução TRE-MT nº 2.900/2025), compete à Assessoria de Gestão, Governança e Controle coordenar as ações para implementar medidas decorrentes de recomendações e determinações de órgãos de controle externo, bem como coordenar as respostas às suas demandas e assessorar o Diretor-Geral no cumprimento das recomendações de órgãos de controle interno e externo (Art. 48, incs. XXII–XXIV)

Embora não seja sua competência direta, também a Rede Interna de Governança do Tribunal influi no monitoramento das recomendações dos órgãos de controle, ao promover a governança sobre os objetivos estratégicos e serviços prestados pela Corte.

As recomendações expedidas pela Auditoria Interna do TRE-MT e o respectivo tratamento adotado pela gestão, bem ainda o controle sistemático das determinações do TCU, estão disponíveis com acesso público na página <https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/plano-de-auditoria>

5.2 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021

O instituto previsto em Lei que vincula a Administração Pública a efetuar os pagamentos aos fornecedores em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem ao pagamento é a ordem cronológica, observando os princípios da administração pública de isonomia, impessoalidade e moralidade.

As contratações e aquisições preveem em seus editais, contratos, acordos, ajustes, notas de empenho e instrumentos congêneres, regras específicas sobre prazos para recebimentos de bens ou serviços, apresentação de notas fiscais/faturas, bem como prazos para adimplemento das obrigações.

O controle de pagamentos é feito em processos específicos, observando-se requisitos estabelecidos na Portaria nº 110/2023 que regulamenta o trâmite de notas fiscais, faturas, formulários de recibos de locação, assim como a utilização de formulários relacionados à liquidação das despesas.

No TRE-MT, todas as despesas são pagas dentro dos prazos contratualmente estabelecidos e, portanto, não se torna necessária a atualização monetária para atendimento do que determina o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988.

5.3 Informações sobre o fundo partidário

O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, denominado Fundo Partidário, é constituído por dotações orçamentárias da União, multas, penalidades, doações e outros recursos financeiros que lhes forem atribuídos por lei. Os valores repassados aos partidos políticos em Mato Grosso podem ser consultados em <http://www.tre-mt.jus.br/partidos/fundo-partidario/fundo-partidario-em-mato-grosso>.

5.4 Informações das zonas eleitorais

O TRE-MT conta com 57 zonas eleitorais, responsáveis pelo atendimento da Capital e dos demais 141 municípios do Estado. As informações relativas a cada cartório eleitoral, bem como aos municípios a eles vinculados, podem ser consultadas em: <https://www.tre-mt.jus.br/institucional/zonas-eleitorais-cartorios>

Lista de Figuras

Figura 1 - Estrutura da Justiça Eleitoral.....	8
Figura 2 - Atuações da Justiça Eleitoral	8
Figura 3 - Visão do TRE-MT.....	9
Figura 4 - Missão, Visão e Valores do TRE-MT.....	9
Figura 5 - Organograma Institucional	11
Figura 6 - Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral de Mato Grosso.....	12
Figura 7 - Modelo de Negócio do TRE-MT.....	12
Figura 8 - Cadeia de Valor do TRE-MT.....	13
Figura 9 - Matriz de Materialidade	15
Figura 10 - Processo de Gestão de Riscos do TRE-MT.....	17
Figura 11 - Objetivos da Metodologia de Gestão de Riscos do TRE-MT.....	18
Figura 12 - Três linhas de defesa no TRE-MT.....	19
Figura 13 - Mapa Estratégico do TRE-MT – ciclo 2021-2026.....	33
Figura 14 - Estrutura do Modelo de Desdobramento da Estratégia Institucional.....	33
Figura 15 - Relação entre governança e gestão.....	35
Figura 16 - Instâncias da Rede Interna de Governança do TRE-MT e seus relacionamentos.....	35
Figura 17 - Evolução do TRE-MT no IGG - Índice Integrado de governança e gestão públicas.....	38
Figura 18 - Ações promovidas em relação aos indicadores de governança e gestão.....	38
Figura 19 - Comparativo do desempenho dos indicadores estratégicos nos exercícios.....	40
Figura 20 - Comparativo do desempenho dos objetivos estratégicos nos exercícios.....	40
Figura 21 - Panorama geral da execução dos projetos estratégicos nos exercícios.....	41
Figura 22 - Diretrizes da Gestão 2025-2027.....	42
Figura 23 - Entregas do Plano da Gestão em 2025.....	42
Figura 24 - Processos distribuídos e julgados no ao de 2025.....	44
Figura 25 - Processos distribuídos por classe processual no 1º grau no ano de 2025.....	44
Figura 26 - Processos distribuídos por classe processual no 2º grau no ano de 2025.....	44
Figura 27 - Evolução do estoque processual do 1º grau em 2025.....	45
Figura 28 - Evolução do estoque processual do 2º grau em 2025.....	45

Figura 29 - Desempenho da Meta 1 em 2025.....	46
Figura 30 - Desempenho da Meta 1 por Grau em 2025.....	46
Figura 31 - Desempenho da Meta 2 em 2025.....	46
Figura 32 - Desempenho da Meta 2 por Grau em 2025.....	46
Figura 33 - Meta 4 Eleições 2022 e Eleições 2024.....	47
Figura 34 - Meta 4 Eleições 2022 e Eleições 2024 por Grau em 2025.....	47
Figura 35 - Desempenho da Meta A1 do projeto Pauta Limpa.....	48
Figura 36 - Desempenho da Meta A2 do projeto Pauta Limpa.....	49
Figura 37 - Desempenho da Meta B1 do projeto Pauta Limpa.....	50
Figura 38 - Desempenho da Meta B2 do projeto Pauta Limpa.....	50
Figura 39 - Desempenho da Meta C1 do projeto Pauta Limpa.....	51
Figura 40 - Desempenho da Meta C2 do projeto Pauta Limpa.....	52
Figura 41 - Desempenho da Meta D1 do projeto Pauta Limpa.....	52
Figura 42 - Desempenho da Meta D2 do projeto Pauta Limpa.....	53
Figura 43 - Etapas da análise das prestações de contas.....	53
Figura 44 - Gráfico sobre municípios com biometria.....	57
Figura 45 - Gráfico sobre eleitores com coleta biométrica.....	57
Figura 46 - Processos organizacionais das Eleições Gerais de 2026.....	58
Figura 47 - Divulgação sobre biometria.....	61
Figura 48 - Cerimônia de entrega da Honraria Mérito Eleitoral.....	63
Figura 49 - Banner da Roda de Conversa sobre Violência contra a mulher.....	64
Figura 50 - Banner do projeto Realizando Valores Institucionais.....	65
Figura 51 - Acadêmicos de Direito assistem a sessões plenárias durante visitas guiadas ao TRE-MT.....	70
Figura 52 - Em visita ao Memorial da Justiça Eleitoral, estudantes conhecem a história do voto e das eleições no Brasil.....	70
Figura 53 - Justiça Eleitoral de MT investe em ações nas escolas para ampliar a participação do eleitorado jovem nas eleições.....	70
Figura 54 - Eleições simuladas.....	70
Figura 55 - Emissão do primeiro título de eleitor.....	71
Figura 56 - Cursos de capacitação realizados pela EJE em 2025.....	71
Figura 57 - Roda de conversa- Desafios da Mulher Contemporânea.....	72
Figura 58 - Curso de Aperfeiçoamento da Magistratura Eleitoral.....	72
Figura 59 - Vol. 11 - Revista Democrática.....	72
Figura 60 - Dotação autorizada.....	75
Figura 61 - Metas Orçamentárias.....	75
Figura 62 - Execução orçamentária.....	75
Figura 63 - Valores pagos orçamento ordinário.....	76
Figura 64 - Divisão das despesas em 2025.....	76
Figura 65 - Restos a pagar dos exercícios anteriores a 2025.....	77
Figura 66 - fluxo do processo da apuração de custos.....	80
Figura 67 - Itens de custos.....	80
Figura 68 - Atividades e serviços.....	81
Figura 69 - Maiores itens de custos.....	81
Figura 70 - Custos por subgrupos.....	81
Figura 71 - Custos por atividades/serviços.....	82
Figura 72 - Funcionamento da secretaria x Atendimento ao público.....	82
Figura 73 - Número de licitações.....	83
Figura 74 - Quantidade de documentos assinados.....	83
Figura 75 - Plano Diretor da86	86

Figura	79	-	Ações	executadas	pela	SAO	no
PLS.....				90			
Figura 80 - Credenciamento de engenheiros e arquitetos.....							91
Figura 81 - Acessibilidade arquitetônica.....							91
Figura 82 - Prevenção e combate ao incêndio.....							91
Figura 83 - Licenças de Software.....							91
Figura 84 - Estrutura imobiliária do TRE-MT.....							95
Figura 85 - Tipos de veículos no TRE-MT em 2025.....							96
Figura 86 - Investimentos em veículos e doação de veículos em 2025.....							96
Figura 87 - Consumo de combustível em 2025.....							96
Figura 88 - Frota sustentável do TRE-MT em 2025.....							96
Figura 89 - Custos com veículos em 2025.....							96
Figura 90 - Justiça Eleitoral Móvel.....							98
Figura 91 - Investimentos em segurança em 2025.....							98
Figura 92 - Capacitação em segurança em 2025.....							98
Figura 93 - Custos com segurança em 2025.....							98
Figura	94	-	Página	inicial	do	Portal	
+Saúde.....				104			
Figura 95 - Modelo de execução dos OKRs.....							109
Figura 96 - Instâncias de Governança e Gestão de TIC.....							112
Figura 97 - Distribuição dos Recursos de TIC.....							113
Figura 98 - Documentos de Gerenciamento do Projeto Eleições 2026.....							118
Figura 99 - Metas e Diretrizes para 2026.....							119
Figura 100 - Quantidade de resmas de papel reciclado e não reciclado, nos tamanhos A4 e Ofício, requisitadas pelas unidades.....							120
Figura 101 - Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária.....							121
Figura 102 - Quantidade de copos descartáveis, usualmente utilizados para consumo de água e café. 142.....							122
Figura 103 - Quantidade de embalagens plásticas e metais de água mineral (com ou sem gás).....							122
Lista de Tabelas							
Tabela 1 - Processos de autoinspeção em 2025.....							20
Tabela 2 - Inspeções realizadas em 2025.....							25
Tabela 3 - processos da classe Inspeção atuados em 2025.....							28
Tabela 4 - Mapa integrado da Estratégia, Missão, Visão e ações relacionadas.....							34
Tabela 5 - Mecanismos de Governança.....							36
Tabela 6 - Evolução dos resultados alcançados pelo TRE-MT nos ciclos 2021 e 2024.....							36
Tabela 7 - Posição do TRE-MT em relação ao segmento da Justiça Eleitoral.....							37
Tabela 8 - Desempenho na perspectiva: Sociedade.....							39
Tabela 9 - -- Desempenho na perspectiva: Processos Internos.....							39
Tabela 10 - Desempenho na perspectiva: Recursos.....							39
Tabela 11 - Processos distribuídos e julgados no ao de 2025.....							44
Tabela 12 - Desempenho da Meta 9.....							47
Tabela 13 - Desempenho da Meta A1 do projeto Pauta Limpa.....							48
Tabela 14 - Desempenho da Meta A2 do projeto Pauta Limpa.....							49
Tabela 15 - Desempenho da Meta B1 do projeto Pauta Limpa.....							49
Tabela 16 - Desempenho da Meta B2 do projeto Pauta Limpa.....							50
Tabela 17 - Desempenho da Meta C1 do projeto Pauta Limpa.....							51
Tabela 18 - Desempenho da Meta C2 do projeto Pauta Limpa.....							51
Tabela 19 - Desempenho da Meta D1 do projeto Pauta Limpa.....							52
Tabela 20 - Desempenho da Meta D2 do projeto Pauta Limpa.....							53
Tabela 21 - Estatísticas das prestações de contas.....							54
Tabela 22 - Atendimentos sobre prestações de contas.....							54

Tabela 23 - Prestação de contas partidárias em 2025.....	55
Tabela 24 - Estatística de atendimento da ouvidoria em 2025.....	66
Tabela 26 - Estatística de atendimento da ouvidoria em 2025.....	68
Tabela 27 - Orçamento gerenciado.....	75
Tabela 28 - Orçamento ordinário obrigatório.....	76
Tabela 29 - Orçamento ordinário discricionário.....	76
Tabela 30 - Orçamento de segurança da informação.....	76
Tabela 31 - Orçamento de pleitos eleitorais.....	76
Tabela 32 - Evolução do restos a pagar.....	77
Tabela 33 - Percentuais de execução do estoque de restos a pagar.....	77
Tabela 34 - Composição Seção de Contabilidade.....	79
Tabela 35 - Maiores contratações em 2025.....	83
Tabela 36 - Contratações diretas mais vultuosas em 2025.....	84
Tabela 37 - Vinculação dos OKRs do PDSAO aos Objetivos Estratégicos do TRE-MT.....	87
Tabela 38 - Doação de materiais para reciclagem.....	92
Tabela 39 - Energia gerada e economia em reais proporcionadas pelas usinas fotovoltaicas.....	93
Tabela 40 - Multirões da Justiça Eleitoral Móvel em 2025.....	97
Tabela 41 - Perfil da força de trabalho.....	99
Tabela 42 - Autodeclaração racial.....	99
Tabela 43 - Autodeclaração racial - quantidade.....	99
Tabela 44 - Faixa etária - porcentagem.....	100
Tabela 45 - Faixa etária - números absolutos.....	100
Tabela 46 - Servidores com deficiência.....	100
Tabela 47 - Modalidades de trabalho.....	100
Tabela 48 - Nomeações, avaliações de desempenho e abonos de permanência.....	101
Tabela 49 - Aposentados e pensionistas.....	101
Tabela 50 - Movimentações.....	101
Tabela 51 - Composição do plenário do TRE-MT.....	101
Tabela 52 - Juízes auxiliares de 2º grau.....	101
Tabela 53 - composição do 1º grau de jurisdição do TRE-MT.....	102
Tabela 54 - Magistrados de 2º grau de jurisdição por gênero e raça.....	102
Tabela 55 - Magistrados de 1º grau de jurisdição por gênero e raça.....	102
Tabela 56 - Despesa de pessoal por categoria (em R\$).....	102
Tabela 57 - Comparativo de despesas de pessoal 2022/2023/2024/2025.....	103
Tabela 58 - Gestão de perícias médicas.....	104
Tabela 59 - Absenteísmo em 2025.....	105
Tabela 60 - Despesas com benefícios em 2025.....	105
Tabela 61 - Assistência médica em 2025.....	105
Tabela 62 - Reembolso com planos de saúde em 2025.....	105
Tabela 63 - Ações e investimentos por categoria.....	106
Tabela 64 - Detalhamento das ações desenvolvidas para o Programa de Desenvolvimento Gerencial.....	106
Tabela 65 - Bolsa de estudos em 2025.....	107
Tabela 66 - Ações alinhadas ao Planejamento Estratégico do TRE-MT.....	108
Tabela 67 - Riscos relacionados à gestão de pessoas.....	110

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACT	Acordo de Cooperação Técnica
AGU	Advocacia Geral da União
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APO	Assistência de Processos de Trabalho
ARP	Ata de Registro de Preços
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
ASEPA	Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias
ASMATS	Associação de Catadores de Material Reciclável e Reutilizável de Mato Grosso Sustentável
ASPLAN	Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
BI	Business Intelligence
CAVE	Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica
CEIC	Comissão Especial de Inspeções e Correições
CEJUD	Comitê Estratégico de Gestão Judiciária
CETI	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
CEOC	Comitê Estratégico de Orçamento e Compras
CEGEPE	Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas
CGE	Corregedoria Geral Eleitoral
CGTIC	Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CIL	Central de Interpretação de Libras
CJF	Conselho da Justiça Federal
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CRE-MT	Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso
CSJT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho
DAE	Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande
DFT	Dimensionamento da Força de Trabalho
DPF	Diesel Particulate Filter
EJE-MT	Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso
ENC-JE	Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral
ENSEC	Estratégia Nacional de Segurança Cibernética
ESG	Environmental, Social and Governance
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
ETP	Estudo Técnico Preliminar
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
FP	Fundo Partidário
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GGI	Gabinete de Gestão Integrada
IESGo	Índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão
ISO	International Organization for Standardization
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
JE	Justiça Eleitoral
JEM	Justiça Eleitoral Móvel
kWh	Quilowatt-hora
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual

MS	Mato Grosso do Sul
NBCTSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OE	Objetivo Estratégico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Processo Administrativo Eletrônico
PAC	Plano Anual de Capacitação
PCA	Plano de Contratações Anual
PDG	Programa de Desenvolvimento Gerencial
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PJe	Processo Judicial Eletrônico
PJe-Cor	Processo Judicial Eletrônico – Corregedoria
PLS	Plano de Logística Sustentável
PPA	Plano Plurianual
PSI	Política de Segurança da Informação
PTD	Plano de Transformação Digital
RAT	Reuniões de Análise Tática
RFB	Receita Federal do Brasil
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SAO	Secretaria de Administração e Orçamento
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEMOB	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Cuiabá
SESP	Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso
SETASC	Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIAD	Sistema de Alertas de Desinformação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGEC	Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
SIGEO	Sistema de Gestão Orçamentária
SJ	Secretaria Judiciária
SOF/TSE	Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE
SPDA	Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCE	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
TCU	Tribunal de Contas da União
TJ-MT	Tribunal de Justiça de Mato Grosso
TI	Tecnologia da Informação
TR	Termo de Referência
TRE-MT	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
TRE-RN	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
TRF1	Tribunal Regional Federal da Primeira Região
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
VPI	Vantagem Pecuniária Individual
VPN	Rede Privada Virtual
ZE	Zona Eleitoral

Créditos

Tribunal Pleno

Desembargadora Serly Marcondes Alves

Presidente

Desembargador Marcos Machado

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Dr. Jean Garcia de Freitas Bezerra

Juiz de Direito

Dr. Luis Otávio Pereira Marques

Juiz de Direito

Dra. Juliana Maria da Paixão Araújo

Juíza Federal

Dr. Pérsio Oliveira Landim

Jurista

Dr. Raphael de Freitas Arantes

Jurista

Conselho de Administração Eleitoral

Desembargadora Serly Marcondes Alves

Presidente

Desembargador Marcos Henrique Machado

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Dr. Gilberto Lopes Bussiki

Juiz-Membro substituto do TRE-MT

Dr. Luis Otávio Pereira Marques

Juiz-Membro do TRE-MT

Juízes Auxiliares

Dr. Luís Aparecido Bortolussi Junior

Presidência

Dr. Marcelo Sebastião Prado de Moraes

Vice-Presidência/Corregedoria Regional Eleitoral

Administração

Mauro Sérgio Rodrigues Diogo

Diretor-Geral

Carlos Luanga Ribeiro Lima

Secretário Judiciário

Tânia Yoshida de Oliveira

Secretária de Administração e Orçamento

Gilvan Rodrigues de Oliveira

Secretário de Gestão de Pessoas

Leon Manoel Campos dos Santos Filho

Secretário de Tecnologia da Informação

Grupo de Trabalho de Produção do Relatório de Gestão 2025

Coordenação: Dr. Luís Aparecido Bortolussi Junior

Equipe e produção:

Unidade	Indicados
SJ	Marcela Alves Lopes Mendes de Oliveira
SJ	Nicolle Nagle de Sousa Wayhs Miguez
SJ	Thiago Malheiros Ribeiro
SJ	Kelly Regina Shiroma Hayashida Fortaleza
CRE	Kelsen de França Magalhães
CRE	Gustavo Silveira Castor
CRE	Marcos Vinicius Campos Rodrigues
SAO	Tânia Yoshida Oliveira
SAO	Maria Eliane Haruko Imada Sakata
STI	Leon Manoel Campos Dos Santos Filho
STI	Franklânio Soares Maciel
STI	Ailton Lopes dos Santos Júnior
SGP	Luciana de Almeida Amorim Callejas
SGP	Andre Luiz Regis Emidio
ASEPA	Jorge Yoshiro Kimura
ASCOM	Andrea Martins de Oliveira
ASCOM	Daniel Dino de Souza Cardoso
EJE	Janis Eyer Nakahati
DG	Norberto Aurelio Van Hager
AGE	Márcio Conceição de Lara Cunha
Ouvidoria	Helio Lima da Silva

Projeto Gráfico, Editoração e Diagramação

Estagiária: Mônica Mareco Medina